UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Marilia Mastrocolla de Almeida

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO - SP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

“Compreendendo as estratégias de sobrevivência de jovens antes e
depois da internação na FEBEM de Ribeirão Preto”

Marilia Mastrocolla de Almeida

Prof^a. Dr^a. Rosalina Carvalho da Silva

Dissertação apresentada à Faculdade
de Filosofia, Ciências e Letras de
Ribeirão Preto da USP, como parte
das exigências para a obtenção do
título de Mestre em Ciências, Área:
Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO - SP

2002

*Agradeço ao Josiel, meu marido, companheiro
e técnico particular de computador, por
me ajudar nessa luta entre “usuário” e máquina!!
Agradeço a minha filha , minha flor, por me proporcionar momentos
maravilhosos que me ajudaram a
recuperar a energia! Espero que todas a leituras e tempos no
computador lhe dê a curiosidade de conhecer a realidade e
ajudar a transformá-la.
Agradeço aos meus pais por terem me
dado a oportunidade de vivenciar a minha juventude aprendendo a ser uma
cidadã que se preocupa com a vida de outras pessoas e compreende que
o afeto e o cuidado com o
outro são sentimentos imprescindíveis para que consigamos
viver em um mundo melhor.*

Agradecimentos

Agradeço à Profa. Rosalina (“Lina”) por ter me recebido no NEPDA e dado a oportunidade para que eu pudesse realizar mais do que um projeto de pesquisa, mas um projeto de vida;

Agradeço à Edna por supervisionar o meu trabalho voluntário na FEBEM durante o ano de 1999, ano que surgiram várias questões que nortearam esse estudo;

Agradeço à Juliana por tudo e muito mais, sem palavras, minha “colega de trabalho”, **amiga** para sempre!

Agradeço à Cissa minha mana de ATITUDE, por estar sempre ao meu lado, com quem divido as alegrias e dificuldades de trabalhar com a realidade de vida desses nossos jovens;

Agradeço à Fer por todos os abraços e por tudo que me ensinou durante nosso trabalho na FEBEM;

Agradeço à tia Olga e ao tio Nelsinho, que foram pais postíços quando me tornei uma “mãerília” de verdade e precisei de alguns socorros!!!

Agradeço ao Angêlo e à Nilza, que além de sogros maravilhosos, me ajudaram dispondo de tempos preciosos para me auxiliar a refletir sobre vários aspectos deste estudo !

Agradeço à Profa. Umaia, minha mestre e incentivadora de todo os meus trabalhos desde a graduação.

Agradeço à Profa. Lucy por todos os direcionamentos dados para este estudo.

Agradeço à Marli por cuidar de nossa casa, pois sem ela não poderia dispor de todo esse tempo para me dividir entre os cuidados com a minha família e com esse estudo.

Agradeço meu avô Vicente por me dar um exemplo de vida e me ensinar a perceber o sofrimento do outro como algo a ser cuidado e priorizado.

Agradeço à Equipe da FEBEM por acreditar no meu trabalho e possibilitar que tudo isso fosse possível.

Agradeço ao Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca, Dr. Paulo Gentile, pela oportunidade de realizar esse estudo na FEBEM.

Agradeço ao meu truta Kiko, por ter feito o trabalho apresentado na capa desse estudo, demonstrando durante o tempo que trabalhamos juntos, uma sensibilidade e uma percepção da realidade que sempre me deixou sem palavras.

Agradeço ao meu truta Edgar com quem aprendi muito sobre a vida e quem fez surgir as primeiras idéias para começar este estudo.

*Dedico este estudo à todos os jovens que dele participaram
e à todos os que vivem nessa realidade tão sofrida,
mas que buscam alternativas para vivenciar, mesmo que
com atropelos e angústias aquilo que
lhes é a mais sagrado, a juventude plena...*

Poucos segundos

Quando eu crescer quero ser importante
Ter um palácio, um carro e grande riqueza
Tendo aos pés a todo o instante
E viver aos sorrisos sem ver tristeza.

Quero logo crescer pra mandar em mim
Sem ter de obedecer às ordens de ninguém
Só fazendo o que eu gosto quando estiver a fim
E andar como eu quero, afinal sou alguém.

Os mais velhos reclamam que a vida é difícil
Mas quando eu for maior mudo a vida de vez
Já construo de cara o mais alto edifício
E toda a vizinhança vai saber quem que fez.

Essa merda de escola é um sacrifício
Mesmo assim a minha mãe me obriga a estudar
Quero apenas poder aprender um ofício
Ir atrás de um trampo e a vida mudar.

Conheci com os amigos um lugar bem maneiro
Todo mundo bem louco só curtindo barato
Sei que eu não sei tudo e sem sou o primeiro
Mas é bem divertido e assim eu sou grato.

Um maluco do centro me ligou numa fita
Mesmo meio na dúvida resolvi me envolver
Chego em casa com grana, minha mãe diz aflita
Que me expulsa e casa se eu não devolver.

Tenho carro, moto e uma mina na banca
E uma pá de maluco que me chama de amigo
Diz pra eu guardar grana que a vida desbanca
Eu escuto calado, finjo não ser comigo.

A polícia cercou e a casa caiu
A porrada comeu e eu não vi mais nada
O parceiro ligeiro deu perdido e saiu
Na imprensa e no rádio minha vida estragada

É chegada a hora, vou rever a liberdade
Uma pá de mano me deseja a sorte
Resgatar meu sorriso e viver de verdade
Sei que não será fácil e terei de ser forte.

Já é tarde da noite e eu ainda na rua
Não resido nem moro, sem ter onde ficar
Foi-se o sonho, e a verdade que chega é crua
Vem um carro na esquina, é a polícia que vem
me enquadrar.

Densa é a brisa envolvida
Já não vejo mais o rumo do trilho
Se a vida errada não é devolvida Orientar é melhor que chorar pelo filho.

Geraldo Brasileiro cumpre pena no presídio Semi-aberto Edgard de Magalhães Noronha, em Tremembé, no interior paulista. (Caros Amigos – Literatura Marginal – A cultura da Periferia Ato II, 2002)

O Reggae

Ainda me lembro aos três anos de idade
O meu primeiro contato com as grades
O meu primeiro dia na escola
Como eu senti vontade de ir embora
Fazia tudo o que eles quisessem
Acreditava em tudo o que eles me dissessem
Me pediram para ter paciência
Falhei

Então gritaram: - Cresça e apareça!
Cresci a apareci e não ví nada
Aprendi o que era certo com a pessoa errada
Assistia o jornal da TV
E aprendi a roubar p'rá vencer
Nada era como eu imaginava
Nem as pessoas que eu tanto amava
Mas, e daí, se é mesmo assim
Vou ver se tiro o melhor p'rá mim.

Me ajuda se eu quiser
Me faz o que eu pedir
Não faz o que eu fizer
Mas não me deixe aqui

Ninguém me perguntou se eu estava pronto
E eu fiquei completamente tonto
Procurando descobrir a verdade
No meio das mentiras da cidade
Tentava ver o que existia de errado
Quantas crianças Deus já tinha matado.

Beberam o meu sangue e não me deixam viver
Têm o meu destino pronto e não me deixam escolher
Vêm falar de liberdade p'rá depois me prender
Pedem identidade p'rá depois me bater
Tiram todas as minhas armas
Como posso me defender?
Vocês venceram esta batalha
Quanto à guerra,
Vamos ver.

Marcelo Bonfá/Renato Russo integrantes da banda Legião Urbana

RESUMO

Este estudo tem como proposta conhecer e refletir sobre as estratégias de sobrevivência para conseguir dinheiro e acesso aos bens de consumo de 104 jovens internados na FEBEM de Ribeirão Preto, no período de junho a agosto de 2000. Foram utilizados para coleta dos dados um roteiro estruturado para a realização de entrevistas individuais e a realização de notas em diário de campo para registro das atividades realizadas durante o estudo. Através das análises dos dados buscamos conhecer as *características gerais da população* (idade, grau de escolaridade, bairro de moradia, cidade de residência, número de internações e motivos das internações) e as *estratégias de sobrevivência realizadas ANTES e DEPOIS da internação na FEBEM* (tipo de atividade, idade que iniciou a atividade, duração, valor da remuneração, destino do dinheiro e motivo para a interrupção da atividade). Os resultados encontrados indicam que a maior parte dos jovens é natural da cidade e reside em bairros pobres de Ribeirão Preto, com escolaridade de até 5ª e 6ª série incompletas. As infrações de maior frequência, que levaram os jovens à medida sócioeducativa de internação foram o roubo e o homicídio. A faixa-etária predominante, na primeira internação, é a de 16-17 anos. Quanto as estratégias de sobrevivência observamos que todos os 104 jovens realizaram atividades para ganhar dinheiro e ter acesso aos bens de consumo na sua vida. Desses, observou-se que a maioria realizou, ANTES da primeira internação na FEBEM, as Atividades Ilegais, principalmente o Ato Infracional e o Trabalho Infantil e as Atividades Legais associadas às Atividades Ilegais, como o Trabalho Juvenil e o Ato Infracional. A atividade relatada pelos jovens e realizada DEPOIS da internação na FEBEM, foi predominantemente o Ato Infracional. Percebemos que as atividades de maior duração foram o Ato Infracional e o Trabalho Infantil. A faixa-etária no início da prática do Ato Infracional foi de 13 a 15 anos, do Trabalho Infantil foi de 10 a 13 anos e do Trabalho em Situação de Rua ficou entre 9 e 12 anos. O Trabalho em Regime de Aprendizagem e o Trabalho Juvenil apresentaram idades equivalente às determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em geral os jovens tiveram acesso as atividades por intermédio de amigos e familiares. O Ato Infracional foi a única atividade mencionada que apresentou maior número de relatos onde o início e a prática é feita somente pelo jovem. Quanto aos motivos para a interrupção das atividades, observamos que foram semelhantes aqueles do Trabalho Infantil, o Trabalho Juvenil e o Trabalho em Regime de Aprendizagem como: a demissão, o jovem não gostar do tipo de atividade realizada e o valor da remuneração. O encaminhamento do jovem para a FEBEM também foi citado como um motivo para interrupção dessas atividades e também do Ato Infracional. O Ato Infracional foi, segundo o relato dos jovens, a atividade que fornecia maior quantia em dinheiro, chegando a ser 30 vezes maior do que as outras atividades. A maioria dos jovens entrevistados relatou o gasto do dinheiro com roupas, diversão e com a família e namoradas. Com relação às estratégias de sobrevivência dos jovens após a internação em que se deu a entrevista, observou-se que praticamente 80% dos jovens têm o interesse em realizar uma atividade para conseguir dinheiro após a

desinternação, sendo que desses, 16,4% pretendem continuar a prática do Ato Infracional e o restante pretende conseguir um trabalho. De acordo com os relatos, muitos jovens mencionaram, caso houvesse a oportunidade de escolha, o interesse em aprender atividades diferentes daquelas realizadas anteriormente. Dos jovens que não definiram o que gostariam de fazer após a desinternação, a maioria havia sido internado mais de uma vez na FEBEM e havia praticado somente o Ato Infracional como estratégia de sobrevivência. Os jovens que responderam que não gostariam de realizar atividade atribuíram o interesse em voltar a estudar e também estar correndo risco de vida. Dessa forma então concluímos que esses jovens buscaram várias alternativas, sejam Atividades Legais ou Ilegais para conseguir dinheiro, mostrando a necessidade dos jovens em adquirir mais autonomia para vivenciarem a juventude. Observamos também que muitos desses jovens têm interesse em realizar atividades diferentes daquelas vivenciadas e

Índice

Capítulo 1 - Apresentação.....	1
Capítulo 2 - Introdução.....	5
Capítulo 3 - Objetivos do Estudo.....	21
Capítulo 4 - Procedimentos Metodológicos.....	23
4.1 - Campo de estudo	23
4.2 - Participantes.....	25
4.3 - Abordagem Teórico-metodológica.....	25
4.4 - Instrumentos de coleta dos dados.....	26
4.5 - Fase de adequação do instrumento de coleta de dados.....	28
4.6 - Procedimentos éticos para o início do estudo na FEBEM.....	29
4.7 - Procedimentos de coleta dos dados.....	30
4.8 - Procedimentos de análise dos dados.....	34
Capítulo 5 - Resultados.....	43
5.1 - Caracterização geral dos jovens entrevistados.....	43
5.2 - Os jovens e as estratégias de sobrevivência.....	66
5.3 - As estratégias de sobrevivência dos jovens após a última internação na FEBEM.....	145
Capítulo 6 - Considerações Finais.....	172

Capítulo 7 - Referências Bibliográficas.....	180
Capítulo 8 - Anexos.....	190
ANEXO A – Termos de Consentimento.....	191
ANEXO B – Roteiro de Entrevista.....	194
ANEXO C – Termo de Apresentação.....	213
ANEXO D – Quadros, Tabelas e Gráfico.....	198

Índice de Figuras

Figura 1 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 82 (17 anos – 7ª série incompleta).....	37
Figura 2 - Distribuição dos jovens de acordo com a realização de atividades ANTES e DEPOIS da internação na FEBEM.....	68
Figura 3 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 78 (16 anos – 7ª série incompleta).....	72
Figura 4 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 91 (16 anos – 5ª série incompleta).....	83
Figura 5 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 74 (17 anos – 1º colegial incompleto).....	84
Figura 6 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 25 (17 anos, 1º colegial incompleto).....	91
Figura 7 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 83 (18 anos – 7ª série incompleta).....	92
Figura 8 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 10 (17 anos, 1º colegial incompleto).....	95
Figura 9 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 36 (18 anos, 2º colegial incompleto).....	102

Figura 10 - Linha da Estratégia de Sobrevivência do entrevistado nº 63 (18 anos, 3ª série).....	106
Figura 11 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 22 (18 anos, 3ª série).....	108
Figura 12 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 112 (17 anos, 1ª série).....	111
Figura 13 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 68 (16 anos, 3ª série).....	115
Figura 14 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 35 (17 anos, 6ª série incompleta).....	116
Figura 15 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 80 (17 anos, 7ª série incompleta).....	120
Figura 16 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 52 (16 anos, 7ª série).....	123
Figura 17 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 38 (17 anos, 1º colegial incompleto).....	125
Figura 18 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 87 (17 anos, 1º colegial incompleto).....	128
Figura 19 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 58 (15 anos, 7ª série incompleta).....	133
Figura 20 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 85 (18 anos, 6ª série incompleta).....	135
Figura 21 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 31 (16 anos, 7ª série incompleta).....	152

Figura 22 -Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 73 (15 anos, 6ª série incompleta).....	164
Figura 23 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 58 (15 anos, 7ª série incompleta).....	168
Figura 24 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 83 (18 anos, 7ª série incompleta).....	171

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição dos jovens por faixa-etária no momento da entrevista, grau de escolaridade, bairros de moradia e cidade de residência segundo a condição de internação – 2000.....	44
Tabela 2 - Distribuição das atividades realizadas pelos jovens antes da primeira internação na FEBEM, segundo o número de internações - 2000.....	76
Tabela 3 – Distribuição das atividades realizadas pelos jovens depois da internação na FEBEM segundo o número de internações – 2000.....	138
Tabela 4- Distribuição dos jovens segundo os planos de realização de atividades após a última internação na FEBEM subdivididos por número de internações- 2000...	146

Capítulo 1

Apresentação

Os questionamentos que norteiam este estudo surgiram durante o meu trabalho realizado desde 1999 junto à equipe do NEPDA – Núcleo de Estudos em Prevenção das DST/AIDS e uso indevido de drogas¹ na Unidade Educacional (UE3) – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) – Ribeirão Preto.

A equipe do NEPDA, cuja proposta de trabalho, na FEBEM de Ribeirão Preto, consistiu na realização de um conjunto de ações que visavam à promoção de saúde e cidadania junto aos jovens que se encontram em situação de privação de liberdade, atuou nessa instituição desde 1998 até 2000 realizando oficinas grupais com os jovens internos da Unidade.

A partir da minha atuação na FEBEM pude observar que a medida de

¹ Núcleo coordenado pela Prof^a. Dr^a. Rosalina Carvalho da Silva, sediado no Dep. de Psicologia e Educação da FFCL-USP-RP

internação aplicada isoladamente não estava atingindo o objetivo de facilitar a reinserção desses jovens na sociedade, de forma que os mesmos tivessem mais oportunidades para “sair da vida do crime”, e fizessem valer os seus direitos como “pessoa em situação peculiar de desenvolvimento”.

De acordo com os dados fornecidos pela própria Unidade em 2000, sobre o número de internações de outubro de 1997 a outubro de 1998, dos 972 jovens internados nesse período, 489 (50,3%) haviam sido internados mais de uma vez. Em outubro de 1998 a outubro de 1999, esse número aumentou para 514 (51,1%), dos 969 jovens que estiveram internados no período. Estes dados confirmam as limitações da medida sócio-educativa de internação como ressocializadora, já que o número de jovens que estão sendo internados aumentou nesses dois anos.

Com o intuito de buscar respostas para minimizar essa situação de contínuas internações destes jovens na FEBEM, realizei, junto com outra integrante do NEPDA, durante o ano de 1999, algumas atividades com os jovens internos, cuja proposta foi trabalhar com as questões das alternativas apontadas pelos mesmos para que as condições de vida deles fossem diferentes (sair da vida do crime, não correr mais risco de morrer etc). Nestas atividades os jovens apontaram uma série de alternativas que variavam desde acabar com os policiais, fechar a FEBEM, até criar espaços de lazer nos bairros etc. No entanto, de todas as opiniões, foi possível perceber a relevância dada à dificuldade e necessidade de inserção em atividades profissionais: *"para melhorar a vida de todas as pessoas é preciso ter serviço na comunidade para que ninguém venha parar aqui na FEBEM, e para não ter violência"* ; *"eu acho que se o governo ajudasse as famílias mais pobres, e colocasse mais serviço teria muito menos violência"* ; *"precisa ter emprego pros menor, que*

não ganhasse mixaria".

Neste sentido, surgiram várias questões como: o jovem acredita que a sua inserção no mercado de trabalho pode impedir a prática do Ato infracional? Este jovem já trabalhou? Será que ele tem algum interesse específico? Quais foram as dificuldades encontradas pelos jovens que trabalharam? Por que o jovem infraciona se gostaria de estar trabalhando? Será que a internação interfere na realização de um plano de trabalho?

Uma vez que são quase inexistentes as produções sistemáticas de bases de dados sobre jovens em conflito com a lei, como apontado por estudos realizados pelo Núcleo de Violência – USP (NEV- USP) em parceria com a Fundação SEADE (Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2000), torna-se de grande importância a realização de estudos que apontem algumas alternativas que possam contribuir para um conhecimento maior sobre estes jovens e conseqüentemente com as mudanças na forma de atender as necessidades dos mesmos.

Adicionalmente a esse fato tem-se que discussões a respeito da juventude voltam a aparecer nas teses e dissertações, mas, que no entanto, poucas delas enfocam o modo como os próprios jovens vivem e elaboram as situações do cotidiano de suas vidas, ou seja, não priorizam "...as considerações dos próprios jovens, e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação". (ABRAMO, 1997:25)

Dessa forma então, concluímos que através da realização de um levantamento cujo tema principal fosse conhecer, a partir dos relatos dos próprios jovens privados de liberdade, suas estratégias para conseguir recursos e ter acesso aos bens de consumo durante toda a sua vida, pudesse esclarecer parte das dúvidas surgidas

durante o meu trabalho e assim também contribuir para o aumento de espaços para reflexão a respeito dos jovens em conflito com a lei.

Sendo assim, o presente trabalho foi elaborado e está sendo apresentado da seguinte forma: no segundo capítulo, referente à introdução, são abordadas as diferentes estratégias de sobrevivência que o jovem encontrou ao longo da história para conseguir recursos e acesso aos bens de consumo e os programas de atendimento à essa população que utilizam o trabalho como forma de “inclusão”. No terceiro capítulo são apresentados os objetivos do estudo. Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo estão apresentados no quarto capítulo. O quinto capítulo corresponde aos resultados. As considerações finais e as referências bibliográficas estão apresentadas respectivamente no sexto e sétimo capítulo.

Capítulo 2

Introdução

2.1 - O Jovem, as Estratégias de sobrevivência, a História

As questões que envolvem a relação do jovem com as estratégias utilizadas por ele para conseguir recursos para o seu sustento e de sua família perpassa por vários momentos da história política, econômica e social do Brasil.

Foram dois os períodos da história do Brasil, marcados por grandes discussões e transformações com relação a esta questão: o período do início do regime republicano (décadas de 20 e 30) e meados do regime ditatorial (décadas de 70 e 80). Em ambos os períodos observou-se que as transformações sociais e consequentemente o aumento da pobreza de grande parte da população, levou um grande número de jovens e crianças a buscar na rua, nas atividades consideradas infracionais e no trabalho infantil, formas de conseguir dinheiro e acesso aos bens de consumo.

Os anos 20 e 30

Especificamente, nas primeiras décadas do período Republicano, houve um crescimento populacional e industrial, devido à imigração de pessoas que vieram trabalhar nas indústrias localizadas nas grandes cidades, que, como apontado por CARMO (1998) ; MARCILIO (1998) e como complementa SANTOS (1999), gerou uma “...forte dicotomia entre os mundos do trabalho e da vadiagem, protagonizados pelo imigrante e pelo nacional, principalmente aquele advindo da escravidão.”(p.213)

Esta época foi marcada pela formação do binômio exclusão social e crescimento econômico, pois o crescimento das indústrias, do comércio e do mercado de serviços determinou a demanda por profissionais com maior qualificação, gerando em contrapartida um grande contingente de indivíduos que não atendia às necessidades do mercado, ficando então excluído do universo da produção e do consumo e à mercê da miséria e da violência.

De acordo com SANTOS (1999) toda essa situação criou uma crise social cuja consequência foi o aumento da criminalidade e conseqüentemente dos mecanismos de repressão.

O aumento de crimes também englobava os praticados por crianças e adolescentes que, em geral, se resumiam àqueles definidos como vadiagem, embriaguez, furto e roubo.

Nesta época, as crianças e jovens tinham poucas alternativas para conseguir recursos financeiros como tentativa de sobrevivência pessoal e da família, devido

principalmente, à exclusão das classes populares. Neste caso então, ou eram iniciados precocemente nas atividades produtivas como fábricas, oficinas (alfaiate, marceneiro, serralheiros etc.) e construção civil, ou realizavam atividades de mendicância nas ruas e atividades infracionais (roubo, furto e prostituição) (SANTOS, 1999; MOURA, 1999).

Segundo SANTOS (1999) *“esses menores transitavam entre atividades lícitas e ilícitas, servindo de mão de obra em pequenos serviços, e na falta desses, entregando-se à prática de pequenos furtos e roubos...”* (p.219).

Os anos 70 e 80

Na década de 70, inicia-se no Brasil um período de grande aceleração do processo de urbanização, gerando um aumento da desigualdade social e conseqüentemente um empobrecimento da população.

Este período também foi marcado pelas discussões sobre a questão da criança e do jovem que, devido ao quadro de pauperização das famílias, buscavam alternativas para complementar a renda familiar através da realização de atividades legais e ilegais (CERVINI & BURGER, 1996).

Como apontado por MELLO (1991),

“É este o contexto da vida da criança e do adolescente de baixa renda. Pertencentes à famílias marginalizadas do mercado de trabalho, excluídos do acesso à políticas sociais básicas (educação, saúde, habitação, saneamento etc.) encontram-se em situação de risco permanente e passam a ser alvo de políticas de assistência social. As crianças em situações extremas, colocadas em instituições, ou as praticantes de delitos, ou as crianças de rua, ou as que ingressam precocemente no mercado de trabalho compõem as situações típicas do processo que vem caracterizando a sociedade brasileira.”(p.6)

Desta forma então, a questão do jovem e do trabalho e mais especificamente da aquisição de recursos financeiros se torna importante à medida que

“...se transforma, na maior parte dos casos, em uma exclusão estendida, dado que quem não tem emprego não tem rendimento próprio e, portanto não possui nem condição de vivenciar a sua própria juventude, nem motivação e disposição de elaborar projetos de futuro para a sua vida adulta. É neste cenário, de total erosão da auto-estima e desesperança, que a violência encontra terreno propício para se sofisticar, instalar e crescer”(MADEIRA & RODRIGUES, 1998:428)

Sob a influência dos estudos realizados da década de 80 referentes à questão das reais condições de vida da criança e do jovem que trabalham nas ruas, que realizam atividades infracionais e que se inserem precocemente nas atividades de trabalho, foram sendo criadas novas concepções que chamaram a atenção da sociedade para esta problemática (CERVINI & BURGER, 1996)

Para as crianças e os jovens que realizam o **trabalho infantil**, de acordo com GOMEZ & MEIRELLES (1997),

“ A concepção, no início da industrialização, era de que crianças e adolescentes pobres deveriam trabalhar, porque o trabalho protege do crime e da marginalidade, uma vez que o espaço fabril era concebido em oposição ao espaço da rua, considerado desorganizado e desregulado. Além disso, o trabalho dos menores, permitia um aumento da renda familiar, ao mesmo tempo em que podia ser visto como uma escola, a escola do trabalho.”(p.136)

Durante muitos anos, fez parte do senso comum a idéia de que as pessoas pobres eram pobres porque não queriam trabalhar. À infância pobre também foi

atribuída essa mesma concepção estigmatizando-a e excluindo-a devido a sua “índole má”. Neste contexto, o trabalho infantil era entendido como uma forma de inserção social, recuperação da índole boa e conseqüentemente uma falsa solução aos graves problemas gerados pelas crises sociais. (VOLPI, 1994)

Segundo MADEIRA (1993), atualmente, do ponto de vista dos familiares, o trabalho é visto como um instrumento de proteção da marginalidade e da violência em geral. Para o jovem, “...o trabalho é a possibilidade da conquista de um espaço de liberdade para definir os seus itens de consumo prioritários numa situação de carência econômica e imposição muito forte de símbolos juvenis – tênis, jeans, som, etc.” (p.81).

Esta visão de que o jovem busca autonomia financeira e poder de acesso aos bens materiais, também é encontrada nos trabalhos de CERVINI & BURGER (1996), que defendem a idéia de que o trabalho juvenil está sujeito a outros fatores que não seja somente a pobreza.

Segundo CERVINI & BURGER (1996), além da idéia de que o trabalho infantil está diretamente associado às condições de vida da família, também se vê vinculado com a idéia de que “...quanto mais cedo o indivíduo se incorpora ao mercado de trabalho, mais fortemente estará comprometido com o seu futuro bem-estar” (p.27)

Estudos apontam, atualmente, duas justificativas para o ingresso do jovem no mundo do trabalho. A primeira corresponde a uma análise do ponto de vista macro, ou seja, a partir do comportamento geral do mercado de trabalho, da efetividade das redes de proteção e de garantia de renda aos segmentos mais frágeis da sociedade e da eficácia do sistema escolar. Na análise micro, como segunda justificativa, a

discussão perpassa pelo âmbito familiar, ou seja, a passagem para o mercado de trabalho se dá pela questão financeira para atender as necessidades coletivas da família por insuficiência da renda familiar. (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 1998 ; MADEIRA & RODRIGUES, 1998 ; POCHMANN, 2000)

Com relação à questão da criança e do jovem em **situação de rua**, ROSEMBERG (1994) e RIZZINI & RIZZINI (1996) colocam que os valores atribuídos aos mesmos foram sendo modificados ao longo dos tempos. Até o início do século XX, a presença de crianças e jovens nas ruas significava o abandono pelas famílias e, conseqüentemente, o crescimento da “vadiagem infantil” que incomodava as famílias e ameaçava a estabilidade da ordem pública.

Nas décadas de 70-80 essa mesma população ainda era vista como abandonada, sem família, que buscava na rua uma alternativa de sobrevivência e moradia. Como aponta ADORNO et al (1999)

“ No Brasil, desde o início da década de 70, ao menos nas grandes cidades brasileiras, a existência de crianças e de adolescentes vagando pelas ruas, mendigando, vigiando veículos estacionados nas ruas, vendendo balas e doces junto aos semáforos, via de regra em troca de pequenas somas de dinheiro, vem sendo percebida como problema social”(p.62)

Atualmente, pode-se dizer que as crianças e jovens, que na sua grande maioria, não são abandonados por suas famílias, buscam na rua um espaço principal ou secundário onde ele possa garantir a sua subsistência e lazer. Como coloca VOGEL & MELLO (1996) “...o meio pelo qual se dá a saída é a realização de algum tipo de trabalho: vender algo ou fazer algo com o intuito de obter dinheiro para ajudar nas despesas do grupo familiar...” (p.137), além de, também,

possibilitar um ganho pessoal, uma fonte de recursos para garantir a suas próprias necessidades e desejos. (MELLO, 1991 ; VOGEL & MELLO , 1996 ; RIZZINI & RIZZINI, 1996)

CERVINI & BURGER (1996) citam como as principais atividades realizadas pelas crianças e jovens nas ruas, a de vendedor de rua, engraxate, vigia e lavador de carro, carregador na feira e supermercado, catador de papel e “ferro-velho”.

Existem ainda, estudos que apontam outras razões que levam a criança e o jovem a buscar na rua formas de sobrevivência. Segundo RIZZINI & RIZZINI (1996)

“ - O trabalho como legitimação ética de um estilo de vida – onde este aparece como um meio de inclusão na sociedade.

-O trabalho como obrigação compulsória – concepção que apareceu em quase todas as falas: toda criança de 'classe baixa' deve trabalhar.

-O trabalho como forma de ocupar o tempo ocioso (controle) – de forma a evitar a ociosidade.

-O trabalho como preparação para a vida – como uma prática educativa.”(p.79-80)

As mesmas autoras colocam que o trabalho é percebido como “...*mecanismo disciplinador e como forma de inserção no mundo aceito socialmente*” (p. 80).

É importante ressaltar que, segundo este estudo, para essas crianças e jovens que buscam alternativas de sobrevivência nas ruas e se empenham em atividades múltiplas, existe o predomínio de atividades de trabalho, em relação às atividades infracionais. De acordo com ROSEMBERG (1994), esse resultado afasta o “...*retrato estereotipado que tem alimentado o imaginário social*” (p.44).

Especificamente com relação às estratégias de sobrevivência daqueles que se

utilizam somente de **atividades infracionais**, RIZZINI & RIZZINI (1996), comentam que,

“Não há registro de pesquisas sobre o caso específico de crianças e adolescentes que exercem de forma sistemática atividades marginais infradoras nas ruas como meio de sobrevivência. Os estudos que existem normalmente exploram o tema da delinquência a partir dos locais de recepção, triagem e detenção, como o juizado de menores e os centros de recolhimento e recuperação de infratores” (p.83)

As mesmas autoras ainda colocam que é “...surpreendente que tão pouca atenção tenha sido dada à questão do trabalho nas pesquisas feitas sobre menores institucionalizados, em face da ênfase que normalmente se dá à formação e à ocupação profissional dos mesmos.”(p.75)

Em estudos recentes que abordam dentre várias questões, a da inserção destes jovens em atividades de trabalho, as atividades infracionais são citadas pelos mesmos como mais um tipo de trabalho, como apresentado por ASSIS (1999),

“Embora pareça totalmente contrário ao senso comum, os jovens infratores que vivem do tráfico consideram como trabalho as atividades que desempenham. Dali se origina a própria sobrevivência, e as vezes, a da família. O 'trabalho' no tráfico assemelha-se ao trabalho formal no que se refere a questões como compromisso, responsabilização, lugar no processo, técnicas, hierarquia e normas de ascensão profissional.”(p.87)

Segundo o estudo realizado na cidade de Ribeirão Preto (KODATO & SILVA, 2000), vários são os fatores que podem influenciar a entrada do jovem na vida infracional,

“...a extrema pobreza e a falta de opções empurram o

adolescente para a marginalidade e a criminalidade, ao mesmo tempo em que ele é ideologicamente capturado pelos sonhos de consumo e grandeza, veiculados pela mídia e valorizados socialmente como sinônimo de felicidade e sucesso” (p.512).

Especificamente com relação às experiências dos jovens em atividades de trabalho, ASSIS (1999) aponta para uma questão importante, de que para o jovem autor de ato infracional “...o trabalho aparece como forma de amenizar os erros cometidos e de se redimirem perante a sociedade.” (p.90) Os mesmos atribuem ao trabalho a sobrevivência e a possibilidade de ascensão social. No entanto, segundo ASSIS (1999) a busca é por trabalhos não-especializados, sem um interesse específico, ou seja, o jovem acaba tendo duas opções, envolver-se com as atividades ilícitas, que acabam gerando uma renda maior, ou então, submeter-se à atividades que exijam pequena qualificação e ofereçam baixa remuneração.

Assim sendo, mesmo existindo semelhanças (a condição sócio-econômica da família e o desejo de adquirir autonomia e bens de consumo) e diferenças entre aqueles que realizam trabalho infantil, trabalho em situação de rua ou ato infracional, a questão da valorização do trabalho como socializador é fortemente defendida, levando a crença de que o trabalho é uma forma de prevenir a entrada ou reincidência do ato infracional.

Pode-se dizer então, que foi, com base nessa visão do trabalho, que as políticas de atendimento destinadas às crianças e jovens excluídos foram definidas ao longo destes anos.

2.2 - O trabalho para quem “precisa” trabalhar

O trabalho para quem “precisa” trabalhar era a visão que norteou parte das políticas de atendimento direcionadas às crianças e jovens pobres ao longo da história do Brasil e de vários países.

De acordo com FILGUEIRAS (1996), a questão da valorização do trabalho como meio de integração social, é parte dos valores trazidos pelos países colonizadores, cujas estratégias de assistência aos indivíduos ditos não-integrados/marginais, sempre foram direcionadas para a distinção entre os incapacitados para o trabalho e os aptos que não trabalham (indigentes, ociosos etc). (FILGUEIRAS, 1996 ; LARANGEIRAS, 1999).

Sendo assim, desde o Império, da República, e mais especificamente até o final dos anos 80, a filosofia de atendimento das crianças e dos jovens marginalizados, em geral vistos como potencialmente abandonados e perigosos (ROSEMBERG, 1994; RIZZINI & RIZZINI, 1996 ; PASSETI, 1999) teve por base a educação pela reclusão, onde eram inseridos em atividades profissionalizantes, como carpintaria, serralheria, pedreiro, funileiro, sapateiro, etc, (MARCILIO, 1998), ou seja, a esse contingente de crianças e adolescentes nas ruas, considerados pelas autoridades como moralmente abandonados, se aplicava o discurso que enaltecia o trabalho “... *enquanto instrumento que permitiria, fornecendo-lhes uma profissão, resgatá-los e preservá-los do contato pernicioso das ruas...*” (MOURA, 1998: 276).

De acordo com as leis na época do império e da república (Código do Império de 1831 e do Código Penal da República), as crianças e jovens marginalizados, vistos como perigosos, seriam encaminhados para estabelecimentos disciplinares (SANTOS, 1999; MOURA, 1999).

Estes estabelecimentos disciplinares, também chamados de “*institutos*

privados de recolhimentos para menores” (SANTOS, 1999:222) já existiam desde o século XIX, e em geral, eram fundados por congregações religiosas ou particulares ligadas à indústrias e ao comércio, e tinham o ensino profissional como ponto principal de trabalho. As vagas oferecidas por esses institutos eram destinadas aos filhos de operários e comerciantes, e algumas vagas para crianças e jovens com problemas judiciais encaminhados pelo Estado. No entanto, o fato do Estado encontrar dificuldades dos diretores desses institutos em aceitarem esse jovens, fez com que fossem criadas instituições públicas de recolhimento que tivesse como meta a “...correção e a recuperação dos ‘jovens delinquentes’...” (SANTOS 1999:223).

Como aponta SANTOS (1997), as atividades oferecidas à esse contingente de crianças e jovens eram, basicamente, vinculadas ao mercado informal pois, “...as crianças e adolescentes fabricavam uma diversidade de produtos que variavam do picolé/sorvete, passando por detergente caseiro, cerâmica até a construção de móveis coloniais” (p.11) ou então eram vinculadas às atividades profissionalizantes como patrulheiros-mirins, guardas-mirins etc.

Os objetivos principais destes atendimentos eram: preparar essas crianças e jovens para terem bons costumes e uma profissão, a fim de serem úteis a si mesmos e à nação (MARCILIO, 1998) e, também uma forma de preveni-los da entrada na vida infracional (MARCILIO, 1998 ; MOURA, 1999). De acordo com SANTOS (1999: 216) o caminho mais adequado era o da “...pedagogia do trabalho entendido como principal recurso para a regeneração daqueles que não se enquadravam no regime produtivo vigente.”, ou seja, o afastamento dessas crianças e dos jovens do convívio com a sociedade, tinha o objetivo de transformá-los em trabalhadores nacionais, mão de obra fácil de ser explorada, não qualificada, e

facilmente adaptável. Sendo assim, tinha um sentido muito mais político-ideológico do que qualificação para o trabalho (PASSETI, 1999).

2.3 – Um novo olhar para o jovem e o trabalho

Os anos 90 trouxeram críticas a estes modelos de atendimento, por não se preocuparem em modificar a forma de inserção e atuação do jovem no mercado de trabalho, ou então por estarem vinculados com a lógica da produção e do lucro.

Como aponta MARQUES (1997) nesse período começaram a surgir novos estudos que questionavam as reflexões que tinham o Trabalho como categoria central na análise da sociedade e, conseqüentemente, como fator determinante das chances de participação social, política e cultural dos indivíduos.

De acordo com MARQUES (1997) *“A dialética do trabalho, embora importante, se não combinada com a dialética de outras relações sociais, torna-se inoperante para explicar o nosso tempo”* (p.69). Por essa razão, a autora solicita que seja revisto o poder do trabalho como determinante das relações sociais, e especificamente, a socialização do jovem e a construção da sua identidade.

Com base em novos olhares sobre a relação jovem x trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, levantou então, a necessidade da criação de programas sociais cuja proposta era oferecer um desenvolvimento integral da criança e do jovem, através de um conjunto de atividades (lúdicas, culturais, esportivas etc), onde o trabalho passou a ser mais um componente importante no processo de desenvolvimento e construção da vida dos “pequenos cidadãos” (SANTOS, 1997).

Segundo o mesmo autor, o ECA apontou para a necessidade de oferecer

atividades profissionalizantes remuneradas que respeitem o desenvolvimento pessoal e social do jovem. O trabalho se torna então, um instrumento educativo, no qual as exigências pedagógicas prevalecem sobre o aspecto produtivo. Segundo SANTOS (1997) “...as atividades educacionais devem assegurar ao adolescente que delas participem, condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada” (p.17).

No entanto, ABRAMO (1997) comenta que o fato de não existir, no Brasil, uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens de baixa renda, com exceção da política educacional, faz com que ainda prevaleça os princípios “implícitos” de muitos programas antigos como a “...contenção do risco real e potencial destes garotos, pelo seu ‘afastamento das ruas’ ou pela ocupação de ‘suas mãos ociosas’” (p.26).

Ainda segundo a autora, o objetivo acaba sendo o de “...dirimir ou pelo menos diminuir as dificuldades de integração social” (p.26), seja pelo atendimento em programas de ressocialização (realizados através de educação não-formal, oficinas ocupacionais, atividades de esporte e “arte”) ou em programas de capacitação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho, “...que muitas vezes não passam de oficinas ocupacionais, ou seja, não logram promover qualquer tipo de qualificação para o trabalho”(p.26).

Na visão da autora e demais autores, estes programas acabam atribuindo ao jovem o papel de pessoa problema “...sobre os quais é necessário intervir para salvá-los e reintegrá-los à ordem social” (ABRAMO, 1997:26; CARRANO, 2000).

Se formos pensar especificamente com relação às políticas de atendimento ao adolescente que pratica o ato infracional, o ECA também trouxe contribuições à

medida que apresenta o jovem como sujeito de direitos judiciais e sujeito às medidas sócio-educativas, que segundo VOLPI (1997) e IEE-PUC (1999) também têm como perspectiva a ação educativa, socializadora, e da garantia dos direitos. No entanto, o fato destes jovens serem percebidos pela sociedade a partir de características estigmatizantes e discriminadoras, faz com que os tornem um “problema” em si mesmos (EL-KHATIB, 2001), e, portanto, merecedores de um “tratamento” que os “dignifique” e os “integre” na sociedade.

Neste contexto, a medida sócio-educativa de internação, realizada nas atuais FEBEMs (Fundação do Bem Estar do Menor), ainda se utilizam da idéia do trabalho como forma de integração social, prevalecendo a visão do *“trabalhador a antítese do 'infrator' “* (VIOLANTE, 1985:119). A autora aponta as várias funções das atividades de trabalho na FEBEM: efeito coercitivo, punitivo, ressocializador, meio de ascensão social e como uma forma de passar o tempo da internação.

ASSIS (1999) considera que *“As atividades laborativas nas instituições estão restritas a alguns internos, em geral de bom comportamento...”* (p.170) como cozinha, atividades administrativas, faxina e obras, as mesmas oferecidas nos institutos disciplinares há cem anos atrás, como também a marcenaria, a construção civil e agricultura.

De acordo com SANTOS (1997), as propostas destas instituições é a da educação pelo trabalho, embora não sigam os princípios da mesma, pois,

“Os adolescentes quase nunca participavam da decisão e do planejamento dos bens e serviços a serem produzidos; não sê-lhes repassava o conhecimento teórico, apenas o aspecto prático da atividade laboral; e sobretudo, eles não participavam do lucro do trabalho produzido...”(p.12)

Desta forma então pode-se dizer que, com relação ao atendimento do jovem privado de liberdade, ainda prevalece o princípio da “inserção social” através das atividades de trabalho, ou seja, segundo ASSIS (1999), existe sim uma “... idealização sobre o conteúdo das oficinas, na crença de que elas ofereçam mais possibilidades do que as reais”(p. 171).

Deparamos então com a questão: quais são os aspectos mais importantes a serem considerados em uma proposta de intervenção com esses jovens? Aquilo que é oferecido e valorizado pela sociedade, aquilo que é direito, ou aquilo que é desejado pelos próprios jovens?

Desta forma, pretendemos contribuir para uma reflexão a respeito das mudanças sociais com relação ao jovem, que se encontra em privação de liberdade, e suas possibilidades de adquirir autonomia e condições reais de concretizar os seus planos de futuro. Se possível pretendemos contribuir com os resultados deste estudo em direção a uma efetiva mudança na forma de enxergar este jovem, ou seja, não mais a partir de sua condição de institucionalização, de tutelado, portando o estigma de periculosidade, irrecuperabilidade e inutilidade, mas sim como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, um jovem que tem necessidades próprias de sua fase de desenvolvimento, que almeja independência e autonomia, que está em busca da formação de seus valores enquanto cidadão, com direitos, deveres e desejos. Um

jovem que depara com uma situação de miséria social, descaso e preconceito, e que busca alternativas para, de alguma forma, superar suas dificuldades.

Neste cenário encontramos um jovem, cuja necessidade e interesse em melhorar sua qualidade de vida ultrapassa a inserção em uma atividade remunerada qualquer, mas um jovem que caminha atrás de sonhos que por vezes precisam ser encobertos, por vezes precisam ser destruídos e que, de alguma forma, deixam marcas de exclusão.

Capítulo 3

Objetivos do Estudo

Ao analisar de uma forma ampla o movimento da sociedade no sentido de perceber o jovem em situação de risco pessoal e social e sua relação com a inserção no trabalho, pode-se identificar dois grandes paradigmas. O primeiro, que chamaremos do paradigma da inclusão pelo trabalho, que compreende este jovem como “delinquente”, autor da violência e alguém que precisa trabalhar, pois o trabalho reintegra, previne e “dignifica o homem”. O segundo, nomeado de paradigma do direito, percebe este jovem como sujeito de direitos cuja inserção no trabalho deve ter a função educativa e complementar para a promoção do seu desenvolvimento integral.

Entre estes dois ideais encontramos um jovem inserido numa sociedade de consumo que valoriza o sujeito a partir daquilo que ele possui.

Em busca de uma alternativa para suprir as várias necessidades esse jovem cria estratégias como o Ato Infracional, o Trabalho Infantil e os Trabalhos em situação de rua fazendo disso uma forma de inclusão seja no trabalho, no direito ou no consumo.

Há, atualmente, um grande contingente desses “trabalhadores”, o que torna explícitas as falhas das políticas públicas e o descaso com o jovem. Observa-se que atualmente, as políticas públicas destinadas à estes jovens direcionam suas ações na criação de programas de inserção dos mesmos no mercado de trabalho, geralmente em atividades de subemprego, com “bolsas trabalho” ou “baixos salários”, que não refletem os interesses e experiências dos jovens, e que muitas vezes não permitem essa “inclusão social”.

Portanto, pretende-se, com este estudo, fazer um *levantamento de diferentes aspectos referentes às estratégias de sobrevivência dos jovens*, privados de liberdade, ao longo de suas vidas, partindo-se também, para tanto, da realização de uma *caracterização geral dessa população*. Pretende-se também identificar quais são os interesses destes jovens, com relação a realização de alguma atividade que lhes reverta uma quantia em dinheiro tendo em vista o término de sua última internação na FEBEM.

Espera-se assim, contribuir para as discussões a respeito das políticas públicas direcionadas à estes jovens cujo objetivo, hoje, é promover a inclusão social somente através do trabalho, desconsiderando outros aspectos importantes para o desenvolvimento psicossocial do indivíduo.

Capítulo 4

Procedimentos Metodológicos

4.1 - Campo de estudo

Este estudo foi realizado na Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM)- Unidade Educacional-3 –(UE-3) de Ribeirão Preto localizada na estrada municipal Ribeirão Preto - Dumont, Rodovia Mário Donegá km 223, fora do perímetro urbano da cidade.

A FEBEM-RP trabalha sob regime de reclusão, no qual, o jovem que pratica o ato infracional, considerado como crime ou contravenção penal (Art. 103, ECA), é encaminhado pelo juiz da Vara da Infância e Juventude para cumprir a medida sócio-educativa de internação.

De acordo com ECA a medida sócio-educativa de internação é

“...privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (Seção VII -

Art. 121)

“A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;

II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; e

III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.”(Seção VII - Art.122)

A Unidade da FEBEM de Ribeirão Preto tinha a capacidade máxima de abrigar aproximadamente 180 jovens, que eram distribuídos em 7 pavilhões, onde permaneciam durante o dia e a noite. No período de realização do estudo, em geral, a distribuição dos jovens era feita a partir dos bairros de moradia dos mesmos, devido principalmente, a existências de grupos rivais, que não podiam permanecer no mesmo local, sem que houvesse possibilidade de algum jovem correr risco de sofrer algum tipo de violência.

Nesses pavilhões existia um espaço ao ar livre, chamado de “pátio” pelos jovens, onde costumavam jogar bola e empinar “pipa”. Nos espaços internos dos pavilhões ficavam os banheiros e os quartos chamados pelos jovens de “barracos”, onde dormiam e guardavam seus pertences (roupas e objetos pessoais). Em cada “barraco” ficavam de dois a três jovens. Cada pavilhão possuía uma televisão e em alguns deles um vídeo-cassete utilizado pelos jovens para assistir a programação normal e por vezes um filme levado pelos educadores (profissionais responsáveis pelos jovens).

Aos jovens eram oferecidas as atividades educacionais não obrigatórias como a escolarização “formal” e as oficinas profissionalizantes, que com poucas vagas, atendiam apenas à um pequeno número de jovens que apresentavam “bom

comportamento” dentro da instituição.

Segundo o ECA, durante a internação, é obrigatório o oferecimento de atividades pedagógicas como a escolarização, profissionalização, acesso aos meios de comunicação social, atividades culturais, esportivas e de lazer. Porém, o que se vê na prática e se discute na teoria, é que ainda existem muitas dificuldades para uma correta aplicação das medidas sócioeducativas destinadas aos jovens que praticam o ato infracional, principalmente devido ao *preconceito e a rejeição social* em atender o adolescente.

4.2 - Participantes

Foram convidados a participar do estudo todos os jovens, com idades entre 12 a 18 anos, que se encontravam em situação de privação de liberdade, internados na Unidade Educacional 3 da FEBEM de Ribeirão Preto de junho a agosto de 2000.

4.3 - Abordagem Teórico-metodológica

Para este estudo optamos por seguir a abordagem compreensiva da realidade estudada, buscando assim, compreender os fenômenos sociais a partir ponto de vista dos atores sociais que os experenciam.

Para a abordagem compreensiva “...a sociedade é fruto de uma inter-relação de atores-sociais, onde as ações de uns são reciprocamente orientadas em direção às ações dos outro “ (MINAYO, 1999), sendo a ação, o comportamento humano para o qual lhe é atribuído um significado subjetivo.

A ação se torna social quando são considerados os significados subjetivos a ela atribuídos pelos indivíduos e a influência do comportamento dos outros na sua

realização. (WEBER apud MINAYO, 1999)

4.4 - Instrumentos de coleta dos dados

Optamos pela utilização de um *Roteiro estruturado para realização de entrevista individual* buscando conhecer, dos indivíduos entrevistados, suas opiniões a respeito do objeto de investigação.

Por compreender a realidade estudada como formada pela inter-relação entre indivíduos, cujas as ações são orientadas segundo fatores subjetivos e externos, por influência de outrem, consideramos que o momento da entrevista também é construído pela inter-relação dos atores envolvidos, no caso do pesquisado e do pesquisador, sendo as ações de ambos direcionadas por aspectos subjetivos e pela influência da ação de outrem (instituição, sujeitos presentes no campo de estudo e, entre si).

O roteiro criado para esse estudo foi formado por questões fechadas e uma questão semi-aberta, permitindo assim, obter dados possíveis de comparação e análise descritiva (D'ANCONA, 1996); além de proporcionar o surgimento de informações mais amplas onde o entrevistado pode discorrer sobre o assunto de uma forma menos rígida.

Através deste instrumento buscamos:

- Realizar uma caracterização geral da população quanto à *idade do jovem no momento da entrevista, o grau de escolaridade, local de residência, o bairro de moradia, e a cidade de origem; e as informações sobre o seu percurso de internação como: o número de internações, a idade do jovem em cada uma das internações, tempo da última internação e os motivos das internações*. Sendo que para o

presente estudo, foi escolhido para registro dos motivos das internações, as 12 infrações mais frequentes, segundo estudos realizados com essa população. São elas: roubo, furto, quebra de medida sócio-educativa, tráfico de drogas, homicídio, latrocínio, porte de armas, tentativa de homicídio, porte ou uso de drogas, estupro, receptação e outros (ASSIS, 1999 ; LOZANO, 1999).

- Conhecer diferentes aspectos referentes às atividades realizadas pelos jovens para conseguir recursos e acesso aos bens de consumo ANTES e DEPOIS da internação na FEBEM, considerando *o tipo de atividade realizada pelo jovem, a idade do jovem quando iniciou a atividade, o tempo que o jovem realizou a atividade, o motivo da interrupção da atividade, a quantia recebida, o destino do dinheiro que ele ganhava em cada atividade e a forma que o jovem encontrou para conseguir iniciar a atividade.*
- Identificar quais eram os interesses destes jovens na realização de alguma atividade que lhes revertesse recursos após a internação em que se deu a entrevista.

Foram utilizados os *registro de notas em diário de campo* com o objetivo de complementar os dados coletados nas entrevistas. Estes registros foram compostos por anotações de caráter descritivo e reflexivo que, respectivamente, corresponderam a: *data, hora, local, atividade desenvolvida no estudo, descrição das atividades, fatos, posturas e falas dos participantes significativas para o estudo; comentários e reflexões sobre os fatos ocorridos durante a aplicação dos procedimentos metodológicos, que foram os registros subjetivos (sentimentos, idéias, opiniões e*

etc) referentes ao que ocorria no dia-a-dia na FEBEM e nos demais espaços da pesquisa, tal como sugerem os autores TRIVÏNOS (1987) e BIKLEN & BOGDAN (1994).

4.5 - Fase de adequação do instrumento de coleta de dados

A fase da adequação do instrumento de coleta de dados foi realizada em junho de 2000. Participaram dessa fase oito jovens que estavam na chamada “tranca”². Foram registradas em diário de campo, no dia 20 de junho, as condições desse local. A “tranca” era localizada em um prédio semi-abandonado, nos terrenos da FEBEM, que compreendia dois cômodos. Nesse local, os jovens permaneciam trancados em quartos, contando com um banheiro e uma janela com grades em cada um dos cômodos. Em média, existiam 4 jovens por “tranca”.

A opção por realizar esta etapa do estudo neste local, deveu-se a possibilidade de obter as opiniões dos jovens e verificar as limitações a respeito do instrumento, sem que houvesse a participação de outros jovens que poderiam ser incluídos na fase de coleta de dados.

Nesta fase piloto foi esclarecido aos jovens que os dados colhidos nesta etapa não seriam utilizados no estudo e que a participação deles nos ajudaria a adequar o instrumento.

A análise dessa aplicação piloto mostrou que os jovens consideraram o instrumento simples e não consideraram que a entrevista tivesse uma duração inadequada.

Foi identificado também a necessidade de modificar o roteiro, diminuindo a

2 O termo “tranca” é utilizado pelos jovens internos para designar o local onde são encaminhados os adolescentes que possuíam muitos inimigos dentro dos pavilhões, e por esse motivo não podiam ficar lá, pois corriam o risco de sofrer algum tipo de violência por parte de jovens rivais.

quantidade de itens que o compunham, como a idade em que praticaram a infração e a idade em que foram internados, pois, especificamente com relação à estes itens, os jovens referiram dificuldade em lembrá-los.

O resultado final foi um roteiro (ANEXO B) dividido em três partes:

1ª parte - dados gerais dos jovens;

2ª parte - dados sobre as estratégias de sobrevivência realizadas pelos jovens ANTES e DEPOIS da internação na FEBEM ³.

4.6 - Procedimentos éticos para o início do estudo na FEBEM

Para iniciar o estudo na FEBEM-RP, foi necessária a autorização, solicitada por escrito, da Vara da Infância e Juventude de Ribeirão Preto, e da equipe diretiva da FEBEM-RP (ANEXO A), uma vez que estes jovens estavam sob responsabilidade e tutela do Estado⁴. O consentimento para a realização do estudo foi dado por ambas as partes. É necessário ressaltar que, tanto a equipe Diretiva da Unidade, quanto o Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca, já tinham conhecimento da atuação da pesquisadora com estes jovens através dos trabalhos do NEPDA.

4.7 - Procedimentos de coleta dos dados

Para o início da fase de coleta de dados foi necessária a confirmação do consentimento dado pela equipe diretiva da Unidade e do Juizado da Vara da Infância e da Juventude da Comarca para a realização deste estudo.

³ Os dados coletados na terceira parte referem-se ao estudo da mestranda Juliana Garcia Peres Murad.

⁴ Todos os procedimentos do estudo seguiram as “Diretrizes e Normas Regulamentadora de Pesquisa envolvendo Seres Humanos” (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE).

Na etapa seguinte foi marcada uma reunião com o Diretor da Unidade que forneceu uma lista com os nomes dos jovens internados. No período da coleta de dados haviam 169 jovens internados na FEBEM. Através desta lista foi possível conhecer o número de jovens internados em cada pavilhão da Unidade, e a partir daí, fazer uma previsão e uma programação quanto ao tempo de coleta.

Devido a grande rotatividade de jovens na Unidade, que diariamente são internados e desinternados em diferentes pavilhões, houve a necessidade de ser estabelecido um período de coleta, um corte temporal no qual seriam convidados o número máximo possível de jovens internados naquele período.

Foi estimado que a permanência durante quatro dias em cada um dos sete pavilhões seria suficiente, uma vez que, a média de jovens internados nos pavilhões era de 20 internos. Assim sendo, a coleta dos dados aconteceu no período de 26 de junho a 17 de agosto de 2000.

O período de coleta em cada pavilhão era encerrado quando não havia mais nenhum jovem interessado.

Do total de jovens internados no período (169), 8 participaram da fase da aplicação das entrevistas piloto, 104 participaram das entrevistas, e 57 não foram entrevistados.

Para os jovens que não foram entrevistados, foram observados motivos explicitados por eles, e motivos observados pela pesquisadora.

Como “motivos explícitos” foram identificadas falas dos jovens como "estou de boa", que, segundo as gírias utilizadas por eles, davam a entender que não estavam com vontade de participar do estudo, ou por não gostarem de falar da própria vida, ou então, por receio de que as informações fossem enviadas para o Juiz

ou outro tipo de autoridade, tal como delegado.

Em alguns momentos foram identificados “motivos implícitos”, como, quando os jovens foram abordados para entrevista no momento em que estavam fumando maconha nos “quartos” que eles dormiam.

O uso da maconha em unidades da FEBEM também foi apontado por ASSIS (1999) em um estudo realizado em duas Unidades localizadas no Rio de Janeiro e Recife, no qual foi possível identificar “... *pela fala de alguns internos, que eventualmente há entrada de drogas – especialmente maconha - nas instituições das duas cidades.*” (p.166).

De acordo com o estudo de KODATO & SILVA (2000) realizado na FEBEM de Ribeirão Preto no ano de 1998, a presença de maconha na instituição é percebida pelo cheiro e pelos registros nos boletins internos da Unidade.

Um outro motivo que levou alguns jovens a não participarem do estudo, foi a transferência para unidades da FEBEM de São Paulo durante o período de coleta.

O processo de realização das entrevistas aconteceu da seguinte forma: no primeiro dia de visita foi realizado o convite para participar do estudo, através da apresentação dos objetivos com a leitura do “*rapport*” (ANEXO C), esclarecendo os objetivos da pesquisa, a forma de coleta dos dados, a condição de participação voluntária, garantia do anonimato e o tratamento sigiloso dos dados colhidos.

Nos dias seguintes foram realizadas as entrevistas com os jovens que voluntariamente se interessaram em participar. As entrevistas foram feitas individualmente com os jovens nos respectivos pavilhões, com duração média de 15 minutos cada. Embora houvesse a preocupação em tornar o momento das entrevistas o mais individualizado possível, era comum a permanência de outros jovens junto

com o entrevistado.

Durante a apresentação do estudo os jovens perguntaram, várias vezes, se as informações não iriam ser entregues para o Juiz, sendo necessária a confirmação, também, repetidamente, de que as informações ficariam somente conosco, reforçando então a questão do tratamento sigiloso dos dados.

Toda essa situação veio fortalecer o compromisso e interesse em apresentar o resultados dos estudos para os jovens e para os funcionários da FEBEM com o intuito de responder aos mesmos o resultado das entrevistas.

Houve dificuldades, mas também fatores positivos que auxiliaram e facilitaram a realização das entrevistas, como o fato de alguns agentes de educação, incentivarem os jovens a participar.

O fato de alguns jovens conhecerem as pesquisadoras, dos trabalhos anteriores de promoção de saúde nos pavilhões, também facilitou a aproximação e participação no estudo.

Observamos que, havia uma maior adesão ao estudo quando os jovens que haviam respondido tentavam incentivar os outros a participar dizendo que era fácil e "à pampa"⁵, ou então, quando o roteiro era oferecido aos jovens para uma leitura prévia para que os mesmos pudessem verificar se existiam dúvidas com relação às questões.

5 O termo "a pampa" é utilizado pelos jovens internos para designar algo muito legal.

Para alguns adolescentes, a entrevista funcionou como uma oportunidade de mudar de ambiente, principalmente para os jovens que estavam na ala do “seguro”⁶ onde ficavam trancados em celas, e, também, em alguns casos, o momento da entrevista se prolongava, pois os jovens traziam outros assuntos para conversar, principalmente sobre a angústia gerada pela espera do dia de serem desinternados.

A entrevista na verdade foi um espaço de escuta. Percebemos que esse jovem precisa ser escutado, pois, provavelmente, ele trás em sua história pouco ou quase nenhum momento de escuta, seja na escola, na família ou na sociedade como um todo.

Fica difícil pensar que existem espaços de escuta que efetivamente consigam absorver as angústias destes jovens em unidades como as FEBEMs, principalmente se pensarmos na proporção de técnicos, como psicólogos e assistentes sociais, por jovens internos, por exemplo, no período da entrevista haviam três técnicos para 169 internos.

Essa situação nos fez pensar que para a realização de um estudo, o pesquisador age e interage no campo de estudo em atividades relacionadas com a pesquisa e em atividades relacionadas com a rotina da Instituição. Percebemos que na verdade o estudo foi o espaço de escuta, sendo esse o seu principal valor. Foi o mesmo que dar voz àqueles que estão roucos de tanto chamar a atenção da sociedade, que tampa os ouvidos e os esconde atrás de muros que acabam abafando os seus sons.

Entendemos a pesquisa como algo que atravessa os muros, que aumenta a

6 O termo “seguro” é utilizado pelos jovens para designar um local separado nos pavilhões onde ficam os jovens que precisam ficar separados dos demais, em geral problemas de relacionamento com outros jovens.

intensidade destes sons, principalmente, se esta pesquisa é encarada como um diálogo que vai e vem entre o pesquisador e o pesquisado, que juntos constroem uma fala comum, e que, por ser embasada cientificamente, se torna uma nova possibilidade... para essa mesma sociedade.

4.8 - Procedimentos de análise dos dados

Para a realização do tratamento dos dados deste estudo escolhemos a abordagem qualitativa realizada a partir de uma análise descritiva simples que, segundo SILVA (1999) e SILVA (1998) permite: descrever os dados coletados na amostra, a partir de comentários simples usando métodos numéricos e métodos gráficos. Esta forma de análise possibilita a descrição e análise de uma determinada população sem tirar conclusões genéricas.

Essa posição também é defendida por BOGDAN & BIKLEN (1994) “*Os dados quantitativos são muitas vezes incluídos na escrita qualitativa sob a forma de estatística descritiva*” (p.194)

Como aponta TRIVINOS (1987) “*A análise qualitativa, pode ter apoio quantitativo, mas geralmente, se omite a análise estatística ou o seu emprego não é sofisticado*” (p. 111).

O processo de análise dos dados neste estudo foi acontecendo em etapas distintas e complementares. Inicialmente fizemos um primeiro contato com o material fazendo uma leitura repetida das informações contidas nos roteiros de entrevista e nas notas em diário de campo. A partir dessa leitura foi feita uma primeira organização geral do material, separando as informações referentes à caracterização geral dos jovens, e os dados referentes às estratégias de sobrevivência.

Em um segundo momento, para a sistematização e tratamentos dos dados gerais de caracterização dos jovens, utilizamos o programa de análise estatística em microcomputador EPIINFO 2000 que possibilitou a construção de um banco de dados onde foram agrupadas as seguintes variáveis: *idade do jovem no momento da entrevista, grau de escolaridade, bairros de moradia, cidades de procedência, número de internações na FEBEM, motivos das internações e a idade do jovem na primeira internação.*

As informações a respeito dos bairros de moradia dos jovens foram classificadas de acordo com o perfil de renda estabelecido pelo IBGE, Divisão dos bairros por Distritos Censitários (GOLDANI, 1997) e classificados em:

- ◆ Rico – nos quais mais do que 75% dos residentes cabeça de família recebem mensalmente o equivalente a 5 salários mínimo ou mais;
- ◆ Médio rico – nos quais de 50 a 75% recebem 5 salários ou mais.
- ◆ Médio pobre – nos quais 25 a 50 % recebem 5 salários ou mais, e
- ◆ Pobre – até 25 % recebem 5 salários (Quadro 1 - ANEXO D)

Esta etapa teve o objetivo de conhecer as características gerais dos jovens entrevistados, além de permitir a realização de comparações com dados encontrados em outros estudos realizados com jovens que se encontram em situação de risco pessoal e social, mais especificamente aqueles em situação de privação de liberdade.

A análise desses dados foi realizada a partir de critérios de frequência das variáveis investigadas, determinando as maiores e menores porcentagens por grupos de informações.

A terceira etapa de análise teve o objetivo de organizar os dados referentes às experiências dos jovens em *atividades* para conseguir recursos e acesso aos bens de

consumo. Para isso, elaboramos a trajetória de vida de cada entrevistado, representada através de uma linha cronológica (Figura 1), na qual registramos:

- (1) o número de ordem da internação na FEBEM e os seus motivos;
- (2) as idades no momento das internações e no início das *atividades*;
- (3) a duração de cada uma das *atividades*;
- (4) o tipo e algumas características das *atividades* (forma como conseguiu, quantia recebida, como gastava o dinheiro e motivo para a sua interrupção).
- (5) os planos para a realização, após a última internação⁷, de alguma *atividade* que lhes rendesse dinheiro ou então que gostaria de aprender ou realizar caso tivessem a oportunidade de escolha.

A partir das informações contidas nas *Linhas Cronológicas das Estratégias de Sobrevivência* foram definidas *categorias de análise* referentes aos tipos de *atividade* realizadas pelos jovens para conseguir recursos e para ter acesso aos bens de consumo.

⁷ A internação em que se deu a entrevista.

Figura 1 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 82 (17 anos – 7ª série incompleta)

Para este estudo consideramos:

Atividade como sendo toda a estratégia de ação realizada pelo jovem com o objetivo de conseguir recursos e acesso aos bens de consumo.

Trabalho foi utilizado para designar os tipos específicos de estratégias de ação.

As atividades realizadas pelos jovens foram divididas em duas categorias:

Atividade Legal e Atividade Ilegal

3.7.1) **Atividade Legal** corresponde a todas as estratégias utilizadas pelos jovens que, em parte, estão amparadas em princípios legais. Neste caso então,

o termo **Legal** pode derivar de,

“Legal – derivado do latim legalis, de lex(lei), entende-se, a rigor, o que se faz em conformidade à lei ((grifo meu)), segundo preceito ou regra instituída em lei. Mas, em sentido amplo, legal não exprime somente o que é autorizado ou introduzido pela lei. Também se entende legal tudo o que se possa fazer ou tudo o que é autorizado ou conforme ao uso e ao costume, ou está assentado pela jurisprudência. Tem, por isso, o mesmo sentido de legítimo e de lícito. Legal, pois, em ampla acepção é tudo o que não contravém a princípio de Direito, seja instituído pela lei, pelo costume ou pela jurisprudência.” (De Plácido & Silva, 1993:56)

Nesta categoria consideramos dois tipos de trabalho: juvenil e em regime de aprendizagem.

a - *Trabalho juvenil*: consideramos, neste estudo, todas as atividades realizadas pelos jovens com idade mínima básica de 14 anos ou mais, sendo que o mesmo, através dela, recebe uma quantia de dinheiro em forma de salário mensal ou diário. Exemplificando tem-se: servente de pedreiro aos 15 anos, recebendo R\$15,00/dia (E32); padeiro aos 14 anos, recebendo R\$200,00/mês (E91)

b – *Trabalho em regime de aprendizagem*: consideramos todas as atividades de trabalho realizadas pelos jovens, com idade mínima inferior de 12 a 14 anos⁸, inseridos em programas de atendimento governamental ou não-governamental, cujo pagamento era feito em forma de bolsa aprendizagem

8 Para este estudo será adotada a idade mínima de 12 anos para trabalho aprendiz, pois, na época que os jovens realizaram essas atividades ainda estava em vigor a lei que determina o trabalho aprendiz para jovens de 12 a 14 anos. Atualmente a faixa-etária adotada pela lei é de 14 a 16 anos.

prevista no ECA, Art. 64. Exemplificando: Office boy pelo Programa profissionalizante Pró-Menor de Ribeirão Preto (PROMERP) com 13 anos, recebendo R\$ 70,00/mês. (E80)

Foram consideradas legais as atividades realizadas pelos jovens a partir da idade mínima básica de 14 anos, tendo por referência a Convenção nº 138 de 1973 proferida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). De acordo com essa Convenção, a idade mínima básica de ingresso do jovem no mercado de trabalho não pode ser inferior à idade em que cessa a obrigatoriedade escolar (15 anos). No entanto, a OIT torna facultativo aos países que não possuem economia e sistemas escolares desenvolvidos, estabelecer a idade mínima de 14 anos, como é o caso do Brasil (ABBUD, 1997 ; OIT, 1994).

Optamos por definir as categorias, a partir das normas e princípios trabalhistas estabelecidas pela OIT, pois:

- As normas e os princípios são criados através de discussões e debate no fórum internacional formados por governos, empregadores e trabalhadores de diversos “países-membros”, incluindo o Brasil. As normas internacionais de trabalho, emitidas pela OIT, são instrumentos jurídicos que regulamentam aspectos relacionados com o trabalho, o bem-estar social ou os direitos humanos. A partir do momento que as convenções proferidas pela OIT são aprovadas cada país-membro assume um compromisso formal de aplicar suas disposições.
- A questão do trabalho infantil tem estado entre as principais

preocupações da OIT, à medida que há crianças trabalhadoras no mundo inteiro. A OIT entende que o conceito ***Trabalho infantil*** deve ser aplicado a todas as crianças com menos de 15 anos de idade que trabalham ou se empregam com o objetivo de ganhar o próprio sustento e o de sua família (OIT, 1993).

- Considera que é fato comprovado a necessidade de muitas crianças e jovens iniciarem atividades para ganhar dinheiro, principalmente em países com grande desigualdade social e má distribuição de renda, portanto, a OIT aponta para a necessidade de serem estabelecidas políticas públicas que efetivamente atendam às reais necessidades das crianças e dos jovens, respeitando as peculiaridades do contexto no qual fazem parte.

3.7.2) ***Atividade Ilegal*** corresponde a todas as estratégias utilizadas pelos jovens que, em parte, não estão amparadas pelos princípios legais. Neste caso então, o termo ***Ilegal*** pode derivar de,

“Ilegal – derivado de legal, regido pelo prefixo negativo il, o mesmo que in no qual se substitui antes do l, quer o adjetivo exprimir tudo que contravém ao princípio da lei ou que possa exceder o seu teor. Empregado em equivalência a ilícito e a ilegítimo. Mas, propriamente, seu significado sensivelmente se distingue dessas duas palavras. O ilícito é o que se faz contravindo a proibição legal. É sentido que se contém no ilegal, em parte, pois que o seu é de maior

amplitude, vai ao que a lei proíbe o excedente do que estava autorizado. É portanto, o que não encontra apoio na lei ((grifo meu)) ou não está autorizado legalmente. Quanto ao ilegítimo, possui esse sentido mais amplo, pois que como tal se considera não somente o que seja contrário a lei, mas tudo a que faltar condição, julgada indispensável para que surta certos efeitos” (De Placido & Silva, 1993:405).

Nessa categoria consideramos três tipos de trabalho:

a - *Ato infracional* considerado pelo ECA como “...a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (ECA - Título III, Capítulo I, Art.103) realizada pelo jovem para conseguir recursos e ter acesso aos bens de consumo, por exemplo: tráfico de drogas aos 14 anos, obtendo R\$ 100,00/semana (E67)

b - *Trabalho em situação de rua* são as atividades realizadas pelos jovens nas ruas que lhes reverterem alguma quantia em dinheiro sem a mesma estar vinculada ao pagamento em forma de salário fixo diário, semanal ou mensal, como: olhar carro/moto estacionados aos 13 anos, obtendo em torno de R\$ 20,00/dia. (E67)

c - *Trabalho infantil* são as atividades realizadas pelos jovens com idade abaixo da idade mínima básica de 14 anos, através da qual o jovem recebe uma quantia de dinheiro em forma de salário diário, semanal ou mensal, como exemplo: cuidar de gado aos 10 anos, recebendo R\$ 150,00/mês (E13); pegar bolinha nas quadras de tênis aos 12 anos, recebendo R\$

100,00/mês (E78)

De posse das *Linhas Cronológicas das Estratégias de Sobrevivência* e das *categorias de análise* elaboramos três quadros (Parte do Quadro 1 - ANEXO E) nos quais os participantes foram distribuídos a partir das atividades por eles realizadas ANTES⁹ da primeira internação na FEBEM, segundo as categorias Atividade Legal e Atividade Ilegal.

Cada quadro foi composto pelas seguintes informações:

Dados de caracterização geral: o número da entrevista, a idade do jovem no momento da entrevista, o grau de escolaridade, o número de internações na FEBEM, a idade do jovem na primeira internação e o motivo das internação.

Dados sobre as estratégias de sobrevivência: o tipo de atividade realizada ANTES e DEPOIS da internação na FEBEM, a idade do jovem quando iniciou cada atividade, o tempo que o jovem realizou cada atividade e a trajetória de realização das atividades.

Através destes quadros foram elaboradas tabelas de frequência cujo objetivo foi identificar quantos jovens haviam realizado cada tipo de atividade e caracterizá-los para assim verificar se havia algum tipo de semelhança ou diferença entre cada grupo e entre as características investigadas.

⁹Optou-se por essa distribuição para que fossem incluídos todos os entrevistados.

Capítulo 5

Resultados

5.1 - Caracterização geral dos jovens entrevistados

A caracterização geral dos 104 entrevistados foi realizada para subsidiar a discussão dos dados referentes às estratégias de sobrevivência utilizadas pelos jovens durante toda as suas vidas, e também, provocar o surgimento de algumas reflexões sobre as condições de vida desses jovens e seus direitos enquanto pessoa em desenvolvimento. Através destes dados foi possível obter um perfil da população investigada quanto a faixa-etária, grau de escolaridade, bairro de moradia, cidade e estado de procedência, número de internações na FEBEM e a idade do jovem em cada uma delas e os atos infracionais praticados em cada internação.

Através dos dados apresentados observamos que, independente do número de internações, a maioria dos jovens, representada por 91,3% (95) tinha idades entre 15 e 18 anos, sendo que 46,1% (48), concentrava-se na faixa-etária de 15 a 16 anos no momento da entrevistas, e 45,2% (47) entre 17 a 18 anos.

Tabela 1 - Distribuição dos jovens por faixa-etária no momento da entrevista, grau de escolaridade, bairros de moradia e cidade de residência segundo a condição de internação – 2000.

Variáveis	Condição de internação		Totais n= 104 %
	1 internação	≥2 internações	
	n=44 %	n=60 %	
FAIXA-ETÁRIA			
13 - 14 anos	6,7 (7)	2,0 (2)	8,7 (9)
15 - 16 anos	20,2 (21)	25,9 (27)	46,1 (48)
17 - 18anos	15,4 (16)	29,8 (31)	45,2 (47)
GRAU DE ESCOLARIDADE			
1 - 4 série	16,3 (17)	19,2 (20)	35,5 (37)
5 - 8 série	24,0 (25)	35,5 (37)	59,6 (62)
1º – 2º colegial incompleto	2,0 (2)	1,0 (1)	2,9 (3)
Sem escolaridade	-	1,0 (1)	1,0 (1)
Sem informação	-	1,0 (1)	1,0 (1)
BAIRRO DE MORADIA			
Médio-rico	-	2,0 (2)	2,0 (2)
médio - pobre	9,6 (10)	15,4 (16)	25,0 (26)
pobre	19,2 (20)	36,5 (38)	55,7 (58)
Morador de rua	1,0 (1)	-	1,0 (1)
Outros bairros em outras cidades	12,5 (13)	3,8 (4)	16,3 (17)
CIDADE DE RESIDÊNCIA			
Cidade de Ribeirão Preto	29,8 (31)	53,8 (56)	83,7 (87)
Municípios de Ribeirão Preto	8,6 (9)	2,9 (3)	11,5 (12)
outros Municípios	3,9 (4)	1,0 (1)	4,8 (5)
Total	42,3 (44)	57,7 (60)	100 (104)

O mesmo se observa em estudos realizados com jovens autores de ato infracional em São Paulo e no Rio de Janeiro. Observa-se que, independente do número de internações dos jovens, a faixa-etária de maior frequência também foi de 15 a 18 anos. (ASSIS,1999 ; Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2000 ; VOLPI, 2001).

O estudo apresentado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (2000), realizado pelo Núcleo de Violência da USP-SP (NEV-USP) em parceria com a Fundação SEADE (SEADE), as idades de 16 e 17 anos foram as de maior ocorrência, num total de 51,5%, resultado este também encontrado no presente estudo, pois, 50,1% dos jovens entrevistados estavam com 16 a 17 anos no momento da entrevista (Tabela 1 do ANEXO D).

Refletir à respeito da faixa-etária em que os jovens estão internados na FEBEM é extremamente relevante se formos considerar dois aspectos:

- faixa-etária que corresponde a da adolescência;
- faixa-etária utilizada como argumento pelos movimentos a favor do rebaixamento da idade penal para 16 anos.

Sobre a questão da faixa-etária correspondente à adolescência, SILVA (1999) a caracteriza como um momento com processos de socialização bastante peculiares e próprios da fase, pois, os mediadores sociais e culturais desta população se diferencia dos adultos e crianças e a forma de vivenciar e sentir os resultados de eventos sociais, econômicos e culturais também são diferentes, “... *uma vez que os recursos e instrumentos de desenvolvimento são diferentes daqueles característicos do adulto e da criança*” (SILVA, 1999:11).

Portanto, a autora chama a atenção para a necessidade de se considerar o contexto de vida deste adolescente pois será a partir dele que essa adolescência será construída.

Como será que esse jovem vivência a sua adolescência cuja marca de FEBEM determina um contexto de privação de liberdade que interfere diretamente nos seus processos de socialização?

Será que esses jovens não estão nos mostrando como eles estão percebendo e sentindo os eventos sociais, econômicos e culturais da sua vida, ao buscar a prática do ato infracional como um instrumento para vivenciar sua juventude?

É certo então, que os movimentos a favor do rebaixamento da idade penal não devem estar considerando questões como essas ao proporem o encaminhamento de jovens aos 16 anos para o sistema prisional, ou seja, fica claro que os defensores

dessa idéia não consideram esses jovens como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento.

Os dados do presente estudo reforçam ainda mais a seriedade dessa problemática pois, a concretização de idéias como essa significaria por exemplo, a transferência de mais de 50% dos jovens entrevistados nesse estudo para o sistema prisional.

Segundo PEREIRA (2001), a diminuição da idade penal representa para uma grande parcela da sociedade uma forma mais oportuna, simples e segura para evitar a “falta de responsabilização” dos jovens que praticam o ato infracional, principalmente aqueles que são encaminhados para a medida sócio-educativa de internação.

De acordo com VOLPI (2001), muitos juristas, meios de comunicação, políticos e demais pessoas, acreditam que o fato de jovens menores de 18 anos serem inimputáveis penalmente significa que os mesmos sejam irresponsáveis e capazes de praticar delitos, fazendo desse ponto de vista uma crítica à medidas sócio-educativas previstas pelo ECA, e um discurso favorável ao rebaixamento da idade penal para os 16 anos.

No entanto se pensarmos nas condições em que se encontra a rede de atendimento à esses jovens, como aponta PEREIRA (2001), “...fica demonstrada a incapacidade do sistema de garantias de direitos de oferta, de modo articulado e competente, de programas sócio-educativos aos adolescentes autores de ato infracional para o devido cumprimento das medidas legais.”

Assim sendo, a questão da irresponsabilidade do jovem e a idéia de que o ECA não prevê a responsabilização e “recuperação” dos mesmos são argumentos

utilizados pelo movimento a favor do rebaixamento da idade penal, mas que, segundo SARAIVA (2001), não refletem a verdadeira razão para o fato, ou seja, a

“...incompetência do Estado na execução das medidas sócio-educativas previstas na Lei, a inexistência ou insuficiência de programas de execução de medidas em meio aberto e a carência do sistema de internamento (privação de liberdade), denunciado diariamente pela imprensa, com raras e honrosas exceções” (p.59).

Com relação à escolaridade dos jovens entrevistados, de acordo com a Tabela 1, 59,6% (62) dos jovens encontravam-se no ensino fundamental, sendo que a maior frequência de jovens nesta faixa corresponde à 5ª e 6ª série incompletas, como apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição frequencial dos jovens segundo o grau de escolaridade

Segundo dados apresentados pelo NEV-USP em parceria com a SEADE

(Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2000), 85,2% dos jovens que estavam envolvidos com a criminalidade urbana no Município de São Paulo nos anos de 1988 -91 e 1993-96, cursaram até o ensino fundamental.

Outros estudos, como o realizado em Ribeirão Preto, apontam que a grande maioria dos jovens que apresentaram envolvimento com atos infracionais, principalmente com homicídio, situou-se na faixa de 1ª a 4ª série. Os autores atentam para as idades que ocorrem a evasão escolar, sendo elas de 12 e 14 anos, “... *faixa etária que marca o início do envolvimento com os atos infracionais*” (KODATO & SILVA, 2000:509).

De acordo com VOLPI (2001) em seus estudos com jovens autores de ato infracional, a escolaridade “... *está concentrada nos primeiros anos de estudo, definindo um índice de defasagem na relação série idade muito superior à média geral. Trata-se portanto, de jovens de muito baixa escolaridade e alto grau de defasagem*” (p.83)

Acredita-se que as crianças e os jovens que deixam de freqüentar a escola não têm outro caminho que não seja começar a comportar-se de uma forma “não aceitável”, principalmente se os mesmos começarem a freqüentar as ruas. Dentro desta perspectiva, atribui-se à escola o papel de protetora e mantenedora da ordem social (ADORNO, 1991).

No entanto, o mesmo autor aponta para a necessidade de questionar se a escola efetivamente cumpre este papel, pois, em geral, o espaço escolar está distante destes jovens pois não oferece condições para uma efetiva realização social, muitas vezes, devido ao fato de se mostrar incompatível com o universo cultural desta população, além de ser um espaço “...*destituído de emoções e de atrações lúdicas,*

espaço desinteressante e desmotivador” (p.78)

De acordo com ASSIS (1999) em seu estudo com jovens autores de ato infracional e seus irmão e primos, foram apontadas pelos entrevistados algumas razões para a interrupção dos estudos como: *“...reprovação, o fato de não se sentirem atraídos pela escola, o envolvimento com atos infracionais, as dificuldades de aprendizagem, a instabilidade na moradia, os problemas emocionais e de saúde e a entrada no quartel “ (p. 72),* sendo que, muitas vezes essas razões vieram também acompanhadas pela inserção destes jovens no mercado de trabalho.

Sendo assim, os jovens “excluídos socialmente” devido a condição sócio-econômica, ou pela prática do ato infracional, têm acesso às escolas cujo processo de aprendizagem se dá através das formas mais rudimentares, que acabam atuando como fator de interrupção do processo educacional (VOLPI, 2001). Como complementa ADORNO (1991), nesse contexto ocorre o processo de expulsão deste jovem do sistema educacional, seja pela evasão escolar, ou pela expulsão propriamente dita.

Com relação a análise e classificação dos bairros de moradia dos jovens entrevistados, foi utilizado o estudo realizado por GOLDANI (1997) na cidade de Ribeirão Preto, no qual foi realizado a distribuição geo-econômica da população.

Neste estudo, os bairros de moradia foram classificados de acordo com o perfil de renda estabelecido pelo IBGE, sendo eles: rico, médio-rico, médio-pobre. Seguindo essa classificação, 68,0% dos jovens entrevistados foram classificados como pobre. Apenas 2,0% dos jovens relataram morar em bairros classificados como médio-rico.

Segundo KODATO & SILVA, (2000), a maior parte destes jovens provém

das camadas pobres da população devido à “...*baixa escolaridade, desemprego, baixa qualificação profissional dos responsáveis e condições de moradia*” (p.509).

No Quadro 2 (ANEXO D), está apresentada a distribuição dos jovens de acordo com os bairros relatados, sendo o Parque Ribeirão Preto e o Ipiranga, os de maior frequência, representam 35,5% (37) do total de jovens entrevistados.

Isto também pode ser observado nos dados apresentados no jornal Folha de São Paulo (AÇÃO ANTIVIOLÊNCIA, 2001). Nessa reportagem, segundo o Juizado da Infância e da Juventude de Ribeirão Preto, a maioria dos jovens em conflito com lei moram nos bairros Ipiranga e Parque Ribeirão Preto.

Ambos os bairros de maior incidência estão localizados nas regiões Norte e Oeste do município que, segundo KODATO & SILVA (2000) são os setores de maior concentração populacional e onde centralizaram a maior parte dos 101 homicídios investigados no estudo, correspondendo a 78,22% do total.

Quanto a cidade de residência dos jovens, podemos observar na Tabela 1 que dos 104 jovens entrevistados, 83,5% (87) residiam em Ribeirão Preto, 11,5% (12) em outros Municípios da região de Ribeirão Preto e 4,8% (5) de outros Municípios.

Os Municípios que fazem parte da região de Ribeirão Preto que apresentaram maior frequência de jovens internados foram Serrana e Sertãozinho, como apresentado no Quadro 3 (ANEXO D). Segundo os dados fornecidos pelo Juizado da Infância e da Juventude de Ribeirão Preto ao jornal Folha de São Paulo, a maioria dos jovens autores de ato infracional, oriundos de outras cidades, vêm de Serrana e Sertãozinho (AÇÃO ANTIVIOLÊNCIA, 2001)

A existência de jovens de outros municípios internados na FEBEM de Ribeirão Preto evidencia a dificuldade de desenvolver um trabalho que vise uma

articulação deste jovem com sua comunidade e com sua família.

Segundo o ECA (Art. 124, inciso VI) o jovem encaminhado para a medida sócio-educativa de internação deve permanecer internado na mesma localidade ou a mais próxima de sua família, para que o processo de inclusão social aconteça. No entanto, a resistência das cidades em permitir a implantação de um programa de atendimento ao jovem em conflito com a lei, de certa forma dificulta a realização destes trabalhos.

Percebe-se que ainda existe um preconceito muito grande da sociedade, que se vê ameaçada frente a essa população e a favor da manutenção da cultura das grandes instituições centralizadas em cidades de maior número populacional, como é o caso de Ribeirão Preto.

De acordo com VOLPI (2001),

“Enquanto as crianças e adolescentes vítimas destas diferentes formas de exploração conseguem obter da parcela da sociedade a preocupação e a solidariedade mínimas para a sua situação, os adolescentes autores de ato infracional ainda são tratados com preconceito, agressividade e repressão. Dificilmente a sociedade e o Estado conseguem vê-los enquanto cidadãos, e seu tratamento é simplificado a um conjunto de ações repressivas, imaginando-se que o rigor da pena possa diminuir a prática dos seus atos.” (p.25)

Para facilitar a visualização da distribuição dos jovens entrevistados em relação ao número de internações apresentamos a seguir o Gráfico 2.

A respeito dos dados sobre o percurso de internação destes jovens observa-se que 58,0% (60) dos jovens foram internados mais de uma vez.

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos jovens segundo o número de internações na FEBEM - 2000

De acordo com dados da Diretoria da FEBEM de Ribeirão Preto, em 1996 foram internados 379 jovens pela primeira vez e 471 que já haviam sido internados anteriormente (GUEDES, 1998).

Comparando os dados, fornecidos pela própria Unidade em 2000, quando do início deste estudo, dos 972 jovens internados entre outubro de 1997 a outubro de 1998, 50,3% (489) haviam sido internados mais de uma vez. Em outubro de 1998 a outubro de 1999, esse número aumentou para 51,1% (514), em relação aos 969 jovens internados neste período.

Segundo o estudo realizado por KODATO & SILVA (2000) através da análise de cento e um processos instaurados no Ministério Público sobre homicídios de adolescentes no período de 1995-98, em torno de 60,0% dos jovens haviam sido internados na FEBEM mais de uma vez. Destes, 38% foram internados mais de três vezes, resultado este semelhante àquele encontrado por Assis (1999), pois, dos 537 jovens entrevistados, 33,2% (101) haviam passado pela FEBEM mais de três vezes.

Com relação aos resultados desta pesquisa, 30% (32) tiveram mais de três internações. Como se pode observar na Tabela 1 (ANEXO D) 60,0% (19) dos jovens que foram internados mais de duas vezes estavam na faixa-etária de 17 a 18 anos, ou seja, é grande a probabilidade destes jovens, ao saírem da FEBEM, continuarem a prática do ato infracional e consequentemente serem encaminhados para o sistema prisional.

O grande número de jovens que são encaminhados para a medida sócio-educativa de internação mais de uma vez pode representar a falência das políticas de atendimento direcionadas a esta população, uma vez que este dado significa que estes jovens continuaram a infracionar, ou seja, a esperada “inclusão social” não aconteceu de forma a possibilitar que este jovem possa vivenciar um outro tipo de experiência de vida que não seja a “vida do crime”. Essa situação se agrava na medida que estes jovens atingem a idade de 18 anos, nas mesmas condições de vida de quando iniciou a prática de atos infracionais.

De acordo com as respostas fornecidas pelos jovens, e apresentadas no Gráfico 3, a faixa-etária na primeira internação concentrou-se entre 15 e 17 anos, representando 56,7% (59) do total de entrevistados¹⁰.

10 Um (01) jovem não lembrou a idade na primeira internação.

Gráfico 3- Distribuição percentual dos jovens segundo a idade na primeira internação

A partir dos dados apresentados na Tabela 2 (ANEXO D) pode-se observar que a maioria dos jovens que estavam na primeira internação tinham de 16 a 17 anos, enquanto que os jovens com mais de uma internação, quando da primeira, tinham de 14 a 16 anos.

Segundo as informações registradas no diário de campo, praticamente todos os jovens entrevistados relataram ter passado pelo Distrito policial devido a prática de furtos. Alguns jovens relataram que eram tantas as passagens pelos distritos, que não conseguiam definir o número de vezes. Portanto, a idade da primeira internação não significa necessariamente a idade em que o jovem iniciou a prática do Ato Infracional, pois, observamos que praticamente todos os entrevistados já praticavam o Ato Infracional antes da idade em que ocorreu a primeira internação na FEBEM.

Do ponto de vista legal, o jovem que pratica o Ato Infracional é encaminhado

para uma das medidas sócio-educativas previstas no ECA - capítulo IV, que para serem aplicadas levam em consideração a capacidade do jovem de cumpri-la e as circunstâncias e gravidade da infração.

As medidas são assim apresentadas no ECA:

“SEÇÃO II

Da advertência

Art.115. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

SEÇÃO III

Da obrigação de Reparar o Dano

Art.116. E, se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

SEÇÃO IV

Da Prestação de Serviço à Comunidade

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente de 6 (seis) meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de 8 (oito) horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

SEÇÃO V

Da Liberdade Assistida

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º. A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o

defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social.

II – supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula.

III – diligenciar no sentido de profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; e

IV – apresentar relatório do caso.

SEÇÃO VI

Do Regime de Semiliberdade

Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º. É obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º. A medida não comporta prazo determinado, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

SEÇÃO VII

Da Internação

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º. Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º. A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada no máximo a cada 6 (seis) meses.

§ 3º. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a 3 (três) anos.

§ 4º. Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º. A liberação será compulsória aos 21 (vinte e um) anos de idade.

§ 6º. Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;

II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; e

III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.”

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.”¹¹

Considerando as informações relatadas pelos jovens e registradas em diário de campo sobre as passagens pelo Distrito Policial antes da primeira internação na FEBEM, podemos sugerir que talvez o encaminhamento deste jovem à FEBEM pode não estar sendo o primeiro recurso utilizado, já que a primeira internação está sendo realizada entre 16 e 17 anos.

No entanto, se considerarmos os motivos das internações dos jovens, que serão apresentados a seguir, percebemos que a medida de internação parece ainda estar sendo aplicada mesmo que o Ato Infracional praticado não se inclua nos critérios estabelecidos no Art. 122 do ECA, pois, ainda encontramos vários jovens na primeira internação por furto, tráfico e porte de drogas. Isso nos faz pensar que talvez ainda não estejam sendo efetivamente aplicadas as medidas sócioeducativas em meio aberto como a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços à comunidade.

Segundo PEREIRA (2001),

“Os dados oficiais relativos à aplicação da lei junto

11 Serão apresentados somente dois artigos referentes a medida de internação e específicos as condições necessárias para a aplicação da medida.

aos adolescentes autores de ato infracional revelam que a medida sócio-educativa de internação (privativa de liberdade) aplicadas aos que cometem infrações graves, constitui-se a únicas das quatro medidas executadas em todas as unidades da Federação (100%). As demais, estão assim apresentadas: internação provisória em 78%; a semiliberdade e a liberdade assistida em 74%; e prestação de serviço à comunidade em apenas 52% das unidades federadas”(p.34).

Os gráficos apresentados a seguir referem-se a freqüência das infrações praticadas pelos jovens durante todo o seu percurso de internação na FEBEM¹².

Gráfico 4 - Distribuição percentual de todos os atos infracionais praticados pelos jovens em todas as internações

Analisando os dados de uma forma geral, observa-se que o roubo foi o ato

¹²Como a grande maioria dos jovens realizou mais de um tipo de infração por internação, o número total de infrações é maior que o número de entrevistados.

infracional de maior frequência, com 41,9% (47) do total de 112 infrações praticadas pelos jovens na primeira internação, e 32,6% (66) do total de 202 infrações referidas pelos jovens durante todas as internações na FEBEM.

Gráfico 5 - Distribuição percentual dos atos infracionais praticados pelos jovens na primeira internação

O homicídio é a segunda infração com maior ocorrência, representando 15,2% do total de infrações realizadas na primeira internação.

Ao analisar esses dados de acordo com o número de internações na FEBEM, observamos que existe uma diferença entre a frequência de realização das infrações quando comparadas com o número de passagens pela FEBEM pois:

- a) Para os jovens que estavam na primeira internação foi encontrada a seguinte ordem de tipos de infração: roubo, homicídio, latrocínio, furto, tentativa de homicídio, tráfico de drogas e porte de armas.

- b) Para os jovens que haviam sido internado mais de uma vez, as infrações praticadas puderam ser assim distribuídas: roubo, tráfico de drogas, porte de armas, furto, homicídio, e na mesma proporção latrocínio, porte ou uso de drogas e tentativa de homicídio.

Com relação ao homicídio, por exemplo, observou-se que, na análise das infrações praticadas na primeira internação, esta foi a segunda infração mais relatada, representando mais da metade das infrações relatadas pelos jovens que estavam na primeira internação e, a quinta para os jovens com mais internações.

No entanto, ao analisar os atos infracionais praticados pelos jovens durante todas as internações na FEBEM, observa-se que o homicídio tem maior frequência nos jovens que tinham mais do que uma internação.

Este resultado pode ser fruto da correta aplicabilidade da medida sócioeducativa de internação, que determina que o encaminhamento do jovem seja feito somente em casos excepcionais, ou quando se tratar da prática de um ato infracional de grave ameaça ou violência à pessoa (Art. 121 e 122, inciso II).

No entanto, deve-se levar em conta as peculiaridades da cidade de Ribeirão Preto, que apresenta um crescimento do número de homicídios de jovens se comparado com a população em geral (KODATO & SILVA, 2000). Segundo o estudo de SILVA (1999), durante o período de 1984 a 1996, em Ribeirão Preto, houve um aumento de homicídios cometidos por jovens na proporção de 40 vezes mais entre 1986 a 1996. Segundo a autora *“A sua participação, em relação ao total de processos em cada ano, variou de 0,13% (1984) a 2,04% (1996). Em seguida, aparece o tráfico de entorpecentes, que aumentou 23,75 vezes, com variação de 0,54% a 4,86%”* (p.56).

A mesma autora aponta para o fato dos jovens estarem assumindo a autoria dos homicídios em metade dos casos analisados, sem tê-los realizado efetivamente. Essa informação também foi fornecida pelos jovens entrevistados neste estudo.

A utilização dos jovens como culpados de homicídios que não foram realizados por eles, é uma forma de proteger os verdadeiros culpados, que por serem adultos podem permanecer muitos anos na cadeia, ao contrário do jovem, que acaba ficando internado, em geral, por um ano, podendo chegar no máximo até três anos de internação. Neste caso, o jovem se torna, na verdade, vítima e vitimizador aos mesmo tempo.

Segundo o Dr. João Agnaldo Donizete Gandini, juiz da 4ª Vara Criminal de Ribeirão Preto desde 1991, em entrevista para a revista REVIDE em 1998, a briga por pontos de tráfico de drogas aumentou muito, principalmente devido à riqueza da região, posição geográfica e pela falta de infra-estrutura da polícia. (TOFETI, 1998).

Dessa forma, um outro ponto a ser considerado como consequência do aumento de homicídios praticados por jovens, é a existência, em Ribeirão Preto, de grupos rivais, em geral divididos por bairros e com ligação ao tráfico de drogas que, frequentemente, entram em confronto, resultando em morte.

De acordo com levantamento feito pela Delegacia Seccional de Ribeirão Preto, de 1995 a 1997 houve um aumento do número de homicídios. Das vítimas, 85% tinham antecedentes criminais e envolvimento com o tráfico de drogas (GUEDES, 1998).

SILVA (1999) atribui ao homicídio o papel de reflexo da incapacidade de resolver os conflitos a partir de uma perspectiva da negociação e apresenta os seguintes dados em seu estudo:

“Comparando-se os casos praticados pelos adolescentes com os da população em geral, verifica-se uma participação bastante alta dos adolescentes. Em 1995, enquanto a Delegacia Seccional de Polícia (s/d) registra a ocorrência de 28 homicídios de autoria conhecida, no Juizado da Infância e Juventude são encontrados 15 processos de homicídios cometidos pelos adolescentes. É importante dizer que, a exemplo do que ocorre com o tráfico, também os homicídios são incrementados em 1990, onde o número de casos sobe de 2 (em 1989) para 6 (em 1990). Em 1993 e 1996 o homicídio torna a apresentar crescimentos maiores”(p.70).

O resultado encontrado no presente estudo, com relação ao tráfico de drogas é que o mesmo foi a terceira infração de maior ocorrência, representada por 11,5% (13) dos jovens na primeira internação na FEBEM, e 11,8% (24) das infrações cometidas pelos jovens durante todas as passagens pela FEBEM.

É interessante observar que a prática deste ato infracional por jovens que tiveram mais de uma passagem pela FEBEM é visivelmente maior do que aqueles que ainda estão na primeira internação. No caso dos jovens que estavam na primeira internação, o tráfico de drogas foi a infração de menor frequência. Já com relação ao segundo grupo, o tráfico de drogas assumiu a segunda infração na primeira internação e a terceira no total de internações. Além disso, pode-se perceber também que aqueles cujo tráfico foi um dos atos infracionais realizados na primeira internação acabaram sendo reinternados.

Segundo SILVA (1999),

“Os dados disponíveis sobre o número de ocorrências de tráfico na população em geral nos mostram que, de acordo com a Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto (s/d), em 1995, foram registrados 185 casos de tráfico de entorpecentes de autoria conhecida e, em 1996, 266 casos. Comparando-se com o número de processos da mesma infração no Juizado da

Infância e Juventude, observamos que os adolescentes representariam 25,41% das ocorrências praticadas em 1995 e, 35,41% daquelas praticadas em 1996, uma vez que o total de processos no Juizado, em 1995 e 1996, foi 47 e 95 respectivamente. Essas porcentagens parecem-nos bastante altas. Por exemplo, se compararmos os dados da população em geral e os dos adolescentes, relativos a uma outra infração, como a lesão corporal dolosa, verificamos que a participação dos adolescentes é de 5% em 1995 e, 7% em 1996.”(p.62)

Segundo um levantamento feito pela Delegacia de Investigações sobre entorpecentes (DISE) de Ribeirão Preto, de 1994 a 1997, o número de jovens envolvidos com o tráfico de drogas passou de 38 para 447 (14,7% para 55,1%) do total de infrações ligadas ao tráfico de drogas registradas no período (GUEDES, 1998).

O aumento da participação dos jovens no tráfico de drogas e conseqüentemente nos homicídios, foi apontado pelo Ministério Público de Ribeirão Preto ao realizar um levantamento dos processos criminais considerados graves como o tráfico de drogas e o homicídio, que tramitaram em 1997. Através deste levantamento constatou-se que 40% dos processos tinham como autoria crianças e adolescentes (GUEDES, 1998).

Segundo o Promotor da Infância e da Juventude no período, Luiz Pacini, em entrevista à revista REVIDE (GUEDES, 1998), a maioria dos homicídios praticados por jovens estão associados às dívidas com drogas e disputas por pontos de vendas. O Promotor comenta que muitos destes jovens são usados pelos adultos por não serem processados pelos crimes, sendo submetidos às medidas-sócioeducativas. A facilidade ao acesso à compra de armas também é apontada pelo Promotor como um outro fator que contribui para o aumento dos casos de homicídio. Esta tendência de

mortes de jovens também pode ser comprovada segundo os dados fornecidos pela FEBEM de Ribeirão Preto, pois, de 1995 a 1997, 45 jovens foram assassinados após saírem da FEBEM (GUEDES, 1998).

As infrações referentes ao porte ilegal de armas ficaram em quarto lugar, representando praticamente 10% das infrações praticadas, com frequência de 11 na primeira e 21 nas demais internações, como apresentado nas Tabelas 3 e 4 (ANEXO D).

Como aponta SILVA (1999) uso de armas de fogo por esses jovens”,

“ ... é um importante indício para uma reflexão sobre a busca de formas particulares de proteção pessoal, decorrentes das constantes situações de medo, de violência e de perigo às quais esta população em específico está submetida. Ademais, as armas podem possibilitar conjecturas a respeito de uma maior sofisticação das infrações e uma maior “profissionalização”, ou melhor, um maior engajamento à “carreira” no mundo do crime. Mas não é só isto. No mundo do crime, as armas possuem uma significação e uma simbolização bastante precisas. Ter arma é ter poder.”(p.71)

5.2 - Os jovens e as estratégias de sobrevivência

A análise dos dados referentes às estratégias de sobrevivência utilizadas pelos jovens para conseguir recursos e acesso aos bens de consumo, partiu inicialmente da identificação de quantos jovens haviam realizado alguma estratégia de sobrevivência em suas vidas.

O primeiro resultado encontrado foi que todos os 104 jovens entrevistados relataram ter realizado alguma atividade em algum momento de sua vida, sejam elas legais ou ilegais.

Resultado semelhante também foi encontrado por ASSIS (1999) em seu estudo com jovens que praticaram Ato Infracional e seus irmãos e primos que não o praticaram, que, dos 92 entrevistados, 90% haviam trabalhado em diferentes tipos de atividade em algum momento de suas vidas.

VENDRUSCOLO (1998) em seu estudo sobre as experiências de trabalho de jovens que praticaram o ato infracional, atendidos pelo Serviço Social da Promotoria Pública de Ribeirão Preto no ano de 1995 e 1º semestre de 1996, identificou que dos 369 questionários analisados, 208 (56,3%) apresentaram jovens com experiência de trabalho.

Este fato pode vir a confirmar que, como discutido na literatura, existe claramente a necessidade, por parte das crianças e jovens pobres, em buscar alternativas para o seu sustento e/ou de sua família.

Embora a literatura em geral, considere as estratégias de sobrevivência dos jovens aquelas identificadas como as experiências de *trabalho*, seja na rua, como trabalho infantil, como trabalho juvenil, para a análise deste estudo estaremos

considerando todas as atividades relatadas pelos jovens, sejam elas legais ou ilegais. Portanto, esse estudo não se propõe a realizar uma distinção entre o Ato Infracional e as demais estratégias de sobrevivência, e sim, considerá-lo como mais uma das opções relatadas pelos jovens, quando esse foi mencionado como uma forma de conseguir dinheiro e acesso aos bens de consumo.

Quando foram analisadas a realização de alguma estratégia de sobrevivência considerando os períodos ANTES e DEPOIS da internação na FEBEM, observamos que todos os 44 jovens que estavam na primeira internação relataram ter realizado atividade para conseguir recursos e acesso aos bens de consumo ANTES da primeira internação.

Dos 60 jovens que haviam sido internados mais de uma vez, 8,4% (5) relataram ter realizado atividades somente ANTES da primeira internação, 3,3% (2) somente DEPOIS da primeira internação e 88,3% (53) relataram ter realizado atividade ANTES e DEPOIS da internação.

Como o número de jovens, **com mais de uma internação**, que relataram ter realizado atividades *somente* ANTES ou *somente* DEPOIS da primeira internação era muito pequeno em comparação com o número total de entrevistados e não apresentavam características que os diferenciavam do restante, optamos por dividir as entrevistas a partir de dois períodos de realização de atividades: ANTES da internação na FEBEM e DEPOIS da internação na FEBEM. Portanto, um mesmo jovem poderá estar incluído em ambos os grupos, caso tenha realizado atividades ANTES e DEPOIS de sua internação na FEBEM.

Sendo assim, como apresentado a seguir, na Figura 2, do total de 104 jovens entrevistados, 98% (102) relataram ter realizado atividades ANTES da internação, e

52,8% (55) relataram ter realizado atividades DEPOIS da internação, sendo que desses, 96,3% (53) realizaram ANTES e DEPOIS.

Figura 2 - Distribuição dos jovens de acordo com a realização de atividades ANTES e DEPOIS da internação na FEBEM.

5.2.1) Atividades realizadas pelos jovens ANTES da internação na FEBEM

De acordo com as categorias apresentadas no capítulo anterior observou-se que a grande maioria dos jovens relatou ter realizado como estratégia de sobrevivência ANTES da internação na FEBEM as Atividades Ilegais e as Atividades Ilegais associadas às Atividades Legais, como apresentado abaixo no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Distribuição das atividades realizadas pelos jovens ANTES da internação na FEBEM

É visível a diferença entre a frequência dos jovens que relataram ter realizado somente Atividades Legais, como estratégia de sobrevivência, e os demais grupos.

No entanto, as Atividades Legais aparecem com significativa frequência quando associada às Atividades Ilegais em 44,1% dos relatos.

Este dado pode nos sugerir que as Atividades Legais acabam sendo complementadas ou sendo um complemento das Atividades Ilegais, sendo esta última referida por 90,3% dos jovens. Será que esses jovens estão dizendo que

tiveram mais acesso às Atividades Ilegais do que as Legais?

Se forem **consideradas** principalmente as precárias condições de trabalho oferecidas a esses jovens; as novas exigências do mercado de trabalho quanto a qualificação profissional e o grau de escolaridade; as necessidades próprias da juventude referentes principalmente a questão do consumo; podemos **pressupor** que, as Atividades Ilegais acabam sendo mais acessíveis pois, de alguma forma, não exclui esse jovem seja por sua qualificação profissional ou sua escolarização por exemplo, aspecto esse importante, se considerarmos os resultados obtidos na caracterização dos jovens entrevistados, quanto a baixa escolaridade e grande defasagem entre faixa-etária e grau de escolaridade.

Além disso, através das Atividades Ilegais, como o Ato Infracional , esse jovem tem acesso a um dos requisitos mais valorizados na nossa sociedade e de certa forma facilitador do processo de “inclusão”: a possibilidade de adquirir bens de consumo.

De acordo com ABRAMOVAY et al. (1999), existe uma necessidade destes jovens terem um complemento financeiro para conseguir suprir suas necessidades e desejos de consumo. No entanto, a baixa qualificação desses jovens não permite que os mesmos consigam realizar um trabalho com boa remuneração. Assim, alguns jovens acabam buscando outras alternativas para complementar a renda, como o tráfico de drogas e o roubo.

Refletindo um pouco mais à respeito da prática do Ato Infracional como uma forma de promover a “inclusão” desse jovens, concordamos com SAWAIA (1999) para quem, todas as pessoas estão inseridas no sistema econômico, mesmo que seja de forma insuficiente e não digna. Neste caso, o Ato Infracional possibilita a esse

jovem a sua inclusão nesse sistema, mas, ao mesmo tempo promove a exclusão desse jovem lhe negando o direito a liberdade e a vivenciar sua juventude sem riscos. Como define SAWAIA (1999) nos deparamos com a dialética da inclusão/exclusão.

De acordo com GUARESCHI (1999), ao citar Castells, a prática do crime acaba funcionando dentro das relações de produção numa dinâmica social capitalista, pois, promove a distribuição e consumo de mercadorias, embora mantenha os processos de desigualdade, pobreza e miséria.

Um aspecto muito importante quanto as consequências da participação dos jovens nesse sistema paralelo de movimentação de mercadorias é comentado por KODATO & SILVA (2000),

“Dentro dessa dinâmica de vida comercial ilícita, de economia de troca conturbada, de intenso porte de armas, no convívio inter-grupal, é inevitável que o pequenos desacordos sejam resolvido de forma violenta, intensificando-se até suas últimas consequências” (p.513)

No presente estudo percebemos através dos relatos de alguns jovens que a possibilidade de livre acesso aos bens de consumo é uma necessidade emergente, capaz de mascarar as consequências geradas pelo contato desse jovem com as atividades ilegais. Nesse caso, parece que o valor dado a possibilidade de ter acesso aos bens de consumo é maior do que a possibilidade de correr risco de vida e de ter problemas com a lei quando da prática do Ato Infracional.

Ficamos então com a pergunta: o que esse jovem mais valoriza no seu momento de vida e que o faça sentir-se “incluído”? Existem aqui aspectos muitos importantes a serem considerados.

De acordo com as notas registradas no diário de campo, o entrevistado nº 78

(representado na Figura 3) mencionou que o dinheiro que ganhava no Trabalho em Regime de Aprendizagem, quando participava de Programas profissionalizantes, não era suficiente para poder conseguir o que desejava. Portanto, a prática do Ato Infracional veio suprir a sua *necessidade de consumo*, que, como relatado pelo jovem, é o fator determinante para levar uma pessoa a entrar na vida do crime. Ele diz: "quero ser livre" quando se refere à possibilidade de comprar o que quiser.

Figura 3 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 78 (16 anos – 7ª série incompleta).

É interessante refletir e nos perguntarmos sobre o conceito de “liberdade” para esse jovem. Segundo o relato, ter acesso aos bens de consumo é ser livre, mesmo que a forma encontrada por ele para ter esse acesso signifique ficar “privado

de liberdade” quando internado na FEBEM. A “Liberdade” então é curta e imediata. Como diz GUARESCHI (1999) a liberdade *“...passa a ser absolutamente individual e 'espíritual', não tem mais nada a ver com o dia-a-dia das pessoas, ou com seus direitos humanos básicos ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde etc. É quase que uma espécie de 'liberdade de espírito'”(p.144).*

Portanto, mesmo que a consequência da prática do Ato Infracional seja privá-lo de liberdade, nos parece que a possibilidade de ter livre acesso aos bens de consumo se torna quase que um direito fundamental, como o direito a vida, mesmo que ela seja vivida entre muros.

Segundo MARQUES (1997) o jovem busca *“...novas formas de ação, seus modos espetaculares de existir através da música, dança, vestuário, indicam que esses jovens paradoxalmente buscam a integração, mesmo que essa integração se faça pela inserção no mundo do consumo...”* (p.68). A autora aponta que a influência da indústria cultural para que o jovem consuma, colabora para que o mesmo ingresse precocemente no mundo do trabalho e, algumas vezes, no “mundo do crime”.

De acordo com SILVA (1999)

“A análise do aumento do envolvimento dos jovens em infrações relacionadas ao comércio das drogas não pode ser vista independente das condições sociais e econômicas atuais. Nosso momento é marcado por uma profunda contradição. Na sociedade capitalista e de consumo, ocorrem cobranças diárias de eficiência e desempenho. O mercado bombardeia o indivíduo com mensagens que, a partir da ótica da vantagem, apresentam possibilidades de obtenção de serviços e produtos cada vez mais sofisticados e caros, e, mais do que isto, valorizados socialmente como sinônimos de sucesso e felicidade”(p.62).

SILVA (1999) também reflete a respeito da influência da super valorização

do consumo na formação da identidade desses jovens, que só passam a se reconhecer enquanto sujeitos quando inseridos na cultura do consumo

Com relação a esta questão observamos que de um modo geral, praticamente todos os jovens entrevistados relataram ter utilizado o dinheiro para o próprio benefício, comprando roupas, tênis e comida, além do gasto com diversão e compra de moto.

Houve jovens que relataram também a divisão do dinheiro entre os gastos com a família, namorada, filhos, e com os gastos pessoais.

Em menor frequência foi relatada a divisão do dinheiro com gastos pessoais e a compra de drogas e armas. É importante ressaltar que o dinheiro destinado para este fim foi relatado na grande maioria pelos jovens que realizaram, como única estratégia de sobrevivência o Ato Infracional, sendo, em alguns relatos, a compra da droga para reposição de mercadoria para a venda.

No caso dos outros jovens que relataram a realização de outras estratégias de sobrevivência, a compra de drogas e armas quase foi inexistente, mas quando aparecia estava sempre acompanhada com outras formas de gasto, como por exemplo com a família e para uso pessoal.

Estes dados são semelhantes aos encontrados no estudo de ASSIS (1999) onde foram bastante valorizados pelos jovens os gastos com roupas e pouco valorizados os gastos com o consumo de drogas.

Os resultados obtidos em um estudo realizado com 192 jovens moradores das periferias de Brasília, mostrou que o modo deles se vestirem e de falar é apontado pelos mesmos como um fator de discriminação. De acordo com os entrevistados, o tipo de roupa é visto pela sociedade e pela polícia como sendo roupa de “malandro”,

dando margem para desconfianças e abordagens policiais (ABRAMOVAY et al., 1999)

No entanto, a roupa tem um significado social pois “...é um demarcador importante relativo ao consumo e à possibilidade de parecer igual ou semelhante ao “outro” e contraditoriamente fugir da identificação de pobre” (ABRAMOVAY et al., 1999:44). Está aí novamente a questão da dialética da inclusão/exclusão de SAWAIA (1999).

Assim, como aponta SPOSITO (1994),,

“...a exclusão não elimina a presença de processos de integração, aparentemente contraditórios, que caracterizam a vida desses setores jovens empobrecidos mas não miseráveis da sociedade. Esses processos se exprimem nas lógicas que decorrem da inserção juvenil no mundo do consumo, da produção de imagens, símbolos e da mídia. Essas situações podem funcionar como apelos para o consumo que se realiza apenas parcialmente, muitas vezes pelo trabalho precoce ou pelo exercício de atividades ilícitas no mundo da delinquência e da droga “ (p.164)

Analisando os dados da Tabela 2, podemos observar que dos 104 jovens entrevistados, apenas 2 não mencionaram a realização de atividades ANTES da internação na FEBEM.

Tabela 2 - Distribuição das atividades realizadas pelos jovens antes da primeira internação na FEBEM, segundo o número de internações - 2000

Atividades realizadas antes da primeira internação na FEBEM		Número de internações		Total
		1	≥ 2	
		%	%	
Atividade Legal	Trab * juvenil	3,8 (4)	2,0 (2)	6,7 (7)
	Trab em regime de aprendizagem e Trab juvenil	1,0 (1)	-	
Atividade Ilegal	Trab infantil	2,0 (2)	2,0 (2)	46,1 (48)
	Ato infracional	6,7 (7)	13,4 (14)	
	Trab em situação de rua	-	2,0 (2)	
	Ato infracional e Trab infantil	5,7 (6)	6,7 (7)	
	Trab infantil e Trab em situação de rua	2,0 (2)	-	
	Ato infracional e Trab em situação de rua	-	2,8 (3)	
	Ato infracional, Trab infantil e Trab em situação de rua	-	2,8 (3)	
Atividade Legal e Ilegal	Trab juvenil, Trab infantil e Ato infracional	2,0 (2)	3,8 (4)	44,2 (46)
	Trab juvenil, Trab infantil	2,8 (3)	2,0 (2)	
	Trab juvenil e Ato infracional	10,5 (11)	7,6 (8)	
	Trab em regime de aprendizagem e Ato infracional	2,8 (3)	3,8 (4)	
	Trab em regime de aprendizagem, Trab juvenil e Ato infracional	1,0 (1)	2,8 (3)	
	Trab em situação de rua, Trab juvenil e Ato infracional	2,0 (2)	-	
	Trab em regime de aprendizagem, Trab infantil, Trab juvenil e Ato infracional	-	1,0 (1)	
	Trab em situação de rua, Trab em regime de aprendizagem e Ato infracional	-	1,0 (1)	
Total		42,2 (44)	54,8(57)	101**

*O termo "Trab" significa Trabalho.

**Não foram incluídos: 02 jovens que não realizaram atividade antes da primeira internação na FEBEM e 01 jovem sem informação

Dos 101 jovens que relataram ter realizado alguma atividade ANTES da primeira internação na FEBEM, praticamente metade, 46,1% (48), realizou somente Atividades Ilegais como o Ato infracional, o Trabalho Infantil e o Trabalho em situação de rua.

Os jovens que realizaram Atividades Legais e Ilegais corresponderam a 44,2% (46) sendo o segundo grupo de maior frequência. Neste segundo grupo o Trabalho Juvenil associado a pratica do Ato Infracional foi o tipo de atividade mais relatada.

O fato dos jovens terem buscado diferentes estratégias de sobrevivência mostra que, ao contrário do senso comum, esses jovens não são "vagabundos" e

“ociosos” e por essa razão entraram para a vida do crime, mas sim são jovens que sempre buscaram alternativas para se sustentar e dentre elas está o Ato Infracional.

Um outro ponto observado na Tabela 2 é a existência de uma diferença entre o tipo de atividade realizada pelos jovens que estavam na primeira internação na FEBEM, com os jovens que haviam sido internados mais vezes.

Do total de jovens com uma internação, a maioria realizou Atividades Legais e Ilegais ANTES da primeira internação, já dos jovens com mais internações, a maioria realizou as Atividades Ilegais.

Será que podemos dizer que a realização de Atividades Legais, mesmo que associadas às Ilegais retarda a internação ou a prática do Ato Infracional? Será que podemos dizer que a realização das Atividades Legais associadas às Atividades Ilegais “mascara” a prática do Ato Infracional?

Para facilitar a discussão e visualização destes dados, foram criados três grupos conforme o tipo de atividades realizadas ANTES da primeira internação na FEBEM: a) jovens que realizaram **somente** Atividades Legais; b) jovens que realizaram **somente** Atividades Ilegais; e c) jovens que realizaram Atividades Legais e Ilegais.

Jovens que realizaram Atividades Legais
(Trabalho Juvenil e Trabalho em Regime de Aprendizagem)

Neste grupo, são relatadas as Atividades Legais realizadas pelos jovens ANTES da internação na FEBEM. De acordo com os dados observou-se que:

- Dos 101 entrevistados que relataram ter realizado alguma atividade como estratégia de sobrevivência ANTES da internação na FEBEM:
 - 7 relataram ter realizado **somente** Atividades Legais como estratégia de sobrevivência.
- Dos 7 jovens que relataram ter realizado Atividades Legais com estratégia de sobrevivência ANTES da internação na FEBEM.
 - 6 relataram ter realizado **somente** o Trabalho Juvenil como estratégia de sobrevivência.
 - 1 relatou a realização do Trabalho Juvenil **associado** ao Trabalho em Regime de Aprendizagem como estratégia de sobrevivência.
- Dos 7 jovens, 5 estavam na primeira internação.

No estudo de VENDRUSCOLO (1998) com jovens que praticaram Ato infracional e apresentavam experiência de trabalho, dos 208 entrevistados, 102 (49%) estavam trabalhando no momento da entrevista. Quanto às condições de trabalho VENDRUSCOLO (1998) observou que 71,8% (74) estavam trabalhando em estabelecimentos formais, em atividades que, segundo a pesquisadora, se dividiam entre aquelas que exigiam alguma qualificação profissional (mecânico, funileiro, açogueiro, borracheiro, tratorista etc) e aquelas com menor grau de exigência de qualificação profissionais como ajudante/auxiliar e “office-boy”. O ramo de

atividade que obteve maior frequência foi o comércio (79,6%), seguido pela agricultura e a indústria.

De acordo os dados fornecidos pelos 7 jovens que relataram ter realizado somente Atividade Legal, o tipo de trabalho realizado, em geral, estava ligado a atuação como profissional autônomo (servente de pedreiro e pintor), no comércio e serviços (empacotador de supermercado, lavador de carro e *Office boy*) e na agricultura (colheita de café, fazer chapa na lavoura).

Gráfico 7 - Distribuição das atividades legais realizadas pelos jovens antes da internação na FEBEM - 2000.

É interessante perceber que em ambos os estudos o tipo de atividade é muito semelhante podendo talvez representar a possibilidade de existir um perfil próprio de mercado para esses jovens.

Um ponto importante para reflexão é que no estudo de VENDRUSCOLO (1998) a prática do Ato Infracional não foi analisada paralelamente às outras atividades e interpretada como mais uma forma de sobrevivência. Portanto, não é possível afirmar se os jovens entrevistados realizaram como única estratégia os trabalhos relatados, principalmente se formos considerar os motivos das internações

dos jovens, sendo 57,1% de crimes contra o patrimônio (roubo e furto).

No caso do presente estudo, os jovens que relataram apenas Atividades Legais, sem ter citado o Ato Infracional como estratégia de sobrevivência, também não nos dá a certeza de que o mesmo não tenha sido utilizado com esse objetivo, principalmente se considerarmos também, os motivos das internações dos referidos jovens: o roubo, o tráfico de drogas e o latrocínio. No entanto, o homicídio foi o Ato Infracional praticado por eles que teve maior frequência e, no caso, não foi considerado uma estratégia de sobrevivência.

À essa observação podem ser atribuídos três possíveis motivos: os jovens iniciaram a prática do Ato Infracional imediatamente após a interrupção da Atividade Legal relatada; os jovens não mencionaram o Ato Infracional por não considerá-lo como uma forma de ganhar dinheiro para o seu sustento e/ou de sua família; a possibilidade do jovem não ter relatado o Ato Infracional por não achar que isso seria a resposta correta ou seja, procurou falar aquilo que a sociedade quer ouvir e que de alguma forma cobra dele, a inserção no mercado de trabalho.

No entanto, como a nossa função não é questionar a veracidade, mas sim, refletir sobre aquilo que foi relatado, o que nos interessa é compreender o sentido que pode ser dado a isso e como o mesmo está inserido no cotidiano das relações desses jovens. Como comenta SILVA (1998), assumir uma visão compreensivista da realidade significa priorizar, como objeto de estudo, o ponto de vista dos envolvidos nos fenômenos.

Um outro ponto importante é enfatizar que nesse estudo buscamos compreender a realidade partindo do princípio que ela é construída a partir da inter-relação entre sujeitos, portanto, precisamos necessariamente considerar que a

realidade investigada nesse estudo também pode ser influenciada pela inter-relação pesquisador e entrevistado.

Observando as *Linhas Cronológicas das Estratégias de Sobrevivência* de alguns participantes foi possível identificar que as Atividades Legais foram conseguidas por intermédio de outras pessoas, como familiares e pessoas conhecidas, ou seja, este jovem, de alguma forma, foi amparado e/ou ajudado por pessoas conhecidas para conseguir um trabalho.

No entanto, parecem existir necessidades outras que não somente o apoio familiar e de amigos para que este jovem permaneça no trabalho. Pode-se perceber por exemplo, que os motivos para a interrupção das atividades aparecem na maioria dos casos como problemas de relacionamento com colegas de trabalho e com o tipo de tarefa exigida no trabalho. Um outro motivo apontado por vários jovens para interrupção da atividade, é o seu encaminhamento para a FEBEM.

Esse último ponto merece uma discussão, pois duas questões podem ser levantadas.

A primeira delas é o fato do jovem estar inserido em uma atividade de trabalho e, ao ir para a FEBEM este jovem acaba perdendo o vínculo de trabalho legal realizado, e, uma vez internado, quando retorna, esse vínculo pode ter se perdido. Portanto, a internação na FEBEM acaba representando um corte na relação deste jovem como os vínculos formados fora da FEBEM, ou seja, ele é retirado do contato com a sociedade para ser colocado em contato novamente após dias, meses ou anos. No entanto, sua condição de ex-interno o afasta desta sociedade, neste caso, a FEBEM promove uma inclusão que o exclui.

Será que haveria uma outra forma de utilizar esse período em que o jovem

está inserido em um trabalho e fazer disso uma forma de facilitar a inclusão desse jovem, ao invés de retirá-lo desse contexto? Não poderia ser utilizado um instrumento como a medida sócioeducativa em meio aberto de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) para tornar esse processo uma forma de fortalecer os vínculos formados pelo jovem e assim favorecer o processo de inclusão? Será que aproveitar os vínculos deste jovem pode significar a criação de parcerias com a sociedade civil que também tem a responsabilidade de dar oportunidades a esses jovens?

A análise da *Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência* do entrevistado nº 91 (Figura 4) demonstrou que as experiências de trabalho para esses jovens acabam sendo uma referência e uma formação de vínculos “positivos”, pois, quando questionado sobre seu interesse em realizar alguma atividade para ganhar dinheiro após a desinternação, este jovem refere a possibilidade de continuar o trabalho de *Office boy*, que foi a última estratégia utilizada por ele ANTES da internação na FEBEM.

Figura 4 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 91 (16 anos – 5ª série incompleta).

Um outro ponto importante para ser discutido é a passagem destes jovens por programas profissionalizantes. No caso deste grupo, somente um (01) jovem relatou ter participado de programas como esse e o mesmo relata que a interrupção se deu devido à idade máxima de 14 anos permitida pelo programa.

No caso relatado na entrevistado nº 74 (Figura 5), pode-se perceber que a mãe o colocou no programa profissionalizante aos 12 anos. Ao atingir a idade máxima de 14 anos, o jovem procurou um emprego no supermercado e lá permaneceu por 1 ano, sendo demitido, e logo após foi internado na FEBEM por homicídio.

Figura 5 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 74 (17 anos – 1º colegial incompleto).

Quais perspectivas esse programa profissionalizante ofereceu a este jovem? Será que os 2 anos de programa não deveriam ter dado uma condição melhor para que o mesmo conseguisse realizar algo diferente do que ser empacotador de supermercado? Quando questionado a respeito dos interesses após a última internação, o mesmo jovem responde que não sabe o que gostaria de aprender.. Aonde estão os sonhos? Mesmo passando por um programa profissionalizante este jovem não conseguiu traçar um projeto de vida? Uma área de interesse? Algo para conhecer?

De acordo com o relatório de SANTOS (1997) elaborado por solicitação da UNICEF e INESC, visando subsidiar a Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente em 1997, a formação oferecida pelos programas profissionalizantes a esses jovens não possibilita que os mesmos consigam sequer exercer atividades

autônomas, que são de fundamental importância se formos considerar a situação do mercado de trabalho nos dias de hoje.

O autor cita a dificuldade para a criança e para o jovem perceber o trabalho como um instrumento de realização pessoal e social, quando na verdade ele é oferecido como um conjunto de atividades manuais que servem para passar o tempo e fornecer um pouco de dinheiro (SANTOS, 1997).

Um último ponto a ser discutido refere-se ao grau de escolaridade desses jovens, pois, de acordo com os dados, embora os jovens tenham relatado somente a realização de Atividades Legais como estratégia de sobrevivência, o grau de escolaridade da maioria foi entre 5ª e 6ª série, como grande parte dos jovens entrevistados. Dessa forma então, podemos dizer que nesses casos, a experiência de trabalho legal não provocou a interrupção precoce dos estudos ou então os mantiveram estudando por mais tempo que os jovens que realizaram Atividades Ilegais.

Jovens que realizaram Atividades Ilegais

(Ato Infracional, Trabalho Infantil e Trabalho em Situação de Rua)

De acordo com o relato dos 48 jovens que realizaram somente Atividades Ilegais como estratégia de sobrevivência, foram duas as Atividades Ilegais que apareceram com maior frequência: o Ato Infracional e o Trabalho Infantil.

Gráfico 8 - Distribuição percentual das atividades ilegais realizadas pelos jovens antes da internação na FEBEM - 2000.

a) Ato Infracional

Houve relatos de jovens que praticaram **somente** o Ato Infracional como estratégia de sobrevivência e relatos de jovens que praticaram o Ato infracional **associado** à outra Atividade Ilegal, sendo os Atos Infracionais praticados, em qualquer uma das situações, o roubo e o tráfico de drogas. Sobre esses dados observou-se que :

- Dos 101 jovens que relataram ter realizado alguma atividade como estratégia de sobrevivência ANTES da primeira internação na FEBEM:

- 20,8% (21) relataram ter realizado **somente** o Ato infracional.
- 77,8% (35) relataram ter realizado o Ato infracional **associado** a outra Atividade Legal ou Ilegal.
- Dos 48 jovens que realizaram Atividade Ilegal ANTES da primeira internação na FEBEM:
 - 43,7% (21) relataram ter realizado **somente** o Ato infracional como estratégia de sobrevivência.
 - 39,5% (19) relataram ter realizado o Ato Infracional **associado** a outro tipo de Atividade Ilegal como estratégia de sobrevivência.
- Dos 104 entrevistados, 36,5% (38) jovens apontaram o Ato Infracional como primeira estratégia para conseguir recursos e acesso aos bens de consumo.
- Dos 104 jovens, mais de 60% deles relataram a prática do Ato Infracional com duração de 1 a 3 anos. Os 40% restantes se dividiram entre jovens que realizaram o Ato Infracional até 1 ano e os jovens que realizaram durante 4 anos ou mais, chegando até a 10 anos.
- Dos 48 jovens que realizaram Atividades Ilegais ANTES da primeira internação na FEBEM, 64,5% (31) foram internados mais de uma vez na FEBEM, sendo que desses, 27 jovens relataram ter praticado o Ato Infracional como estratégia de sobrevivência.

É interessante observar também que a maioria dos jovens, que realizaram o

Ato Infracional como primeira estratégia, estava na faixa-etária de 13 a 15 anos, em um total de 52,6% (20). Portanto, a prática do Ato Infracional se deu na fase da adolescência, não significando então, uma trajetória de vida marcada desde a infância pelo envolvimento desse jovem com o crime.

Sobre esse último resultado algumas considerações podem ser feitas: os jovens que relataram a prática do Ato Infracional, sendo o de maior incidência a prática do roubo, como estratégia de sobrevivência tiveram suas vidas marcadas por mais “problemas com a lei”.

De acordo com os dados de Caracterização do jovens entrevistados, o motivo de maior incidência para a internação na FEBEM também foi o roubo, que pode ser classificado como crime de grave ameaça ou violência à pessoa (Art.122 ECA, 1997) e, portanto, pode levar o jovem a medida de privação de liberdade.

Agora, se o roubo deixar de ser compreendido somente como um Ato Infracional, ((que é o que estamos nos propondo a fazer nesse estudo)), mas **como** uma estratégia de sobrevivência, **como** uma possibilidade que este jovem tem de ter acesso aos vários aspectos considerados essenciais para se viver nesta sociedade... **como** um processo de inclusão. Será que então, estes jovens poderiam ser vistos menos como autores da violência, mas como vítimas e consequentemente a medida sócio-educativa de internação pode de reavaliada?

A dimensão que se dá ao Ato Infracional condena o jovem por razão de sua conduta. No entanto, se um novo olhar for dado ao Ato Infracional, passando a ser encarado como uma estratégia de sobrevivência e resultado de múltiplos fatores determinados na trajetória de vida destes jovens, será que a *razão de sua conduta* seria responsabilidade somente dele? Não seria o caso de serem acrescidas também,

a ação e omissão da sociedade ou do Estado e/ou a ação e omissão dos pais ou responsáveis, como apresentado também no Art. 98 do ECA?

Como aponta SPOSATO (2001) uma das diferenças do ECA em relação ao antigo Código de Menores de 1979, é o fato de comprometer primeiramente a família, a sociedade, a comunidade e o Poder Público a assegurar a efetivação dos direitos fundamentais (vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária). Mas será que essa diferença está sendo efetivamente considerada no caso dos jovens que praticam o Ato Infracional?

Compreender a prática do Ato Infracional apenas por uma dimensão legal, no caso o Código Penal, isenta da responsabilidade as demais instâncias, pois o próprio ato se justifica por si mesmo. A Lei respalda as várias outras instâncias pois a responsabilidade (“culpa”) é somente de quem o pratica, no caso, do jovem. Agora, compreender o Ato Infracional como um resultado da omissão de várias instâncias com relação àquele que o pratica, a situação se inverte, primeiro porque se faz necessário considerar vários fatores externos ao Ato Infracional que o justificam, como, consequência da exclusão aos direitos fundamentais, preconceito, ausência de políticas públicas etc e, neste caso, a Lei não respalda, mas sim responsabiliza àqueles que se omitem perante a esses fatores.

A discussão sobre a omissão das outras instâncias citadas no Art. 98 do ECA é de extrema importância à medida que, no caso da omissão do Estado por exemplo, o não investimento na criação de políticas públicas que façam valer os direitos fundamentais dos jovens tem *“...um impacto imediato nas práticas de atos infracionais por adolescentes, que muitas vezes, utilizam-se de práticas criminosas*

como afirmação para sua identidade e especialmente como fonte de subsistência
“(SPOSATO, 2001:17).

FILGUEIRAS (1996) levanta também um aspecto importante com relação as discussões que abordam o papel do Estado na resolução das questões sociais pois, embora essas tenham se intensificado nos últimos anos, o papel da sociedade pouco se tem falado. No entanto, a autora vem lembrar que o Estado é, muitas vezes, fruto de contrato social, portanto, determinado por essa sociedade e pelas relações sociais existentes nela.

Portanto, como comenta VOLPI (2001) fica explícita a importância de análises mais amplas sobre as circunstâncias da prática do ato infracional, seja na discussão do papel do Estado, da família ou da sociedade, a medida que pode situá-lo em seu contexto facilitando que sejam percebidas as atitudes pessoais do jovem e aquelas que são reproduzidas pelo comportamento social estimulado pela cultura, educação e principalmente pelos meios de comunicação.

Porém, esse movimento de transformação de compreender o Ato Infracional não somente como uma violência de quem o pratica, mas como resultado da violência praticada àquele que o pratica, é difícil de ser feita, pois ainda, em nossa sociedade carregamos marcas trazidas com o Código de Menores que compreendia a criança e o jovem como sujeitos em situação irregular, criminoso em potencial.

Portanto, ainda que o ECA tenha trazido avanços e possibilitado a compreensão da criança e do jovem como cidadãos especiais, o jovem que se envolve com problemas legais acaba sendo visto como um sujeito diferente dos demais, e a ele, pode-se atribuir culpas pela conduta.

Afinal, o jovem autor de ato infracional não está em situação de

desenvolvimento também? Não merece a proteção integral da família e do Estado? Porque existem justificativas aceitas socialmente para explicar o Trabalho Infantil e em situação de rua, e para o Ato Infracional só tem uma, a conduta do jovem?

Se pensarmos em um jovem que realizou como única estratégia de sobrevivência o roubo, desde os 7 anos e atualmente está com 17 anos na sua sétima internação na FEBEM (Figura 6), podemos encontrar duas falas com dois sentidos diferentes:

- esse jovem está na FEBEM pela sétima vez *porque* ele rouba desde os 7 anos.
- esse jovem está na FEBEM pela sétima vez. Ele rouba desde os 7 anos. *Porque?*

Figura 6 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 25 (17 anos, 1º colegial incompleto).

A segunda fala reflete aquilo que estamos nos propondo a discutir. O *Porque* da segunda fala, não culpabiliza o jovem, mas procura respostas para compreender a situação.

A análise da *Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência* do entrevistado nº 83 (Figura 7) nos instigou à questões como: Que condições de vida esse jovem teve para encontrar como única possibilidade a pratica do Ato Infracional. Será que a família dele também estava envolvida com o crime? Será que ele mora próximo aos locais de venda de drogas? Que tipo de apoio familiar, social e

educacional esse jovem encontrou durante toda a sua vida?

Figura 7 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 83 (18 anos – 7ª série incompleta).

A análise das *Linhas Cronológicas das Estratégias de Sobrevivência* vem reforçar dois pontos importantes, citados na literatura, que precisam ser considerados quando se discute o jovem que pratica o Ato Infracional como estratégia de sobrevivência.

O primeiro ponto é defendido por GOMES NETO (2001) e refere-se a necessidade de diferenciar os jovens entre si e considerá-los a partir de diferentes aspectos da vida de cada um dos jovens pois, ao citar TEIXEIRA (1994), o autor complementa que a prática do Ato Infracional, de certa forma, homogeniza o grupo de jovens, pois a sociedade os caracteriza como um grupo de “jovens infratores”, impedindo que os mesmos sejam vistos como sujeitos com vidas, necessidades, e sonhos diferentes.

O segundo ponto a ser considerado é apontado por EL-KHATIB (2001) que, ao se referir as mudanças na forma de discutir as situações de jovens autores de ato infracional a partir dos novos olhares introduzidos pelo ECA, enfatiza a importância de se considerar as relações entre “sujeitos” de direitos e as condições políticas, econômicas e sociais, mesmo que ainda a sociedade compreenda os jovens autores de Ato Infracional enquanto “sujeitos” de seus atos, e não na sua verdadeira condição de “sujeito” de direitos.

Através dos relatos dos jovens, observamos que a prática do Ato infracional fornece ao jovem a oportunidade de fazer valer, *(parece até contraditório)*, o seu direito como “sujeito” em desenvolvimento, pois pode ter acesso a vários aspectos próprios de sua idade, ou seja, o jovem pode em parte vivenciar a sua juventude, ou parte dela, nos casos em que a morte acontece nesta fase da vida.

Quando nos referimos a possibilidade de *vivenciar a juventude*, estamos salientando especificamente sobre a possibilidade de ganhar uma quantia em dinheiro que permita o acesso à diversão, lazer e também à aquisição de bens materiais como roupas, música etc, necessidade essa reforçada pelos valores determinados pela sociedade de consumo.

De acordo com ADORNO et al. (1999), a entrada do jovem no narcotráfico se dá

“...por meio dos atrativos oferecidos pela sociedade de consumo e pelas possibilidades de afirmação de uma identidade masculina associada à honra e à virilidade, modos concreto de inserção e de localização em uma era caracterizada pelo cercamento e cerceamento das opções de escolha pessoal.”(p.72)

A análise dos dados referente à quantia recebida pelos jovens conforme o tipo de estratégia realizada, nos mostrou que a mesma variou bastante se pensarmos na relação do Ato Infracional com os outros tipos de atividades.

De acordo com os jovens, através do Ato Infracional pode-se ganhar até 30 vezes mais do que no Trabalho Juvenil, infantil, em Regime de Aprendizagem e de rua.

Os jovens apontaram que, através do Ato Infracional pode-se conseguir dinheiro, ou no caso do roubo, algum bem material, diariamente, semanalmente, mensalmente, por final de semana ou por noite.

O ganho diário pelo tráfico de drogas, pode variar de 20 a 300 reais, com exceções do relato de um jovem (entrevistado nº 10) como 500 e 1000 reais tanto para o Tráfico de Drogas, como para o Roubo.

Como podemos observar na *Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência* do entrevistado nº 10 (Figura 8), a quantia recebida através do Ato Infracional é muito alta quando comparada com as outras atividades realizadas.

Figura 8 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 10 (17 anos, 1º colegial incompleto).

Segundo os jovens, a venda de drogas durante a noite e nos finais de semana possibilita um ganho de 200 a 300 reais em cada período.

Alguns jovens relataram o valor semanal, que variava de 100 a 3000 reais. Em geral, os valores mais altos corresponderam aos roubos, ou então à venda de drogas, mas somente para alguns jovens, talvez pela posição hierárquica no sistema do tráfico, pois, aqueles que são considerados “donos das bocas” onde são guardadas as drogas recebem mais dinheiro do que aqueles que trabalham na venda da droga nas ruas.

Em entrevista para a Revista Isto É, jovens que trabalham no sistema do

Tráfico de Drogas, das favelas do Rio de Janeiro, relataram um ganho semanal de 500 a 1000 reais (PERNAMBUCO & ALVES FILHO, 2002).

A reportagem mostra também que segundo uma pesquisa patrocinada pela Organização Internacional do Trabalho o grande aumento da participação de crianças e jovens no sistema do tráfico de drogas pode ser explicado pela “...*comparação entre os salários pagos pelo governo e a remuneração do Estado paralelo*¹³...” (PERNAMBUCO & ALVES FILHO, 2002 :30) pois, esses jovens iniciam a vida no tráfico ganhando até R\$ 600,00 mensais podendo chegar até R\$15 mil por mês, através do “...‘plano de cargos’ que vai de vigia a gerente-geral de uma boca de fumo...”(p.30)

No presente estudo, o valor mensal relatado variou de 300 a 3000 reais. Muitos jovens relataram que, em relação ao roubo, ficava mais difícil definir a quantia recebida, pois a mesma poderia variar conforme a “*fita*” (tipo de roubo ou o material roubado) , com por exemplo, nos casos de 7000, 10000 e 25000 reais por roubo.

Refletindo a respeito destes dados, e relacionando-os com os valores impostos na sociedade capitalista, não é possível perceber “vantagens” no Ato Infracional? Numa sociedade que valoriza o dinheiro, a circulação de mercadorias, o consumo, mas que, mantém a desigualdade social e a péssima distribuição de renda, fica a pergunta, quando que estes jovens teriam o acesso a quantias tão altas?

ASSIS (1999) chama a atenção para a questão da entrada na “vida do crime”, como uma forma de buscar uma alternativa econômica de sobrevivência com alta rentabilidade e conseqüentemente o acesso a locais, situações e coisas que jamais

13 Expressão utilizada para expressar “...às condições em que vivem os moradores das 600 favelas cariocas, governadas por traficantes com leis bem distintas das vigentes no Brasil (Pernambuco & Alves Filho, 2002).

teriam contato de outro modo.

A mesma autora, em seu estudo, também levantou as possíveis motivações para a prática do roubo e do tráfico de drogas. Para o primeiro, os jovens atribuíram:

“A solidão, a perda de parentes, a depressão e o sentimento de se sentir desafiado por um irmão, além do ócio, das necessidades de aventura, e de possuir um arma...Uma frequência significativa de adolescentes informou que a vontade de ter dinheiro e possibilidade de livre escolha...” (ASSIS, 1999:133).

Para a prática do tráfico de drogas, os jovens atribuíram a possibilidade de conseguir dinheiro, mulher e respeito.

De acordo com os jovens moradores da periferia de Brasília, entrevistados no estudo de ABRAMOVAY et al. (1999), existem várias justificativas para a existência de violência no que tange a prática do ato infracional, sendo uma delas o desemprego, que acaba levando jovens a buscar outras alternativas para comprar roupas, poder se divertir e também usar drogas. Quando então questionados sobre como evitar a violência, 62,6% dos 192 entrevistados responderam que a violência poderia ser evitada através da inserção em atividades de trabalho e educação.

Neste caso então, podemos dizer que o trabalho, ou a ausência dele é resposta para o surgimento e para o fim da violência?

Quando questionados a respeito dos possíveis motivos que os levariam a deixar de praticar o Ato Infracional, a violência aparece como um fator importante, tanto nas relações que envolvem a questão da prática do ato em si, como a aquisição de jovens inimigos (“espinhos”) e a possibilidade de estar correndo risco de vida; como também, a violência como consequência do Ato, ou seja, os problemas com a polícia e a possibilidade de ser encaminhado para a internação na FEBEM.

Outros motivos foram apontados com menor frequência, e são “semelhantes” aqueles apontados para a desistência de outras Atividades Legais e Ilegais, pois estão relacionados com o tipo de “trabalho” realizado e as condições do “mercado de trabalho” como: o fato de ter entrado para um grupo que só faz assalto e não trafica; já ter muita gente vendendo droga; não quis mais pois perdeu a vontade de roubar.

b) Trabalho Infantil

Discutir o Trabalho Infantil como estratégia de sobrevivência é uma tarefa menos complexa do que discutir o Ato Infracional, pois são vários os temas relacionados com essa problemática e encontrados na literatura como: a participação da família no incentivo do Trabalho Infantil, as condições sócioeconômicas da criança como fator determinante, o trabalho como proteção contra a criminalidade e a relação trabalho versus escola.

Neste estudo serão abordados esses aspectos, procurando dimensionar a realização do Trabalho Infantil na trajetória destes jovens.

Um aspecto que pode ser destacado neste estudo apresentado na Tabela 2 (pg 76) é que o Trabalho infantil foi relatado como estratégia de sobrevivência e distribuído da seguinte forma :

- Dos 101 jovens que realizaram alguma atividade como estratégia de sobrevivência ANTES da primeira internação na FEBEM:
 - 4,0% (4) relataram ter realizado **somente** o Trabalho Infantil como estratégia de sobrevivência.
 - 34,6% (35) relataram ter realizado o Trabalho Infantil **associado** à outra Atividade Legal e Ilegal como estratégia de sobrevivência.
- Dos 48 jovens que realizaram Atividade Ilegal ANTES da primeira internação na FEBEM:
 - 8,3% (4) relataram ter realizado **somente** o Trabalho Infantil como estratégia de sobrevivência.
 - 37,5% (18) relataram ter realizado o Trabalho Infantil **associado** à outra Atividade Ilegal como estratégia de sobrevivência.
- Dos 48 jovens que relataram a realização de Atividade Ilegal ANTES da primeira internação na FEBEM, especificamente o Trabalho Infantil como estratégia de sobrevivência, o número de internações na FEBEM se dividiu igualmente (50%) entre os que estavam na primeira ou mais internações.
- O Trabalho Infantil foi relatado por 19,2% (20) dos jovens como sendo a primeira estratégia realizada. A faixa-etária predominante foi de 10 a 13 anos, relatada por 75% (15) dos 20 jovens.

Uma primeira observação a respeito desses dados é que na grande maioria dos relatos o Trabalho Infantil está :

- associado a outro tipo de atividade;
- como sendo a primeira estratégia realizada, mas, concomitante ao Ato Infracional;

De acordo com ASSIS (1999) em estudo realizado com jovens com envolvimento na prática do Ato Infracional, foi verificada a inserção precoce dos mesmos em atividades de trabalho como pedreiro, eletricista, entregador de material de construção.

É interessante observar que os dados encontrados no presente estudo e apresentados no Quadro 5 em ANEXO, os jovens relataram a realização do Trabalho Infantil em atividades semelhantes àquelas apontadas pela autora acima referida. Isto pode significar que existe um mercado específico, que absorve esse contingente de jovens, ainda na infância, ou seja, em torno de 7 a 9 anos de idade, como apontado em ambos os estudos.

Segundo levantamento realizado em Ribeirão Preto com 208 questionários semi-abertos aplicados pelas Assistentes Sociais do setor de Serviço Social da Promotoria Pública de Ribeirão Preto, no período de 1995 ao primeiro semestre de 1996, com jovens que praticaram Ato Infracional e que apresentavam inserção no mercado de trabalho, observou-se que essa inserção se dava muito cedo, pois 57,2% não conseguiam lembrar a idade que haviam começado a trabalhar (VENDRUSCOLO, 1998).

Desse estudo, observou-se que o Trabalho Infantil foi relatado por 19,2% (20) dos jovens como sendo a primeira estratégia realizada, sendo a faixa-etária predominante a de 10 a 13 anos, relatada por 75% (15) desses 20 jovens.

Dessa forma então, podemos concluir que a inserção precoce desses jovens no mercado de trabalho acontece, independente da prática do Ato Infracional e,

acaba sendo uma outra estratégia, também próxima da realidade deles, para conseguir suprir suas necessidades, se consideramos que 38,6% dos jovens relataram a realização do Trabalho Infantil.

Trabalho Infantil e a Família

Outros dados do estudo vêm fortalecer a observação de que o Trabalho Infantil possa ser uma estratégia próxima da realidade desses jovens, como o fato do Trabalho Infantil aparecer quase que em todos os casos, associados à figura de algum familiar como o pai, avó, tios etc, que convidam o jovem para ajudá-los no trabalho.

Sobre a associação Trabalho Infantil e família, GOMES (1998) trás duas contribuições importantes. A primeira versa sobre a facilidade com que a sociedade atribui à família a responsabilidade da existência e da exploração da mão de obra infantil sem considerar, a verdadeira condição de vida dessa família e como o trabalho dos filhos refletem essas condições.

Atribuir somente à família a responsabilidade da inserção precoce dos jovens ao mercado de trabalho é o mesmo que percebê-la também como única responsável pela trajetória de vida do filho e seu envolvimento com o Ato Infracional. Como comenta RESENDE FILHO (2001) *“...atribuir a ela o peso de delito cometido é negar as estruturas da sociedade que influenciam direta e indiretamente na formação do indivíduo”* (p.39).

Assim, compreender que esses jovens buscam o Trabalho Infantil, seja em suas casas, ou nas ruas, significa compreender em que condições de vida se encontra esse jovem e consequentemente sua família e, principalmente, que recursos sociais e culturais estão sendo oferecidos a eles para que consigam perceber outras alternativas de sobrevivência.

A segunda contribuição de GOMES (1998), para discussão da relação Trabalho Infantil e Família, é a importância de se compreender o sentido do trabalho nesta família, considerando a tradição e a origem da mesma. A autora exemplifica

que para a família com tradição rural por exemplo, “...o trabalho ocupa um lugar central na existência e regula, de certa maneira, as relações interpessoais” (p.56).

Como comenta a autora, em muitos momentos, o trabalho passa a ter a função educativa e funciona como um dever familiar, pois o mesmo significa a garantia de futuro deste jovem que herdará a propriedade (GOMES, 1998). Esse fato foi observado no presente estudo, no relato do entrevistado nº 36, conforme apresentado na Figura 9 a seguir.

Figura 9 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 36 (18 anos, 2º colegial incompleto).

Os jovens que relataram o Trabalho Infantil de longa duração, de 2 a 7 anos, o fizeram em companhia de familiares próximos, como pais e avós, quando estes são donos do estabelecimento onde é realizado o trabalho, ou então quando os mesmos trabalham no local como empregados. Quando o jovem não se encontrava nesta condição, o Trabalho Infantil foi relatado com duração de até 1 ano.

Trabalho Infantil e o aspecto financeiro

O aspecto financeiro do Trabalho Infantil também foi analisado nesse estudo e de acordo com os relatos, a forma de pagamento foi mencionada pela maioria como sendo feita por dia de trabalho, por semana ou por mês. O valor dos pagamentos diário variava entre 10 a 15 reais. Os pagamentos semanais tinham valores dentro da faixa de 50 a 300 reais. Os jovens que recebiam o pagamento mensal relataram valores entre 50 a 150 reais.

Observamos que segundo o relato dos jovens entrevistados, a quantia recebida na realização do Trabalho Infantil de maior valor correspondia às atividades realizadas junto com familiares, principalmente com o pai.

A questão financeira que envolve a realização do Trabalho Infantil foi discutida no caderno Folha Ribeirão do jornal Folha de São Paulo do dia 21 de outubro de 2001 como parte do tema *Infância Perdida*. Na reportagem foram publicadas informações sobre um levantamento realizado pelo Ministério do Trabalho publicado em junho do mesmo ano que afirmou a existência de crianças trabalhando ilegalmente em 5 cidades da região de Ribeirão Preto, principalmente nos centros urbanos e, com menor incidência na zona rural.

A reportagem trás que a questão da quantia em dinheiro, oferecidas pelos programas para erradicação do Trabalho Infantil, às famílias previamente cadastradas, é muito menor do que o recebido nas ruas.

De acordo com a coordenação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Município de Ribeirão Preto, cada criança recebe uma bolsa de R\$ 40,00/mês com o compromisso de deixar o trabalho ilegal, frequentar a escola e participar das atividades educativas e esportivas oferecidas pela prefeitura. A

proposta desse programa não é garantir o dinheiro, que funciona mais como um incentivo, mas sim inserir a criança e o jovem em atividades extra curriculares, pois, muitas vezes as crianças trabalham por falta de atividades durante o dia (TRABALHO SOCIAL, 2001).

Portanto, de acordo com o exposto, *“A maneira de erradicar o Trabalho Infantil na região, na opinião das prefeituras, Estado e União, é desenvolver trabalhos sociais para **ocupar** ((grifo nosso)) o tempo dessas crianças e adolescentes”* (TRABALHO SOCIAL, 2001)

Porém, como comenta GOMES (1998), são vários os fatores que influenciam a permanência do jovem no Trabalho Infantil, sendo um deles a questão financeira, que, segundo a autora, significa a concretização da possibilidade deste jovem se inserir na sociedade de consumo.

ABRAMOVAY et al. (1999) e SPOSITO (1994) também apresentam argumentos semelhantes pois, segundo as autoras o dinheiro recebido pelo Trabalho Infantil, além de auxiliar na sobrevivência familiar, proporciona ao jovem a possibilidade de um tipo de consumo que muitas vezes não pode ser garantido pela família. Segundo SPOSITO (1994), *“Essa propensão para o consumo tende a acentuar na faixa jovem depois dos 14 anos e resulta na adoção de novas indumentárias, discos ou atividades de lazer”* (p. 165).

Trabalho Infantil e a Escola

Um outro ponto importante a ser discutido é a relação Trabalho Infantil e permanência na escola.

Segundo GOMES (1998), o jovem não vê sentido em permanecer na escola, principalmente devido a história escolar dos familiares, que pode ser marcada pela não frequência na escola, mas, possibilidade de trabalho, mesmo que em más condições, ou então, pela permanência na escola, mas sem, necessariamente o sucesso e garantia de um futuro melhor. Já a realização do trabalho, na percepção do jovem, possibilita a manutenção de uma estrutura que garanta a sua sobrevivência na fase adulta.

Segundo SPOSITO (1994), o processo de socialização do jovem através da escola está diretamente afetado pelo aspecto descontínuo e tenso das relações escolares pois, primeiramente, esse jovem se defronta com uma falta de esperança familiar em torno do valor da escola e as aspirações juvenis, principalmente no que diz respeito às possibilidade de ascensão social e melhoria das condições de vida.

Todo esse processo promove no jovem uma desconfiança frente aos benefícios resultantes da escolaridade, que podem ser caracterizadas pela exclusão definitiva precoce ou por uma permanência na escola, mas, que não signifique efetiva frequência na escola ou continuidade nos vários níveis escolares.

De acordo com os dados desse estudo, verificou-se essa exclusão precoce, pois, a grande maioria dos jovens que realizaram o Trabalho Infantil estudaram até 5ª e 6ª série. Somente uma pequena parcela de jovens (n = 4) estudaram até a 4ª série, sendo aqueles que relataram o Trabalho Infantil na zona rural ou seguido de Trabalho em Situação de Rua, como observado na Figura 10.

Figura 10 - Linha da Estratégia de Sobrevivência do entrevistado nº 63 (18 anos, 3ª série)

Portanto, o fato da interrupção dos estudos acontecerem, na grande maioria, na 5ª e 6ª série, como no total de jovens entrevistados, conforme o gráfico apresentado na página 50, pode nos levar a sugerir que o ingresso no trabalho precocemente não significou o único fator que determinou abandono escolar, pois segundo MADEIRA & RODRIGUES (1998), participando ou não do mercado de trabalho, vários estudos já demonstraram que a inadequação série/idade é muito alta.

Os mesmos autores apresentam vários fatores que interferem na interrupção do estudo dos jovens, sendo o principal deles a falta de interesse e de vagas, e não necessariamente a inserção precoce no mercado de trabalho (MADEIRA & RODRIGUES 1998).

Trabalho Infantil e a proteção contra a criminalidade

Para a família, a permanência deste jovem no trabalho pode significar a proteção contra a entrada do mesmo na criminalidade (MADEIRA & RODRIGUES, 1998).

ABRAMOVAY et all. (1999), em seu estudo realizado com jovens moradores da periferia de Brasília, aborda a questão do trabalho, na visão dos entrevistados, como uma alternativa às drogas e à marginalidade. No entanto, o mesmo estudo aponta que esse discurso não foi assumido por muitos jovens entrevistados “...que buscam formas paralelas de sobreviver mesmo sendo considerados marginais” (p.84).

Podendo observar a realização do Trabalho Infantil paralelo ao Ato Infracional nos dados do presente estudo, pois, dos 35 jovens que relataram ter realizado o Trabalho Infantil associado a outra atividade, 22 relataram o Trabalho Infantil associado ao Ato Infracional.

Comparando o número de internações na FEBEM dos dois grupos, observamos que os jovens que praticaram o Ato Infracional e o Trabalho Infantil, o fizeram, na maioria dos casos concomitantemente, e quanto ao número de internações, 68,2 % (15) haviam sido internados mais de uma vez. Já o grupo de jovens que relatou o Trabalho Infantil associado ao Trabalho em Situação de Rua e ao Trabalho Juvenil, houve uma divisão entre jovens que estavam na primeira internação e jovens com mais de uma internação na FEBEM.

Portanto, esse resultado pode estar nos mostrando que o fato do jovem estar inserido em uma atividade de trabalho não significa que o mesmo não busque uma outra estratégia, como o Ato infracional. Sendo assim, o trabalho, nesses casos não

atuou como elemento “preventivo” em relação à inserção desses jovens no “mundo do crime”, como observado na Figura 11 a seguir.

Figura 11 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 22 (18 anos, 3ª série)

c) Trabalho em Situação de Rua

O Trabalho em Situação de Rua foi a atividade menos relatada pelos jovens entrevistados.

De uma maneira geral, o que foi possível observar, é que dos 14 jovens que relataram esse tipo de atividade, a fizeram como sendo a primeira atividade realizada para ganhar dinheiro em suas vidas.

De acordo com a Tabela 2, pode-se observar que:

- Dos 101 jovens que realizaram alguma atividade como estratégia de

sobrevivência ANTES da primeira internação na FEBEM:

- 2 relataram ter realizado **somente** o Trabalho em Situação de Rua como estratégia de sobrevivência.
 - 12 relataram ter realizado o Trabalho em Situação de Rua **associado** à outra Atividade Legal e Ilegal como estratégia de sobrevivência.
- Dos 48 jovens que realizaram Atividade Ilegal ANTES da primeira internação na FEBEM:
- 2 relataram ter realizado **somente** o Trabalho em Situação de Rua como estratégia de sobrevivência.
 - 8 relataram ter realizado o Trabalho em Situação de Rua **associado** à outra Atividade Ilegal como estratégia de sobrevivência.

Dos 10 jovens que relataram a realização de Atividade Ilegal de Trabalho em Situação de Rua, 8 haviam sido internados mais de uma vez na FEBEM.

O tipo de atividade relatada pelos jovens desse estudo, como, vendedores ambulantes, tomar conta de carro, pegar papelão e pedir dinheiro (Quadro 6 - ANEXO D), também foi apontado em outros estudos como sendo o tipo de atividade realizada por crianças e jovens que trabalham nas ruas.

Segundo CERVINI & BURGER (1996),

“...as pesquisas sobre meninos trabalhando na rua, as quais descreve, portanto, com maior precisão, os tipos de atividades que as crianças e adolescentes realizam nesse setor informal, têm sido convergentes no sentido de registrar como principais ocupações as de vendedor de rua, engraxates, vigias e lavadores de carro, e outras como carregadores de feiras e supermercados,

catadores de papel e 'ferro-velho'(p.41)

RIZINNI & RIZINNI (1996) chamam a atenção para o fato das atividades serem na maioria autônomas, e, que no presente estudo apresentou ganhos diários que variavam de 8 a 30 reais por dia, como predomínio dos valores de 10 e 15 reais.

Desta forma podemos concluir que, como o Trabalho Infantil e o Trabalho Juvenil, pode existir um mercado próprio na rua para crianças e jovens, independente na região habitada, ou da idade registrada.

Como comentam RIZINNI & RIZINNI (1996) a faixa-etária de maior frequência de crianças e jovens nas ruas, é de 11 a 14 anos, sendo a de início das atividades dos 7 aos 12 anos, com predomínio dos 9 anos, e a interrupção das atividades entre 15-16 anos.

No presente estudo, a faixa-etária de início das atividades de rua também foi dos 7 aos 12 anos, com exceção de um jovem que começou a ficar nas ruas com 16 anos pois os pais morreram em um acidente e o jovem perdeu o contato com a única irmã e assim, precisou buscar outras formas de sobreviver.

De acordo com o relato desse jovem (Figura 12 - entrevista nº 112), após a morte dos pais, o mesmo tentou suicídio duas vezes e começou a usar drogas. Sem alternativas, começou a fazer pequenos furtos para conseguir comida. Esse jovem estava na FEBEM pela primeira vez por furto. Quanto as experiências de trabalho, o jovem relatou que sempre trabalhou com os pais.

Figura 12 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 112 (17 anos, 1ª série).

Neste caso, o jovem parece ter buscado as ruas devido a nova condição de vida e abandono, sendo o Ato infracional praticado como uma segunda estratégia.

O impacto do relato desse jovem ficou registrado em diário de campo, pois mobilizou várias questões como: pelo relato, ele havia praticado furto e tinha uma passagem pelo Distrito. Neste caso, a prática do furto não justifica a internação na FEBEM. Em um caso como esse, um jovem sem família, abandonado, porque será que ele havia sido encaminhado para a internação? Um jovem com história de tentativa de suicídio, a FEBEM dá o suporte necessário? Que perspectivas podem ser *enxergadas* por esse jovem?¹⁴ Ficam reflexões...

Como observa SPOSITO (1994), “...a rua não é apenas local de trabalho precoce, tornando-se também, espaço de violência que atinge adolescentes e jovens na internação com o mundo da delinquência, do consumo de drogas, do crime, das agressões policiais ou de exterminadores”(p.166).

De acordo com RIZINNI & RIZINNI (1996) existem vários motivos para a

¹⁴Quando do momento da entrevista, esse jovem estava com um dos olhos *inchados*, que segundo o mesmo, havia sido agredido pelos policiais no momento da busca.

criança e o jovem buscarem as ruas como forma de sobrevivência:

- necessidade de ajudar a família;
- suprir necessidades pessoais/ter autonomia/ser “livre”;
- dificuldade de relacionamento familiar;
- trabalho ser visto como:
 - legitimação ética/ meio de inclusão
 - obrigação compulsória/ pobre deve trabalhar;
 - forma de ocupar o tempo e evitar a ociosidade;
 - preparação para a vida/ como prática educativa;

Com relação a essa observação das autoras, pode-se perceber que, a atividade de trabalho na rua, embora ilegal, acaba tendo várias funções que contribuem para a manutenção da “ordem” social a medida que, como apontado pelos próprios jovens do estudo de RIZINNI & RIZINNI (1996), acaba sendo uma forma de “proteger” da criminalidade; preparar para a vida produtiva e não ociosa; tornar-se um digno trabalhador. É aquela velha história: um menino vendendo bala no semáforo, pelo menos está trabalhando e não está roubando.

Será que podemos dizer que mesmo o Trabalho em Situação de Rua é uma forma de prevenir a violência, pois, trabalho é sinônimo de prevenção? Não seria mais coerente dizer que o Trabalho em Situação de Rua é uma forma de violência contra a criança e o jovem, principalmente se considerarmos as condições de trabalho, os riscos a que são submetidos e o sentido dado ao tipo de atividade? Dessa forma então, o Trabalho em Situação de Rua acaba mantendo a “ordem social”, mantendo a ideologia dominante de que a criança pobre deve trabalhar e,

perpetuando as condições de violência e exclusão a que são submetidos as crianças e os jovens e em muitos momentos as respectivas famílias.

Os dados do presente estudo mostram que o Trabalho em Situação de Rua foi na maioria dos relatos, realizado com a companhia de familiares (irmãos, primos e tios), ou amigos, seja por no mínimo 1 ano, como a grande maioria dos relatos, seguido pelo período de 3 anos e até o máximo de 9 anos.

Podemos dizer que a presença de familiares junto com a criança e com o jovem nas ruas signifique a “ação” da família, que age e interage com esse jovem dentro da prática do Trabalho em Situação de Rua?

Podemos dizer também que o fato dessas crianças e familiares precisarem recorrer às ruas para sobreviver significa a “omissão” da sociedade e do Estado ?

Segundo CARVALHO (1994), as atividades exercidas pelos jovens e crianças nas ruas, como a mendicância, fazem parte do “*submundo da exclusão*” (p.11), podendo ser apontado como um fator que colabora para a manutenção da desigualdade e exclusão social, além de perpetuar as condições de violência a que são submetidos esses jovens.

A mesma autora comenta que muitos dos jovens que praticam as atividades de rua, acabam sendo aliciados também para a prática do Ato Infracional, outra atividade, classificada pela autora como do “submundo da exclusão”. Quando da prática das duas atividades, CARVALHO (1994) aponta um maior ganho, quando comparado com a prática do Ato Infracional somente. Ela complementa que os jovens que trabalham nas ruas acabam gastando menos com a aparência e por esse motivo aumentam a margem de lucro.

Dos 10 jovens entrevistados nesse estudo que relataram a prática do Trabalho

em Situação de rua, 60% (6) realizaram também o Ato Infracional. No entanto, desses, apenas dois (2) realizaram o Trabalho em Situação de Rua concomitante com o Ato Infracional. O restante, iniciou a prática do Ato Infracional logo após a interrupção do Trabalho em Situação de Rua.

Conforme a observação de RIZINNI & RIZINNI (1996), os jovens que experimentaram a vida nas ruas e que se envolvem com a prática do Ato Infracional, acabam o fazendo entre os 14 e 18 anos. Esse resultado também foi observado no presente estudo, pois a faixa-etária em que os jovens que fizeram o Trabalho em Situação de Rua, iniciaram a prática do Ato Infracional, foi de 13 e 14 anos até 16 e 17 anos.

A análise dos motivos apontados pelos jovens para a interrupção do Trabalho em Situação de Rua nos mostrou que a prática do Ato Infracional não foi o motivo de maior frequência, pois, houveram várias situações apontadas pelos jovens que justificassem a interrupção da atividade como: sofrer a ameaça de policiais nas ruas; acabar o material utilizado para confeccionar pulseiras e vender; brigar com o segurança do local que olhava os carros; começar a fumar maconha e roubar; começar a vender drogas; conseguiu outro trabalho; estar muito grande para realizar esse tipo de atividade; ganhar pouco dinheiro; perder a mãe; perder o interesse pelo tipo de atividade e achar o trabalho cansativo.

Podemos perceber então, que não foi prioritariamente o Ato Infracional que motivou o jovem a deixar o Trabalho em Situação de Rua, mas sim as circunstâncias desse tipo de atividade, desde a quantia recebida, como também as exigências do tipo de trabalho e das relações estabelecidas no processo, como podemos observar nas *Linhas Cronológicas das Estratégias de Sobrevivência* nº 35 e 68 apresentadas

respectivamente nas Figuras 13 e 14.

Figura 13 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 68 (16 anos, 3ª série).

Figura 14 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 35 (17 anos, 6ª série incompleta).

Jovens que realizaram Atividades Legais e Ilegais

Neste item serão analisados os dados referentes aos 44,2% (46) jovens que relataram a realização de Atividades Legais e Ilegais ANTES da primeira internação na FEBEM.

Neste grupo, as atividades de maior frequência foram:

- Trabalho Juvenil associado ao Ato Infracional, representado por 42,2% (19) dos 46 jovens.
- Trabalho em Regime de Aprendizagem associado ao Ato Infracional e ao Trabalho Juvenil com 15,5% (7) dos 46 jovens.
- Trabalho Infantil associado ao Ato Infracional e ao Trabalho Juvenil com 15,5% (7) dos 46 jovens.

Gráfico 9 - Distribuição percentual das atividades legais e ilegais realizadas pelos jovens antes da internação na FEBEM - 2000.

Analisando esses dados observamos que há uma predominância do tipo de atividade realizada como primeira estratégia de sobrevivência, pois, a grande maioria dos jovens relataram as Atividades Ilegais, com maior incidência o Trabalho Infantil e o Ato Infracional associado ao Trabalho Juvenil. Os jovens que relataram como primeira estratégia as Atividades Legais foram divididos entre os jovens que realizaram o Trabalho Juvenil e o Trabalho em Regime de Aprendizagem.

a) Trabalho Juvenil associado a outras atividades

Dos 101 jovens que realizaram atividade ANTES da internação na FEBEM

- 39,6% (40) relataram ter realizado Trabalho Juvenil ANTES da primeira internação na FEBEM:
 - 15% (6) relataram ter realizado **somente** o Trabalho Juvenil.
 - 85% (34) relataram ter realizado o Trabalho Juvenil **associado** a outra Atividade Legal e/ou Ilegal:
 - ◆ 94,1% (32) relataram Trabalho Juvenil **associado** ao Ato Infracional:
 - ➔ 59,3% (19) associado **somente** ao Ato Infracional.
 - ➔ 40,7% (13) associado ao Ato Infracional e outras atividades
 - ➔ 6 ao Trabalho Infantil
 - ➔ 4 ao Trabalho em Regime de Aprendizagem
 - ➔ 2 ao Trabalho em Situação de Rua
 - ➔ 1 ao Trabalho em Regime de Aprendizagem e ao Trabalho Infantil.

- Sobre o número de internações na FEBEM, os jovens praticamente se dividiram entre uma internação e mais de uma internação, com predomínio de 2 internações, e o máximo de 4 internações.

Na primeira análise das *Linhas Cronológicas das Estratégias de Sobrevivência* foi possível observar que foram poucos os relatos em que o Trabalho juvenil aparece como a primeira experiência. Nos casos em que o Trabalho Juvenil foi citado como primeira experiência, aparecia concomitantemente com o Ato infracional, sendo ambos as primeiras estratégias utilizadas pelo jovem.

No presente estudo observamos que os jovens relataram por diversas vezes a realização de mais de uma atividade ao mesmo tempo. Tanto os jovens que relataram o Trabalho em Regime de Aprendizagem, quanto os que relataram o Trabalho Juvenil, os fizeram concomitante à prática do Ato Infracional, sendo o segundo grupo o de maior incidência, como o exemplo na Figura 15 apresentada a seguir:

Figura 15 - Linha Cronológica da Estratégia de Sobrevivência do Entrevistado nº 80 (17 anos, 7ª série incompleta).

Assim, embora os jovens busquem o trabalho legal como uma alternativa de sobrevivência, a prática do Ato Infracional parece ser necessária, principalmente como complemento na renda pessoal e familiar pois, se formos observar neste estudo e em vários outros, o tipo de trabalho realizado não possibilita a esse jovem uma ascensão social ou até mesmo uma realização profissional.

Segundo ASSIS (1999) para o jovem autor de ato infracional “...o trabalho aparece como forma de amenizar os erros cometidos e de se redimirem perante a sociedade.” (p.90) Os mesmos atribuem ao trabalho a sobrevivência e a possibilidade de ascensão social. No entanto, segundo ASSIS (1999) a busca é por trabalhos não-especializados, sem um interesse específico.

ABRAMOVAY et all. (1999) complementa que para os jovens de periferia o trabalho assume mais um papel de assegurar a sobrevivência e a satisfação das

necessidades e desejos, do que uma fonte de satisfação, realização pessoal e, no sentido da possibilidade de realizar uma atividade construtiva. Mas será que seria possível para o jovem percebê-lo como algo construtivo se considerarmos o tipo de trabalho oferecido a eles?

De acordo com o estudo realizado com jovens moradores da periferia de Brasília, dos que tiveram experiência de trabalho, em geral realizaram atividades como vendedor, lavador de carro, *office boy*, entregador de panfleto, vendedor de sorvete, frete de carroça, vendedor na feira, jardineiros e mecânicos (ABRAMOVAY et al., 2001). Observando-se os Quadros 5, 6 e 7 (ANEXO D) percebemos que as atividades relatadas pelos jovens entrevistados nesse estudo, são semelhantes aquelas descritas em outros estudos, como o de ABRAMOVAY et al. (2001).

Será que podemos dizer que há um mercado específico para esta população?

Vários autores discutem as condições de trabalho dos jovens atualmente e, nos ajudam a compreender os vários fatores que determinam o tipo de atividade realizada pelo jovem.

POCHMANN (2000) propõe duas formas de análise das condições de ingresso do jovem no mundo do trabalho. Uma do ponto de vista macro e a outra micro.

De acordo com o autor, “...quando analisada do ponto de vista macro, tende a depender consideravelmente do comportamento geral do mercado de trabalho, da efetividade das redes de proteção e de garantia de renda aos segmentos mais frágeis da sociedade e da eficácia do sistema escolar” (POCHMANN, 2000:65).

Na análise micro, a discussão perpassa pelo âmbito familiar, ou seja, a inserção no mercado de trabalho se dá pela necessidade financeira da família

(POCHMANN, 2000 ; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 1998)

Não somente pela necessidade financeira da família, mas também pela tipo de ocupação exercida pela mesma, como aponta CERVINI & BURGER (1996). De acordo com os autores, existe uma relação entre a condição de empregabilidade dos pais com a oportunidade de emprego dos filhos. Sendo a de maior probabilidade aquelas em que os pais apresentam relações assalariadas informais (sem benefícios previdenciários e sem carteira assinada), ou trabalham como autônomos.

Segundo Pochmann (2000) ao analisar as condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho, o trabalho por conta própria vem se destacando entre as demais ocupações, sendo a que mais cresceu no anos de 1990.

No presente estudo foi possível observar que muitos jovens realizavam as mesmas atividades junto com os pais ou parentes, como apresentado na Figura 16.

Com relação aos motivos que levam a família a incentivar a inserção do jovem no mercado de trabalho, alguns estudos mostram que a decisão da família está muito vinculada a idéia de “...*contribuição para o espírito de solidariedade familiar, da formação ética ou norma de proteção da violência, do que da contribuição monetária propriamente dita que é sempre muito pequena*” (MADEIRA & RODRIGUES, 1998:450).

Figura 16 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 52 (16 anos, 7ª série)

Usando ainda como referência POCHMANN (2000) e a sua forma de analisar a condição de ingresso do jovem no mercado de trabalho, percebemos que do ponto de vista macro, segundo dados da FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (1998), a efetiva incorporação do jovem no mercado de trabalho depende da existência de um mercado destinado para esse contingente de mão de obra, principalmente no setor de serviços e agrícola.

No entanto, de acordo com estudos realizados por POCHMANN (2000) e FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (1998), o padrão de inserção ocupacional do jovem vem se alterando diante da baixa capacidade da economia brasileira em gerar postos de trabalho mais qualificados e em grande quantidade. Nesse caso, os empregos oferecidos acabam sendo precários, principalmente no setor de serviços gerais (limpeza, segurança, garçons etc), e facilmente ocupados por adultos com maior grau de escolaridade (POCHMANN,

2000).

A questão da escolaridade como um fator que influencia diretamente na oportunidade de trabalho desses jovens também aparece como um tema com importantes reflexões pois, como aponta MADEIRA & RODRIGUES (1998),

“A dificuldade de acesso ao trabalho se agrava nos grupos de menos escolaridade e se transforma, na maior parte dos casos, em uma exclusão estendida, dado que quem não tem emprego não tem rendimento próprio e, portanto não possui nem condição de vivenciar a sua própria juventude, nem motivação e disposição de elaborar projetos de futuro para a sua vida adulta. É neste cenário, de total erosão da auto-estima e desesperança, que a violência encontra terreno propício para se sofisticar, instalar e crescer”
(p.428)

Com relação a escolaridade a maioria se concentrou entre 5ª e 8ª série, principalmente 6ª e 7ª série. Dos 8 jovens que relataram ter estudado até o 1º e 2º colegial, 4 estão neste grupo e realizaram Trabalho Juvenil associado ao Trabalho em Regime de Aprendizagem e ao Ato Infracional, e Trabalho Juvenil associado ao Ato Infracional, como observado na Figura 17 apresentada a seguir.

Figura 17 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 38 (17 anos, 1º colegial incompleto)

Assim, como observado por CERVINI & BURGER (1996),

“As condições mais seletivas do mercado e as menores proporções de informalização possam ter um efeito negativo nos níveis de emprego dos adolescentes das famílias mais pobres, na medida em que são eles que reúnem, comparativamente, menos condições de satisfazer os requerimentos desses mercados” (p.28).

Quando refletimos sobre os comentários de CERVINI & BURGER nos deparamos com a seguinte situação, os jovens pobres acabam enfrentando duas situações: ou serem excluídos do mercado devido a sua formação, qualificação profissional e experiência de trabalho, ou então, uma vez empregados, se depararem com precárias condições de trabalho, principalmente no que se refere a remuneração dos serviços.

Neste caso o jovem acaba tendo duas opções, envolver-se com as atividades ilícitas, que acabam gerando uma renda maior, ou então, submeter-se à atividades que exijam pequena qualificação e baixa remuneração (ASSIS, 1999).

Segundo VENDRUSCOLO (1998) em seu estudo com jovens com experiência de trabalho e que praticaram o Ato Infracional, os mesmos referiram baixa remuneração, sendo que, dos 103 questionários analisados, 55,3% (59) relataram ganhos de até 2 salários mínimos, com a maioria desses (30%) com até 1 salário.

No presente estudo, os jovens que relataram experiências de Trabalho Juvenil, disseram que o pagamento dessa forma de atividade pode ser feito por dia de trabalho, por semana, por final de semana e por mês. Em geral, os trabalhos diários e semanais foram relatados pelos jovens como sendo do tipo autônomo, como pintor, servente de pedreiro, ou do tipo temporário, como lavoura, vendedor de loja na época de natal.

Os pagamentos diários foram os mesmos valores relatados pelos jovens no Trabalho Infantil, de 5 a 15 reais. O pagamento semanal variou de 60 a 70 reais e o pagamento por final de semana foi relatado por um jovem, no valor de 30 reais. A quantia recebida nos pagamentos mensais variaram de $\frac{1}{2}$ a 2 salários mínimos, com exceção de um jovem que relatou o valor de 850 reais.

Ao compararmos os ganhos, relatados pelos jovens, através do Trabalho Juvenil com o do Ato Infracional observamos que, como em outras atividades (Trabalho Infantil, Trabalho em Situação de Rua e Trabalho em Regime de Aprendizagem), através do crime, o jovem consegue obter muito mais dinheiro que em outras atividades. Qual será então o sentido dado a essas atividades, será o da

tentativa de inclusão, ou a única elo entre o jovem é algo que não esteja vinculado ao crime?

É interessante observar nas *Linhas Cronológicas das Estratégias de Sobrevivência*, que os jovens que realizaram outras atividades como o Trabalho Infantil, o Ato infracional e o Trabalho em Situação de Rua, estavam com a idade entre 7 e 12 anos e, somente com a idade permitida pela Lei do período, ou seja, a partir de 14 anos, iniciavam o Trabalho Juvenil. Já, as idades dos jovens que apontaram a realização do Trabalho Juvenil e do Ato Infracional como únicas estratégias, estavam na faixa-etária de 14 a 17 anos, ou seja, o Ato Infracional foi praticamente iniciado no mesmo período do trabalho, ou então um ano antes. Nesses casos, os jovens não relataram uma história da prática do Ato Infracional “infantil”, mas “juvenil”, esse dado pode ser observado na Figura 18 apresentada a seguir.

Em contrapartida, mesmo que o jovem tenha iniciado praticamente no mesmo período o Ato Infracional e o Trabalho Juvenil, temos que o segundo foi apontado como sendo, em quase 90% dos casos, uma atividade com duração de até 6 meses, sendo muitas vezes interrompida em torno de 1 mês de trabalho. Já o Ato Infracional, apresentou maior duração, sendo, na maioria das vezes, interrompido somente mediante a internação na FEBEM.¹⁵

¹⁵Em geral, os jovens que relataram ter realizado o Ato Infracional há menos de 1 ano, estavam na primeira internação, sendo que alguns deles, haviam realizado a infração somente uma vez, resultando no seu encaminhamento para a FEBEM.

A análise dos motivos para a interrupções do Trabalho Juvenil, aponta que a curta duração da atividade, é resultado, na maioria dos casos, do tipo de trabalho realizado (temporário e autônomo), ou pelo fato dos jovens serem encaminhados para a FEBEM, já que muitos realizam o Trabalho Juvenil concomitante com o Ato Infracional.

As razões dadas pelos jovens, que praticaram ato infracional e seus irmãos e primos que não praticaram, para não gostar do trabalho realizado, segundo estudo de ASSIS (1999), foram muito semelhantes àsquelas encontradas no presente estudo como: dificuldades de adaptação e com relação ao tipo de atividades realizada, dificuldade de conciliar trabalho e estudo, problemas de relacionamento interpessoal,

ausência de pagamento, mudanças familiares e envolvimento com o tráfico de drogas.

As dificuldades de relacionamento no local de trabalho, principalmente com a chefia, foram citadas pelos jovens entrevistados como sendo um motivo para a interrupção das atividades, como pode ser observado na Figura 8 (linha 10 página 95).

Autores como CERVINI & BURGER (1996) comentam que o Trabalho Juvenil não é tão sensível à pobreza familiar como o Trabalho Infantil, mas sim à outros fatores, pois está também em discussão a liberdade de escolha do jovem. Além da educação dos pais e a atividade produtiva da família, como observado também no caso do Trabalho Infantil.

Portanto, o fato do jovem estar de certa forma livre para optar por um ou outro trabalho, também significa que ele tem a liberdade de escolher se permanece ou não naquele tipo de trabalho. Dessa forma então, podemos supor que a desistência do jovem de determinado trabalho pode estar associada ao sentido que esse jovem dá à atividade que está exercendo, ou seja, como ele percebe a relação dessa atividade com a própria vida, avaliando seus benefícios e prejuízos.

Ainda sobre o sentido dado à Atividade Legal, existe uma questão importante que merece uma reflexão. Será que um dos sentidos dados pelos jovens à realização de Atividades Legais não poderia ser o de um “escudo”, cuja função seria encobrir a prática do Ato Infracional e proteger o jovem da estigmatização e exclusão a que são submetidos quando reconhecidos como “jovens infratores”? Pode-se dizer que, uma vez que esse jovem se vê inserido em uma Atividade Legal, mesmo que realize concomitantemente o Ato Infracional, a sociedade pode reconhecer nele o papel de

trabalhador e não de infrator?

b) Trabalho em Regime de Aprendizagem e outras atividades

Neste grupo estão incluídos os jovens que relataram o Trabalho em Regime de Aprendizagem associado a outras Atividades Legais e Ilegais.

- Dos 46 jovens que realizaram Atividade Legal e Ilegal ANTES da internação na FEBEM
 - 28,2% (13) relataram o Trabalho em Regime de Aprendizagem sempre **associado** a outras atividades sendo elas:
 - 100% (13) associado ao Ato Infracional.
 - 5 associado também ao Trabalho Juvenil.
 - 1 associado também ao Trabalho Infantil.
 - 1 associado também ao Trabalho em Situação de rua.

O que podemos observar inicialmente, é que todos os jovens que realizaram Trabalho em Regime de Aprendizagem o fizeram associado com a prática do Ato infracional. No entanto, o que percebemos é que existem duas situações : aqueles jovens que realizaram o Trabalho em Regime de Aprendizagem como primeira estratégia e somente após o seu término, a prática do Ato infracional e; aqueles jovens que realizaram as duas atividades concomitantes.

A primeira situação pode estar nos indicando que passado os dois anos do programa, o jovem é automaticamente desligado¹⁶, e, sem alternativas para buscar

¹⁶O Trabalho em Regime de Aprendizagem foi relatado pelos jovens com a duração de 1 a 2 anos, que é o período de atividade oferecido pelos programas (12 a 14 anos). Os jovens que relataram um tempo maior, em geral, estavam vinculados às Atividades em Regime de Aprendizagem realizadas em Instituições onde o jovem é encaminhado antes dos 12 anos.

sozinho outras estratégias, encontra no Ato Infracional a forma mais rápida e mais próxima de sua realidade para atingir os seus objetivos/sonhos.

Sonhos esses, que talvez fossem aqueles motivados e construídos a partir das vivências oferecidas pelo programa profissionalizante, mas que, diante das reais chances de sua efetivação, podem passar para segundo plano, deixando espaço para que, aqueles sonhos possíveis de serem alcançados pelo Ato infracional, como os de consumo por exemplo, sejam efetivamente concretizados.

A segunda situação é pensarmos que a prática do Ato Infracional concomitante com o Trabalho em Regime de Aprendizagem pode ser resultado do baixo valor da bolsa oferecida pelos programas profissionalizantes, que acabam não suprimindo as necessidades de consumo desses jovens e, reforçam a necessidade da aquisição de mais dinheiro através da prática do Ato Infracional.

Sobre esses programas profissionalizantes na cidade de Ribeirão Preto temos que, segundo VENDRUSCOLO (1998), os mesmo

“...ainda se pautam ((vam))¹⁷ pelo objetivo de 'resolver' a questão social da criança e do adolescente carente através da sua inserção no trabalho, podendo ser através de programas específicos para alocá-los no mercado e fornece-lhes algum rendimento, ou através de sua colocação em órgãos públicos, nas condições de aprendiz...” (p.73)

Segundo a autora, esses programas tinham o discurso de que a inserção dos jovens no trabalho ajudariam a diminuir as condições de pobreza da família e do próprio jovem. Além disso, o discurso também evidenciava a importância de ocupar o tempo ocioso, prevenir a vadiagem e a delinquência e também oferecer a

17 Os programas citados pelos jovens não estão mais em funcionamento em Ribeirão Preto com as mesmas siglas. Não foram coletadas informações a respeito da atual forma de funcionamento desses programas.

oportunidade desses jovens passarem por uma formação pessoal, profissional que os ajude na inserção futura no mercado de trabalho (VENDRUSCOLO, 1998)

Com relação a esses aspectos são várias as discussões encontradas na literatura que abordam a questão da inserção do jovem em programas como esses.

Segundo o relatório de SANTOS (1997) elaborado por solicitação da UNICEF e INESC, visando subsidiar a Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente em 1997, existem dois marcos importantes para auxiliar na discussão dos programas de geração de renda com cunho “educativo” destinados as crianças e jovens: o ECA e as mudanças ocorridas nas condições do mercado de trabalho.

O primeiro aspecto discutido no relatório é a não observância das normas legais que determinam a forma do ingresso da criança e do jovem no mercado de trabalho. Segundo o autor, *“Muitos programas não respeitam o marco legal, da Constituição e do ECA, da idade mínima para o ingresso no mundo do trabalho: é possível encontrar crianças com seis, sete, nove anos envolvidas nas atividades produtivas”* (SANTOS, 1997:13), como por exemplo a marcenaria e a serralheria.

No presente estudo foram observados relatos de jovens que participaram de oficinas profissionalizantes de marcenaria em instituições com idades nas faixas de de 12 a 15 anos e também, 10 anos de idade, como apresentado na Figura 19.

O segundo aspecto abordado por SANTOS (1998), diz respeito às várias críticas com relação aos reais objetivos de programas profissionalizantes, que, na verdade, buscam oferecer ao mercado de trabalho mão-de-obra barata, onde o aspecto produtivo predomina sobre o educativo.

Figura 19 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 58 (15 anos, 7ª série incompleta)

No entanto, segundo SANTOS (1997), mesmo que exista o interesse em preparar esses jovens para suprir as necessidades do mercado de trabalho, ainda existe um descompasso entre as atividades oferecidas pelos programas aos jovens e as necessidades concretas do mercado de trabalho. Segundo o autor, “*Na verdade a seleção do que se vai produzir obedece muito mais à reprodução de uma cultura de ofícios e ocupações que são tradicionalmente ensinadas e destinadas aos pobres, do que embasadas em pesquisas de mercado*”(p.13).

SANTOS (1997) ainda complementa apontando para o tipo e atividade oferecida no que diz respeito ao termo “educativo”, pois, em geral, “*...são ocupações que exigem pouca ou nenhuma qualificação profissional, pois estão baseadas no desenvolvimento de atividades mecânicas e repetitivas*”(p.13)

Um programa oferecido pelo município e relatado pelos jovens foi o PROMERP – Fundação Pró-Menor de Ribeirão Preto, que, segundo VENDRUSCOLO (1998) é ((era))

“...responsável pela colocação de 800 jovens nas idades de 12 a 14 anos, cursando a 4ª ou 5ª série do 1º grau, no setor público, realizando tarefas variadas (consideradas educativas), de office-boy a guardinha de área azul, no período de quatro horas diárias, recebendo meio salário mínimo e vale transporte”(p.12).

Foi relatado também, a participação no Programa da Polícia Mirim e CECIPAM – Centro Cívico de Patrulheiros Mirins de Ribeirão Preto que, como descreve VENDRUSCOLO (1998),

“...também colocam ((vam)) jovens no mercado de trabalho, mas no setor privado, realizando tarefas variadas, no período de oito horas diárias, a partir de 14 anos completos e cursando a 5ª série do 1º grau. Recebem em torno de R\$ 89,64 mensais e vale transporte, permanecendo no programa (considerado educacional) até completar os 17 anos. Não são registrados. As duas organizações juntas são responsáveis pela colocação de 800 jovens no mercado de trabalho” (p.12).

Tanto no presente estudo, como de VENDRUSCOLO (1998) os jovens que passaram por programas profissionalizantes relataram a realização de atividades citadas por Santos (1997) como sendo caracterizado por “*ofícios que não são passíveis de aprendizagem*” (p.19), pois, na visão do autor, em geral são realizados com ausência efetiva de proposta ou currículo educativo e de acompanhamento educacional durante o período de aprendizagem. Uma atividade citada por SANTOS (1997) e também relatada pelos jovens no presente estudo, foi a função de *Office boy*. No presente estudo foram relatadas também as atividades de empacotador de

supermercado e vendedor de cartão de zona azul, como apresentado na Figura 20 a seguir.

Figura 20 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 85 (18 anos, 6ª série incompleta)

O terceiro aspecto discutido por SANTOS (1997) refere-se a visão de trabalho como forma de “controle social” e fator de reprodução da pobreza.

De acordo com o autor, a maioria desses programas procura “ocupar “o tempo das crianças e jovens pobres com o trabalho de baixa remuneração, baixa qualificação e, até mesmo, prejudicial para o desenvolvimento pessoal e social desses jovens, a fim de impedir o ócio e consequentemente a entrada dos mesmos na criminalidade, reforçando então, a estigmatizada relação entre pobreza e marginalidade.

Neste contexto, a criança e o jovem acabam aprendendo que o trabalho não é um instrumento de realização pessoal e social, além de fonte de prazer e realização

humana, mas sim, um conjunto de atividades manuais que servem para passar o tempo e fornecer um pouco de dinheiro.

De acordo com as informações do diário de campo, os relatos dos jovens, com relação aos programas de atendimento que oferecem Trabalho em Regime de Aprendizagem, sugerem que este tipo de trabalho realmente não proporciona satisfação e motivação, principalmente devido ao tipo de atividade oferecida e pelo valor da bolsa aprendizagem, além de não atuar como preventivo para a prática do Ato Infracional, já que todos os jovens entrevistados realizaram o Trabalho em Regime de Aprendizagem concomitante ao Ato Infracional.

Os dados referentes aos motivos para a interrupção da participação do jovem no programa também nos ajudam a compreender melhor o descompasso entre a propostas dos programas e os interesses dos jovens, como o fato de não gostar do tipo de trabalho e pelo baixo salário oferecido¹⁸ e também, ter iniciado a prática do Ato Infracional¹⁹.

Durante as entrevistas os relatos dos jovens também sugeriram que para interromper o Trabalho em Regime de aprendizagem eles criavam “mecanismos de expulsão” do programa como: atrasos, faltas constantes, desentendimentos com colegas de trabalho, roubo de material do local de trabalho. Alguns jovens relataram terem sido expulsos do programa sem serem advertidos sobre a razão. No entanto, esses jovens atribuíram à mesma a possibilidade dos profissionais do programa terem descoberto que o mesmo estava usando drogas.

¹⁸No Trabalho em Regime de Aprendizagem foi encontrado somente uma forma de pagamento, a mensal, variando de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo do período, ou seja, em torno de 60 a 120 reais.

¹⁹ De acordo com os dados, todos os jovens relataram a prática do Ato Infracional concomitante ao Trabalho em Regime de Aprendizagem. A análise sobre o número de internação na FEBEM nos mostrou que a grande maioria foi internada três vezes, sendo que o Trabalho em Regime de Aprendizagem foi realizado ANTES da primeira internação.

O uso de drogas é citado por alguns jovens sempre com a conotação de um ato prejudicial, pois a sua consequência é a demissão, a incapacidade de realizar as atividades exigidas no trabalho e a motivação para abandonar o trabalho.

BAJOIT & FRANSSEN (1997) chamam a atenção para os jovens que resistem à inserção em programas profissionalizantes, pois, demonstram uma maior consciência das imposições do mercado de trabalho e também acabam não tendo a ilusão sobre as suas próprias possibilidades de exercer um trabalho interessante. Segundo o autor, esses programas acabam determinando os jovens aptos para o trabalho e os que precisam ser “ressocializados”.

Será que poderíamos dizer que os “mecanismos de expulsão” não significam que esses jovens não estão percebendo sentido nessa forma de intervenção? Será que se eles conseguissem realizar algo que fosse mais próximo daquilo que eles gostariam de aprender/fazer haveriam mecanismos como esses? Que tipo de “controle social” está sendo realizado se primeiramente todos os jovens entrevistados que participaram de programas profissionalizantes, o fizeram concomitantemente a prática do Ato Infracional? Será que esses programas esperam oferecer à esses jovens a formação de subalternidade ao invés de um trabalhador-cidadão, como comenta SANTOS (1997)?

5.2.2) Atividades realizadas pelos jovens DEPOIS da internação na FEBEM

Após serem analisadas as atividades realizadas pelos jovens ANTES da primeira internação na FEBEM, foi feita uma reflexão sobre as atividades realizadas pelos jovens DEPOIS da primeira e demais internações na FEBEM.

Antes de apresentar o resultado das análises dos dados, é importante lembrar que dos 60 jovens que foram internados mais de uma vez na FEBEM, 88,3% (53) relataram ter realizado atividades ANTES e DEPOIS da internação na FEBEM, 8,4% (5) relataram ter realizado somente ANTES e 3,3% (2) somente DEPOIS da internação na FEBEM.

A Tabela 3, apresentada a seguir, refere-se a distribuição das atividades realizadas pelos jovens DEPOIS da primeira internação na FEBEM.

Tabela 3 – Distribuição das atividades realizadas pelos jovens depois da internação na FEBEM segundo o número de internações – 2000.

Atividade realizada depois da primeira internação na FEBEM		Número de internações		Total
		2 e 3 internações	4 ou mais internações	
Atividade Legal	Trabalho juvenil	8,0 (4)	2,0 (1)	5
Atividade Ilegal	Ato infracional	38 (19)	16,0 (8)	27
	Ato infracional e Trabalho de rua	2,0 (1)	-	1
Atividade Legal e Ilegal	Trabalho juvenil e Ato infracional	26 (13)	8,0 (4)	17
Total		74,0 (37)	26,0 (13)	50

* Cinco (5) entrevistas não foram consideradas pois estavam com respostas incompletas.

Uma primeira observação é que dos 50 jovens que relataram ter realizado alguma atividade para ganhar dinheiro DEPOIS da primeira internação na FEBEM:

- 10,0% (5) realizaram **somente** o Trabalho Juvenil;
- 54,0% (27) realizaram **somente** o Ato infracional;
- 36,0% (18) realizaram o Ato Infracional **associado** a outra atividade

- 1 ao Trabalho em Situação de Rua;
- 17 ao Trabalho Juvenil.

Comparando as Tabelas 2 e 3 pode-se observar que após a primeira internação na FEBEM, há uma diminuição da variedade de atividades realizadas, como observado nos Quadros 5, 6 e 7.(ANEXO D)²⁰.

É importante apontar para o grande número de jovens que passaram a realizar somente Atividades Ilegais, pois, desses 50 jovens que passaram pela FEBEM mais de uma vez, 56,0% (27) continuaram realizando somente Atividades Ilegais. Os demais foram assim distribuídos, 34,0% (16) realizaram Atividades Legais e Ilegais, 10,0% (5) jovens continuaram a fazer Atividade Legal.

Comparando ainda a variedade das atividades com o número de internações na FEBEM, observamos que quanto maior o número de internações, menor é a quantidade e a variedade de atividades realizadas, sendo o Ato infracional a estratégia mais relatada, representando 61,5% das atividades relatadas pelos 13 jovens com 4 ou mais internações.

As Atividades Ilegais relatadas pelos jovens foram o Ato Infracional (Roubo e o Tráfico de Drogas) e o Trabalho em Situação de Rua (olhar carro na rua). As Atividades Legais foram semelhantes aquelas realizadas ANTES da primeira internação na FEBEM, como os trabalhos autônomos (servente de pedreiro, pintor, fazer carro etc) e, os trabalhadores assalariados (office boy, vendedor, marcenaria, segurança, supermercado, funilaria etc) (Quadro 5 – ANEXO D).

A análise das *Linhas Cronológicas das Estratégias de Sobrevivência* dos 55

²⁰Dos 104 jovens, 30% (31) realizaram até dois tipos de atividade antes da primeira internação na FEBEM, 50,0% (52) realizaram mais de três atividades e 18,0% (19) apontaram um tipo de atividade. No total foram relatadas 280 atividades ANTES da primeira internação na FEBEM, contra 99 atividades relatadas DEPOIS da internação.

jovens com mais de uma internação na FEBEM e que realizaram atividades DEPOIS da internação, nos mostrou que:

- Os dois (2) jovens que realizaram somente Atividade Legal ANTES da internação, um deles não realizou nenhuma atividade DEPOIS e o outro jovem realizou uma Atividade Legal.
- Os 29 jovens que realizaram somente Atividade Ilegal ANTES da primeira internação na FEBEM, tiveram suas trajetórias divididas entre aqueles que continuaram realizando somente Atividade Ilegal (18), aqueles que realizaram Atividades Legais e Ilegais (7), aqueles que não realizaram atividades (2) e 2 jovens que realizaram Atividade Legal.
- Os 22 jovens que realizaram Atividades Legais e Ilegais ANTES da primeira internação tiveram suas trajetórias, DEPOIS da internação, divididas em Atividades Ilegais (9 jovens) e Atividades Legais e Ilegais (9 jovens). Os 3 jovens restantes realizaram somente atividade legal e um (1) jovem não realizou atividade.
- Os dois (2) jovens que não realizaram nenhuma atividade ANTES da internação na FEBEM tiveram a mesma trajetória. Ambos realizaram somente Atividade Ilegal DEPOIS da primeira internação.

As trajetórias das estratégias de sobrevivência parecem apontar para a existência de um marco: a internação na FEBEM, que parece, na verdade, reduzir as possibilidades e delimitar quase que uma estratégia de sobrevivência, a prática do Ato Infracional. Não será o mesmo que dizer que a FEBEM contribui para o aumento da exclusão desse jovem?

Nos remeter a FEBEM nos faz também levantar vários pontos de discussão.

Como a FEBEM encaminha a questão do trabalho? Que condições a FEBEM oferece ao jovem para que o mesmo consiga, após a desinternação, buscar uma estratégia de sobrevivência que não a prática do Ato Infracional?

Como foi abordado na Introdução do presente estudo, a profissionalização oferecida pelos “...estabelecimentos de contenção anteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente terminaram por adotar uma concepção negativa em relação ao trabalho, em função do tipo de trabalho e da maneira pela qual ele era utilizado” (VOLPI, 1997:35)

De acordo com VIOLANTE (1985), a maneira que as FEBEMs oferecem aos jovens internos as atividades de trabalho, ainda fazem com que os mesmos tenham uma representação negativa do trabalho e da exploração de sua mão de obra. Em seu estudo, VIOLANTE (1985) apresenta a transcrição de uma entrevista de um jovem interno, que expõe sua opinião a respeito das atividades oferecidas pelas oficinas profissionalizantes das FEBEMs,

'...''..não quero ser marceneiro, nem sapateiro, nada disso me interessa...'; “...a gente não é obrigado a gostar daquilo... eles nem perguntam o que a gente quer fazer e vão mandando...” “Por que não ensinam a gente a ser engenheiro?...essas profissões que ensinam aqui não dá futuro ... meu pai nunca saiu da merda...”’(p.121)

ASSIS (1999) comenta que os programas profissionalizantes acabam sendo insuficientes, inadequados e ineficientes, pois, não despertam o interesse dos jovens, que não conseguem ver sentido naquele tipo de trabalho para as suas vidas; além de exigirem um nível de escolaridade muito aquém da maioria dos jovens. A autora lembra também que muitas iniciativas de técnicos e diretores das unidades para melhorar essa situação, acabam sendo inibidas por questões burocrático-

institucionais (ASSIS, 1999).

Diante disso, fica mais fácil compreender porque os jovens relataram uma diversidade de estratégias de sobrevivência ANTES da primeira internação na FEBEM, dentre elas o Ato Infracional e, ao passar pela FEBEM, quando de sua desinternação continuar buscando a mesma estratégia de sobrevivência utilizada anteriormente.

Discutir a respeito dos vários aspectos a serem considerados quando falamos da questão da oportunidade de trabalho para o jovem que ficou internado na FEBEM, significa discutir também os vários fatores de exclusão promovidos pelas condições de vida desse jovem e pela instituição em si mesma.

Em um estudo realizado com 192 jovens moradores da periferia de Brasília – DF, viver na periferia é um fator que reduz a oportunidade de emprego, pois a população é estigmatizada por viverem em lugares violentos, com possíveis “criminosos e desocupados” (ABRAMOVAY et al., 1999)

A internação na FEBEM então, acaba concretizando a relação do jovem com possíveis “criminosos e desocupados” e, conseqüentemente, concretiza para a sociedade o perigo oferecido por esse mesmo jovem. Quais oportunidades serão oferecidas ao jovem que sai da FEBEM, que agora é caracterizado como “ex-interno da FEBEM”, que também é morador de bairros violentos da cidade e que tem uma ligação efetiva com “criminosos e desocupados”?

ASSIS (1999) menciona a sua indignação quanto

“...ao processo de 'ressocioalização' que o Estado desencadeia para esses adolescentes, oito anos (12 anos) ((grifo nosso)) após promulgado o ECA. Durante esse período, as instituições não se transformaram em unidades de reabilitação e ressocialização. Tampouco

se criaram as instâncias que dariam retaguarda comunitária aos jovens, que saem desses internatos sem qualquer apoio ou supervisão eficiente do Setor Judiciário e da sociedade civil; sem maior escolaridade ou ofício profissional; sem apoio à obtenção de empregos; sem supervisão para os estudos; mais habituados à violência interpessoal e por vezes sexual; mais conhecidos e conhecedores do ambiente infracional e ainda mais estigmatizados do que quando entraram”(p. 185)

Segundo ASSIS (1999) após a desinternação os jovens esperam o apoio da família, amigos até do Juiz da Vara da Infância e da Juventude para ajudá-lo a conseguir um emprego. No entanto, a única rede de apoio que esses jovens encontram é a família, que na maioria dos casos também se encontra fragilizada e excluída ((grifo nosso)), e conseqüentemente, incapaz de dar o suporte necessário para esse jovem.

Talvez seja por esse motivo que muitos dos jovens entrevistados no presente estudo, quando relataram a realização de Atividades Legais DEPOIS da internação na FEBEM, estava se referindo às atividades realizadas com parentes.

ASSIS (1999) diz também, que não foram citados pelos jovens, em seu estudo, o apoio de outras instituições da comunidade, como a escola, ou até a Vara da Infância e da Juventude, para facilitar a inserção dos mesmos no mercado de trabalho,

“ Isso denota a pouca presença, a inoperância e o distanciamento destas instituições na vida dos entrevistados; o desconhecimento dos jovens quanto às possibilidades e potencial e ajuda, bem como a descrença das ditas instituições sociais de apoio e ajuda” (p.100)

A que conclusão podemos chegar ao depararmos com essa situação? Terá o jovem condições de buscar sozinho outras estratégias de sobrevivência que não o

Ato Infracional ?

O jovem será sempre obrigado a buscar qualquer tipo de trabalho como estratégia de sobrevivência?

Como que esse jovem vai enfrentar sozinho o estigma de ser ex interno da FEBEM e conseguir conquistar um espaço onde haja respeito aos seus desejos e anseios de juventude?

O próximo item desse estudo aborda especificamente quais são as estratégias de sobrevivência dos jovens entrevistados após a última internação. Nesse item foi possível conhecer um pouco sobre os desejos e sonhos desses jovens quando levantada a hipótese de que houvesse a possibilidade de concretizá-los.

5.3 - As estratégias de sobrevivência dos jovens após a última internação na FEBEM

Através da análise da última questão do roteiro para a entrevista, observamos quais seriam as estratégias de sobrevivência apontadas pelos jovens para conseguir dinheiro e acesso aos bens de consumo após a última internação na FEBEM²¹.

De acordo com as respostas fornecidas pelos jovens, observamos a existência de três grupos diferentes:

- A) Os jovens com respostas positivas (pretendiam realizar alguma atividade)
- B) Os jovens com respostas negativas (não pretendiam realizar atividade)
- C) Os jovens com respostas de indecisão (não sabiam o que iriam fazer)

Gráfico 10 - Distribuição das respostas dos jovens quanto a realização de atividades para ganhar dinheiro após a desinternação - 2000.

Analizando esse mesmo dado do ponto de vista do número de internações na FEBEM foi possível observar que existe uma diferença entre os planos dos jovens e

²¹Considerou-se a última internação, aquela em que se deu a entrevista.

o número de internações, como apresentado na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4- Distribuição dos jovens segundo os planos de realização de atividades após a última internação na FEBEM subdivididos por número de internações- 2000.

Planos após a desinternação para a realização de atividade	Número de internações		Total
	1 internação	2 ou mais internações	
SIM	35,6% (37)	40,4% (42)	76,0% (79)
NÃO	1,9% (2)	3,8% (4)	5,7% (6)
NÃO SABEM	4,8% (5)	13,4% (14)	18,2% (19)
Total	42,3 % (44)	57,6% (60)	100,0% (104)

Dessa Tabela temos que, embora haja uma diferença entre os planos dos jovens e o número de internações, percebemos que em ambos os grupos, a intenção em realizar atividade obteve a maior frequência. No entanto, o número de jovens que respondeu não saber o que fazer após a desinternação é maior entre jovens com mais internações. Isto nos leva a pensar que talvez quanto maior o número de internações, maior será a incerteza sobre o futuro.

Temos como proposta para esse item do estudo discutir separadamente os grupos dos jovens com respostas positivas (pretendiam realizar alguma atividade); os jovens com respostas negativas (não pretendiam realizar atividade) e os jovens com respostas de indecisão sobre o que iriam fazer ou não depois da internação, buscando assim, levantar as características peculiares de cada um deles, procurando também realizar uma discussão enfatizando semelhanças e diferenças entre os grupos.

A) Grupo dos jovens que relataram que pretendem realizar alguma atividade após a desinternação

Dos 104 jovens entrevistados, a maioria, representada por 76% (79), respondeu que pretendia realizar alguma atividade para ganhar dinheiro após a última internação na FEBEM.

Esse primeiro dado vem confirmar que esses jovens têm como perspectiva, após a desinternação, a realização de algum tipo de atividade que lhes reverta algum dinheiro.

Como aponta ASSIS (1999), os projetos de vida dos jovens e a forma como eles interpretam o futuro, estão diretamente influenciadas pelas experiências vivenciadas por eles no presente. Assim, no caso dos jovens entrevistados, observamos que a intenção em realizar uma atividade para conseguir dinheiro pode estar refletindo as experiências vivenciadas por eles e que foram marcadas pela busca de diferentes estratégias de sobrevivência Legais ou Ilegais, que lhes revertisse algum dinheiro ou acesso aos bens de consumo.

Nesse grupo, observamos que 83,5% (66) pretendiam realizar alguma Atividade Legal, enquanto que 14,5% (13) pretendiam realizar somente o Ato infracional.

O fato de mais da metade dos jovens relatarem o interesse em realizar Atividades Legais ao invés das Ilegais pode estar nos dizendo que:

- o jovem quer trabalhar ?
- o jovem acredita no trabalho como alternativa de sobrevivência?
- o jovem acredita que o trabalho consegue impedir que ele continue praticando atos infracionais?

– o trabalho é uma possibilidade melhor do que a infração?

Procurando responder parte dessas questões iniciamos a análise desses dados realizando uma comparação entre a frequência das Atividades Legais ANTES da primeira internação com as respostas dos jovens sobre as estratégias de sobrevivência após a desinternação.

Enquanto que somente 6,9% dos 104 jovens relataram a realização de Atividades Legais, como única estratégia de sobrevivência, ANTES da primeira internação na FEBEM, quase 90% dos jovens mencionaram o interesse em realizar somente Atividades Legais após a desinternação.

ASSIS (1999) identificou em seu estudo que para os jovens autores de ato infracional, “...o trabalho aparece como forma de amenizar os erros cometidos e de se redimirem perante a sociedade. Foram suas principais representações do trabalho – que repetem o padrão de seu meio cultural: forma de sobrevivência e de ascensão social “ (p.90).

Não somente para o jovens autores de ato infracional, mas, como apontam BAJOIT & FRANSSEN (1997), para a sociedade como um todo, o trabalho é visto como um dever moral e social, no qual o indivíduo, através do processo produtivo, se auto-realiza pessoalmente e socialmente. No entanto, como comentam os autores, o trabalho é muitas vezes, reduzido também a uma condição instrumental associada à questão do dinheiro propriamente dito.

Especificamente para os jovens em conflito com a lei, ASSIS (1999) comenta também que o trabalho pode vir a significar as “... aspirações restritas a um momento mais imediato e limitado pela posição social que são obrigados a assumir desde o seu nascimento” (p.89).

Assim, a soma de todos esses aspectos abordados pelos autores, ou seja, o trabalho como uma forma do jovem se redimir perante a sociedade; o trabalho como uma forma de sobrevivência, principalmente no que diz respeito ao aspecto financeiro e; o trabalho representando as aspirações restritas à posição social desses jovens (ex-internos da FEBEM e jovens pobres que devem trabalhar), pode vir a justificar o fato de mais de 80% dos jovens relatarem o interesse em realizar uma Atividade Legal após a desinternação.

Será que podemos então compreender que a relação desses jovens com o trabalho é, na verdade, fruto da percepção do trabalho como um caminho para a redenção, a inclusão social, e um dever social que é diretamente determinada pela posição social ocupada pelo indivíduo?

Assim, será que podemos dizer que, os jovens parecem buscar uma forma de fazer com que a sociedade deixe de percebê-los como jovens “infratores” e passe a vê-los como jovens “trabalhadores”?

Quando foram analisados separadamente o grupo de jovens que relataram o interesse em realizar Atividades Legais, daqueles que referiram o interesse em continuar a prática do Ato Infracional percebemos como a inserção no trabalho não significou necessariamente que o jovem assumisse uma nova “posição social” onde a palavra *nova* tenha o seu verdadeiro sentido, pois, a imensa distância entre as reais possibilidades de trabalho oferecidas a esses jovens, com aquelas desejadas por eles, acaba fazendo com que os jovens busquem alternativas que os mantenham na mesma posição social anterior.

Percebemos também, que de acordo com os relatos, a realização de uma Atividade Legal está diretamente relacionada com a crença de que o trabalho é uma

outra alternativa de sobrevivência; de que o trabalho consegue impedir que eles continuem infracionando e; que o trabalho é uma possibilidade melhor do que a infração.

A.1) Jovens que relataram o interesse em realizar Atividades Legais

A análise dos relatos dos 66 jovens que apontaram o interesse em realizar alguma Atividade Legal para ganhar dinheiro após a última internação, nos mostrou que:

- 57,6% (38) querem realizar um tipo específico de atividade
- 42,4% (28) não especificaram o tipo de atividade

Gráfico 10 - Distribuição percentual das estratégias de sobrevivência dos jovens após a desinternação

- Dos 38 jovens que relataram o interesse em realizar um **tipo específico de atividade** temos aqueles que gostariam de realizar:

- trabalho já realizado em outro momento da vida;
- trabalho específico;
- algo que gostaria de aprender

Foram 22 (33,3%) jovens que relataram o interesse em dar continuidade às

atividades realizadas ANTES da primeira internação.

A análise das *Linhas Cronológicas das Estratégias de Sobrevivência* forneceu as seguintes informações sobre este grupo:

- 50% (11) realizaram Atividades Legais e Ilegais ANTES da internação;
- 45,5% (10) realizaram somente Atividades Ilegais ANTES da internação;
- 4,5% (1) realizaram somente Atividade Legal ANTES da internação;
- 60% (13) estavam na primeira internação.

Alguns jovens apontaram os motivos para essa escolha, sendo assim redigidos:

- “o trabalho de Office boy era melhor, ganhava menos mas era honesto” (E14)
- “meu pai é dono da oficina mecânica que ficará para os filhos cuidarem” (E36)
- O jovem gostaria de trabalhar de fazer lapidação (copo e taça) porque tem diploma do curso profissionalizante oferecido pela FEBEM de São Paulo. (E12)

Um dos dados mais importantes desse grupo é que as Atividades Ilegais realizadas ANTES da primeira internação, foram em muitos casos, o Trabalho Infantil. Portanto, a possibilidade desses jovens terem a perspectiva de retornar ao trabalho anterior, deve-se principalmente ao fato desse trabalho ter sido iniciado quando o jovem ainda era uma criança e, na grande maioria dos casos, na companhia de familiares.

Nos pareceu então, que, quando o vínculo de trabalho acontece entre o jovem e a própria família, a possibilidade de retorno a atividade é real, na medida que, pode dar ao jovem a garantia de que ele será aceito novamente no trabalho sem se deparar com tanto preconceito por ele ser ex-interno da FEBEM.

De acordo com os relatos onde o Trabalho Infantil não foi realizado com

familiares, observamos também que, em alguns casos, houve uma garantia de retorno ao trabalho, pois o fato do jovem ter trabalhado no local desde criança, pareceu possibilitar a criação de vínculos mais fortes entre ele e o empregador, como apresentado a seguir na Figura 21.

Figura 21 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 31 (16 anos, 7ª série incompleta)

Uma outra questão a ser levantada é que mais da metade dos jovens relataram ter realizado Atividades Legais ANTES da internação. Portanto, houve uma vivência de trabalho legal que talvez tenha sido uma boa referência para o jovem e isso pode ser uma forma concreta de avaliar as possibilidades de futuro. Já que o jovem trabalhou em um momento da vida porque não iria conseguir trabalhar novamente?

É interessante perceber também que, mesmo sabendo qual atividade gostaria de realizar, tendo como base aquelas realizadas anteriormente, muitos deles relataram as atividades que gostariam de realizar ou aprender, caso houvesse a oportunidade de escolha, como: ser piloto de avião, instrutor de pintura e desenho, juiz de direito, mecânico de carro, moto e caminhão e frentista de posto.

Esse dado nos mostra que esses jovens, embora se adaptem, de alguma

maneira, às condições de vida e de perspectiva para o futuro, ainda, mantém desejos e sonhos profissionais, ou seja, a realização pessoal se torna mais importante do que somente a questão financeira, a proteção contra a criminalidade e o trabalho como meio de ascensão social.

Sobre os *jovens que apontaram o interesse em realizar uma atividade específica*, mas que não havia sido realizada antes da primeira internação, foram encontrados 11 jovens nessa situação, representando 16,7% do total.

As atividades apontadas por eles foram: patrulheiro mirim (Programa profissionalizante), lava jato, carregar leite na transportadora do pai, ajudante de mecânica de carro, entregar caixa de cerveja, marcenaria, supermercado, servente de pedreiro, abrir um lava-jato, trabalhar em rede de hotel e pintor.

Alguns jovens apontaram as razões de ter tomado essa decisão, que foram assim registrados no roteiro de entrevista:

- Quer ficar trancado dentro de casa ou ficar com parentes para depois começar uma vida nova. Vai trabalhar com o cunhado de marceneiro (E16)
- Quer trabalhar porque vai fazer 18 anos e dando continuidade a prática do Ato Infracional poderá ser encaminhado para o sistema penitenciário(E111)

Sobre esse grupo temos que, as atividades relatadas e de interesse dos jovens não diferem muito daquelas citadas por outros jovens, reforçando assim, o comentário de ASSIS (1999), para quem a forma de interpretar o futuro está diretamente influenciada pelas experiências vivenciadas pelos jovens em suas vidas.

Se pensarmos a respeito das atividades mencionadas voltamos para a mesma questão abordada anteriormente, mesmo que o jovem consiga a inclusão em alguma Atividade Legal, as possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho são sempre

as mesmas, atividades com pouca qualificação, baixa remuneração e menor possibilidade de ascensão social.

Quando foram analisadas as atividades realizadas pelos jovens ANTES da primeira internação encontramos que:

- 54,5% (6) realizaram Atividades Legais e Ilegais
- 45,5% (5) realizaram Atividades Ilegais
- mais de 50% (6) dos jovens estavam na primeira internação.

Alguns jovens relataram algumas atividades que gostariam de realizar caso houvesse a oportunidade de escolha. As atividades relatadas foram: aprender a pintar quadros, eletrônica/informática, mecânica de carro e “engenheiro de aviação”.

É interessante perceber que existe uma semelhança entre as atividades de interesse apontadas tanto pelos jovens do grupo anterior com aquelas relatadas pelos jovens desse grupo. Será que esse dado pode estar nos dizendo que existe uma preferência profissional desses jovens? Não seria importante refletir a respeito de informações como essa quando nos propomos a pensar em políticas de atendimento que visam a profissionalização e/ou a inclusão pelo trabalho?

Dos 104 jovens, 5 (7,6%), mencionaram somente as *atividades que gostariam de aprender* caso houvesse a oportunidade de escolha, mas não que necessariamente pretendiam trabalhar logo de início. Todos os jovens relataram o interesse em aprender a respeito de mecânica de carro e bicicleta.

As atividades realizadas por eles ANTES da primeira internação na FEBEM foram divididas em Atividade Legal (2 jovens), Atividade Legal e Ilegal (2 jovens) e Atividade Ilegal (1 jovem).

Dos 5 jovens, três relataram duas passagens pela FEBEM, o restante estava

na primeira internação.

- Dos 104 jovens entrevistado 28 (42,4%) relataram o **interesse em realizar qualquer tipo de atividade** após a desinternação, ou seja, eles querem trabalhar, mas não definem qual atividade gostariam de realizar, se referindo, na maioria das vezes, como “qualquer serviço”, “qualquer coisa” “o que aparecer”.

ASSIS (1999) comenta que, em seu estudo, os jovens autores de ato infracional buscaram atividades não-especializadas, “...*não havendo preocupação...*” (p.90) em definir um tipo de atividade específica. A autora aponta também que a ambição profissional dos jovens autores de ato infracional é diferente dos parentes que não praticaram nenhum delito, pois, “*Os primeiros se mostraram mais acomodados às ocupações menos qualificadas*” (ASSIS, 1999:86).

Será que podemos dizer que não há preocupação dos jovens em definir a atividade? Será que a dificuldade em definir um tipo de atividade não representa muito mais a falta de perspectiva e de opção para escolher algum atividade que faça sentido para esse jovem? Ou então podemos até pensar que o medo de desejar algo que talvez seja difícil de ser alcançado, possa gerar uma frustração com a qual o jovem tem que enfrentar sozinho?

Através dos relatos dos jovens não foi possível obter as razões para eles não definirem a atividade. O único dado observado foi que a necessidade de conseguir dinheiro pareceu ser o motivo de grande importância para esses jovens, como:

- ♦ Arrumar um serviço que ganhe bem (1 salário), não pretende mais vender drogas, chega uma hora que a polícia te prende. Conseguiria ganhar menos porque não correria risco.(E20)
- ♦ “Trabalhar, tô de maior, dá cadeia” (E57)

- ♦ Gostaria de um trabalho que tivesse um dinheiro bom (R\$350,00) (E55)
- ♦ Arrumar um serviço bom que ganhe R\$250,00 para ajudar a mãe e um pouco fica para ele, e que as pessoas gostem dele e não o mandem embora (E37)

A análise das *Linhas Cronológicas das Estratégias de Sobrevivência* dos jovens desse grupo nos mostrou que as atividades relatadas pelos jovens, realizadas ANTES da primeira internação foram:

- 50% (14) realizaram Atividades Legais e Ilegais ANTES da internação;
- 28,5% (8) realizaram Atividade Ilegal ANTES da internação;
- 14,3% (4) realizaram somente Atividade Legal ANTES da internação;
- 3,6% (1) jovem não realizou atividade ANTES da internação;
- 3,6% (1) jovem ficou sem informação.

Com relação as atividades que gostariam de aprender ou realizar caso houvesse a oportunidade de escolha, 50% (14) dos jovens apontaram: informática, mecânica de carro, ser jogador de futebol, letrista de cartaz, gerente de banco ou dono de concessionária, servente de pedreiro ganhando um salário de 400,00-500,00 e empacotador no Supermercado Wall Mart.

ASSIS (1999) comenta que alguns jovens costumam mencionar seus projetos de vida associados a riqueza e apresentados de forma abrangentes, “...*ainda alicerçados pela fantasia*” (p.89).

A.2) Jovens que relataram o interesse em realizar Atividades Ilegais

Dos 13 jovens que relataram o interesse em realizar Atividade Ilegal, sendo que 6 querem continuar no Tráfico de Drogas, 5 no Roubo e 2 no Tráfico de Drogas associado ao Roubo. Desse mesmo grupo, 2 jovens mencionaram o interesse em realizar um trabalho juvenil associado à prática do Ato Infracional.

Alguns jovens apontaram razões para ter tomado essas decisões, que foram assim registradas no roteiro de entrevista:

- para quem já ficou preso é difícil fazer outro trabalho a não ser roubar (E65)
- continuar a roubar para conseguir dinheiro (E55)
- “ não quero trabalhar porque as pessoas que tem dinheiro são folgadas” (E10)

Dos 13 entrevistados, a maioria, 53,8% (7) estavam na 2ª e 3ª internação e 5ª internação. O restante dos jovens estavam na primeira internação.

Com relação às atividades realizadas ANTES da primeira internação na FEBEM observamos que 53,8% (7) jovens relataram ter realizado somente Atividades Ilegais. Os demais jovens relataram Atividades Legais e Ilegais.

Dos sete jovens que tiveram suas trajetórias marcadas por Atividades Ilegais, todos eles praticaram o Ato Infracional, sendo que dois deles também realizaram o Trabalho Infantil.

Dos seis jovens que realizaram Atividades Legais e Ilegais, somente um deles não realizou o Ato Infracional concomitante com as Atividades Legais. Sendo esse jovem aquele que apresentou maior variedade de atividades realizadas.

A análise das *Linhas Cronológicas das Estratégias de Sobrevivência* nos mostrou que muitos jovens interromperam suas Atividades Legais (Trabalho Juvenil e Trabalho em Regime de Aprendizagem) por apresentarem problemas de relacionamento com colegas de trabalho e/ou patrões. Alguns atribuíram ao baixo salário o motivo para interromperem as atividades. O abandono da escola e o risco de morrer enquanto trabalha também foram motivos relatados pelos jovens.

Somente 6 jovens apontaram quais atividades gostariam de realizar se houvesse a oportunidade de escolha. As atividades de interesse foram: ser jogador de futebol, cantor de rap, letrista de cartaz, médico, mecânico de moto e trabalhar no Instituto Médico Legal. Um dos entrevistados complementa dizendo que gostaria de realizar uma atividade que ganhasse uns R\$ 350,00.

Dos jovens que não apontaram atividades que gostariam de aprender ou realizar caso houvesse a oportunidade de escolha, um entrevistado relatou ter como perspectiva a ascensão na vida do crime. Esse dado também foi observado por ASSIS (1999) verificou que a possibilidade de ascensão na vida do crime é um outro projeto de vida dos jovens autores de ato infracional.

Como aponta ABRAMOVAY et al. (1999), a transgressão das normas é resultado da ausência de respostas para as expectativas desses jovens; da falta de esperança; da descrença na sociedade e da percepção de que não há futuro para eles. Para a autora, toda essa condição faz parte de um quadro de exclusão.

Ainda segundo a autora, *“O roubo e o tráfico são opções certas para alguns jovens que sabem das suas limitações para conseguir segurança. Assim, se o trabalho não for conseguido, a vida do crime apresenta-se como uma saída certa na medida em que eles não têm outra alternativa”* (ABRAMOVAY et al., 1999:88).

Se a discussão acontecer também considerando o ponto de vista de BAJOIT & FRANSSEN (1997), entendemos que as dificuldades percebidas pelos jovens em conseguir alcançar aquilo que faz sentido a ele, acaba tornando a prática do Ato Infracional um meio de alcançar coisas mais palpáveis e próximas da realidade dele.

Segundo os autores, atualmente há uma busca de um trabalho que tenha sentido para o indivíduo, ou seja, a realização pessoal não está mais subordinada ao trabalho e pautada somente na questão da sobrevivência econômica (BAJOIT & FRANSSEN, 1997)

Será que podemos dizer que esses jovens não aceitam se adaptar ao mercado de trabalho, pois, as atividades oferecidas a eles não representam aquilo que eles gostariam de fazer?

B) Grupo de jovens que não pretendem realizar atividade após a desinternação

Do total de jovens entrevistados, somente 6 responderam que não pretendiam realizar alguma atividade para ganhar dinheiro e ter acesso aos bens de consumo após a saída da última internação.

Um dado significativo para pensarmos a respeito: no caso das Atividades Legais, nem todo o jovem quer trabalhar. No caso das Atividades Ilegais, nem todo jovem pretende continuar a prática do Ato Infracional.

Os motivos relatados pelos jovens para essa decisão foram assim redigidos:

- Não quer realizar uma atividade legal porque corre o risco de morrer pelos “*espinhos*” (inimigos). Só se fosse em outra cidade (E73)
- Quer continuar estudando e freqüentando o Núcleo de Apoio Psicossocial para Farmacodependentes (NAPS-F) (E100)
- Quer “*ficar de boa*”²², andando morre (E67)
- Está pensando em estudo, algo para ficar sossegado e não voltar para a FEBEM (E78)
- Queria ir para a Argentina ficar com a mãe (faz três anos que ela mudou de país) (E59)

Dos 6 jovens entrevistados somente um jovem estava na primeira internação. O restante havia sido internado de duas a três vezes e um jovem com cinco internações.

As atividade realizada pelos jovens ANTES da primeira internação foram:

22 *Ficar de boa* significa ficar tranquilo, sossegado, sem fazer nada.

- 50% (3) Atividade Ilegal
- 33,3% (2) jovens realizaram Atividade Legal e Ilegal;
- 16,7% (1) não realizou nenhuma atividade pois a mãe fornecia o dinheiro.

A partir das respostas fornecidas pelos jovens foi possível identificar que a retomada dos estudos e a possibilidade eminente de morte foram os motivos mais frequentes que justificaram o fato dos jovens optarem por não realizar alguma atividade para ganhar dinheiro após a desinternação.

Com relação ao retorno às atividades escolares tem-se dois aspectos importantes que merecem atenção. Sobre o primeiro temos que, nem todo o jovem tem com projeto após a desinternação, a realização de alguma atividade para conseguir dinheiro. Isso nos mostra que é necessário conhecer quais são as perspectivas desses jovens e considerar qual delas efetivamente faz sentido para ele.

O segundo aspecto que merece atenção é que dos 104 entrevistados somente 2 jovens relataram o interesse em retomar os estudos, isso pode estar nos dizendo que, como aponta GOMES (1997), “...a escolaridade parece constituir um critério ainda secundário quando estão em jogo os empregos acessíveis ao jovem nesse nível de classe” ²³(p.54) pois existem, no mercado de trabalho, uma massa de empregos acessíveis ao jovem pouco escolarizado, atuando em empresas, comércio ou fábricas.

Como complementa a mesma autora, além de existir um mercado para esses jovens, ainda existe uma dificuldade dos mesmos relacionarem a escolarização com a garantia de melhores condições de vida, pois sua referência é o fraco impacto da escolaridade na vida das gerações anteriores na sua família (GOMES, 1997).

É importante frisar que os jovens entrevistados, que, mencionaram o interesse

²³ O autor se refere a *nível de classe* para definir a condição socioeconômica do jovem, especificamente os de baixo poder aquisitivo.

em retomar os estudos, haviam estudado até 7ª série e 1º colegial, ou seja, não representavam a maioria do grupo estudado, que apresentou escolaridade entre 5ª e 6ª série. Será que o fato desses jovens alcançarem uma escolaridade maior faça com que eles percebam a importância da escolarização em suas vidas de uma forma diferente do que os demais jovens?

Existe uma outra questão que deve ser considerada. A última pergunta do roteiro de entrevista foi formulada para conhecer se o jovem tinha interesse em realizar alguma atividade para ganhar dinheiro após a desinternação. Portanto, devemos considerar a possibilidade de outros jovens não terem explicitado o interesse em retornar aos estudos, pois a questão não questionava outros planos dos jovens se não aquele mencionado, ou seja, o fato do jovem ter relatado somente o interesse em realizar alguma atividade para conseguir dinheiro, venha atender ao sentido da pergunta formulada, mas, não exclui necessariamente, a possibilidade desse mesmo jovem também ter o interesse em retomar suas atividades escolares, embora isso não tenha sido relatado.

A questão da morte como motivo para adiar ou impedir o ingresso desse jovens ao mercado de trabalho, ou então para limitar de alguma forma a atuação desse jovem independente do tipo de atividade exercida, foi o segundo aspecto observado e relatado por dois, dos seis entrevistados desse grupo.

Entendemos essa questão como um reflexo da dura realidade de vida desses jovens devido às condições de risco à que estão submetidos ao se envolverem com o crime. Nesses casos, é possível perceber que, para esses jovens, o ingresso no mercado de trabalho não significa o rompimento desse jovem com o sistema do crime, pois, não promove a diminuição da possibilidade da morte precoce

(ABRAMOVAY et al., 1999) mas, acaba sendo uma forma de aumentar a vulnerabilidade desse jovens ao expô-los ainda mais às situações de risco, como pode ser observado na Figura 22 apresentadas a seguir.

Figura 22 -Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 73 (15 anos, 6ª série incompleta)

Dos 6 jovens, apenas 2 relataram atividades que gostariam de aprender ou realizar caso houvesse a oportunidade de escolha, sendo elas: médico, Office boy e mecânico de carro.

Esses dados nos levam a pelos menos três questões importantes:

1. Será que os programas profissionalizantes consideram situações como essas, onde a possibilidade de morte acaba influenciando na escolha desses jovens?
2. Como conciliar aquilo que o jovem sonha em fazer, com aquilo que realmente ele poderá fazer diante das condições de vida e escolarização?

3. Porque os programas são sempre profissionalizantes? Não seria o caso da profissionalização estar inserida dentro de um programa que acompanhe esses jovens nas demais atividades que fizerem sentido para ele, que não somente a profissionalização?

C) Grupo de jovens que relataram não ter decidido sobre o que irão fazer após a desinternação

Dos 104 jovens entrevistados, 18,2% (19) responderam que não sabiam dizer o que pretendiam fazer após a última internação.

Foram redigidas 15 relatos dos jovens que justificaram suas respostas:

- *“não tenho nada para fazer” ...”tenho que arrumar um emprego bom que dê para sustentar a família” (E30)*
- *“ só vendo no mundão mesmo” (E76)*
- O jovem acha que vai trabalhar, mas não sabe o que vai *“dar na cabeça no mundão” (E33)*
- *“Vontade todo mundo tem. O que impede é os povo querendo matar você” (E94)*
- O jovem diz que quer ficar um *“ pouco de boa”* (sem fazer nada), mas depois não sabe (E45)
- O jovem gostaria de talvez voltar a estudar, não sabe (E47)
- *“só tando no mundão para saber”...”depende de si” (E49)*
- *“ na rua nós vê” (E101)*
- O jovem não sabe porque *“não vai clarear nada” (E53)*
- *“não sei”...“hoje é difícil depois que você tem passagem pela polícia e tatuagens...”...”não sei mesmo”...”queria trabalhar pouco e ganhar muito, uns 400,00 a 1000,00 reais” (E58)*
- O jovem não sabe, pois só dá para saber na rua, não tem nada que se interesse *“na vida vive pouco mas vive bem”...”na periferia o*

ditado é vira jogador de futebol para não virar marginal”. Ele não tem esperança de se encaixar nessa possibilidade.(E83)

- *“só na hora que eu sair memo”* (E90)
- O jovem precisa ver como está o movimento na rua para depois saber o que vai fazer (E109)
- *“Tentei suicídio duas vezes depois que perdi minha família estou sem objetivo. Tem pouco tempo que eu estou no mundo do crime, 6 meses. Estou sem objetivo de vida”* (E112)
- *“Quando se está aqui pensa que quer dar um breque, mas quando sai na rua ta diferente, é difícil sair da vida.”* (E82)

De acordo com as respostas dos jovens observamos que existe uma incerteza quanto a vida deles após a desinternação, incertezas essas geradas em momentos pelo envolvimento desses jovens com crime, como apresentado nas Figuras 23.

Como aponta ABRAMOVAY et all. (1999) *“Para alguns jovens, o futuro é uma incógnita que eles estão preparados para assumir...”*(p.88)

Figura 23 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 58 (15 anos, 7ª série incompleta).

Faremos uma pergunta: Será que eles estão preparados?

Quando olhamos para os dados das *Linhas Cronológicas das Estratégias de Sobrevivência* e percebemos que:

- 73,7% (14) haviam sido internados na FEBEM mais de uma vez, sendo a maioria deles com 3 ou mais internações;
- 73,7% (14) relataram ter realizado somente Atividades Ilegais ANTES da primeira internação, sendo 7 jovens o Ato Infracional como única estratégia de sobrevivência e os demais o Trabalho Infantil associado ao Trabalho em Situação de Rua e ao Ato Infracional, e também o Trabalho em Situação de Rua como única estratégia de sobrevivência.

Um jovem que passou anos de sua vida utilizando como única estratégia de sobrevivência o Ato Infracional, que o levou por diversas vezes à FEBEM, poderá

visualizar outra forma de sobreviver? Quais expectativas tem esse jovem? Nessa situação será que não é melhor dizer *Não sei*.

Um outro dado importante é que dos 5 jovens que relataram a realização de Atividades Legais e Ilegais ANTES da primeira internação, 60,0% haviam realizado Trabalho em Regime de Aprendizagem. Nesse caso, mesmo tendo participado de um programa profissionalizante, esses jovens não demonstraram ter certeza de que atividade realizar. Portanto, fica a pergunta: como esse jovem vivenciou a experiência de Trabalho em Regime de Aprendizagem? Quais instrumentos esses programas ofereceram `a esses jovens para que os mesmos pudessem encontrar outras alternativas de sobrevivência?

É interessante observar que muito deles deixam clara a importância de “*ver o movimento*”, ou seja, observar como as coisas estão acontecendo na rua, para depois definir o que fazer. Será que esses jovens acreditam que algo poderia estar diferente quando ele saísse? Ou será que esses jovens esperam que as coisas tenham mudado e é justamente essa esperança que talvez, os ajude a suportar a internação? Quais serão as mudanças que eles esperam que aconteça?

Quando questionados a respeito da possibilidade de escolher alguma atividade que gostaria de fazer ou aprender, fica evidente que a incerteza quanto ao futuro também interfere nessas escolhas pois, dos 19, apenas 9 jovens apontaram atividades que gostariam de aprender e realizar caso houvesse a oportunidade sendo elas: aprender computação, aprender mecânica de carro e moto, estudar direito, arrumar um emprego e voltar a estudar.

Será que podemos dizer que tão pouco foi permitido a esse jovem, que ele mesmo não se permite mais sonhar?

Dos 10 jovens que não apontaram atividades que gostariam de realizar caso houvesse a oportunidade de escolha, mais de 80% haviam sido internados mais de uma vez e 60% haviam realizado somente o Ato Infracional ANTES da primeira internação na FEBEM. Esses dados acabam trazendo algumas reflexões como: será que quanto maior for o número de passagens pela FEBEM e quanto maior for o envolvimento desse jovem com a prática do Ato Infracional, maior será também a dificuldade desses jovens imaginarem uma outra estratégia de sobrevivência que não aquela realizada durante toda a sua vida?

Se considerarmos novamente o ponto de vista de ASSIS (1999), a vivência desses jovens acaba determinando a forma deles perceberem o futuro. Assim, um futuro marcado por internações e envolvimento com o crime acaba definindo a idéia de um futuro semelhante ao presente. Será que esses jovens se imaginam em outras atividades?

Conforme a Figura 25 apresentada a seguir podemos observar como um jovem define o seu futuro e como existe uma dificuldade de imaginar uma vida que não a envolvida com o crime.

Figura 24 - Linha Cronológica das Estratégias de Sobrevivência do entrevistado nº 83 (18 anos, 7ª série incompleta).

Capítulo 6

Considerações Finais

A primeira consideração a ser feita procura responder a uma pergunta essencial para o início e o término desse estudo: quem eram os jovens que estavam internados na FEBEM de RP no período de junho a agosto de 2000 e as estratégias utilizadas para conseguir dinheiro e acesso aos bens de consumo durante a sua vida?

Algumas respostas foram aparecendo no decorrer do estudo e a primeira consideração a ser feita é que encontramos jovens que **são** rotulados de “infratores”, mas que em algum momento de suas vidas carregaram outros rótulos quando **foram** “crianças de rua”, ou **foram** trabalhadores infantis, ou **foram** trabalhadores juvenis, ou **foram** aprendizes. Encontramos também jovens que **foram** rotulados em duas ou mais situações. No entanto, percebemos que para grande parte da sociedade a imagem que fica é aquela que é ameaçadora, as demais acabam sendo dignas de

“dó”, nas quais os jovens não são culpados pela sua situação.

O que podemos pensar à respeito disso? Que independente da trajetória desses jovens, estarão sempre em evidência as estratégias que ameaçam a ordem social, embora essas não sejam percebidas como estratégias, mas sim, como um ato de violência praticado pelo jovem contra a sociedade.

Será que podemos dizer que para a sociedade essa trajetória de diferentes estratégias de sobrevivência não significam nada mais do que um caminho esperado para aqueles que, por serem pobres tem a obrigação de trabalhar e que na ausência dessa “oportunidade”, se tornam criminosos em potencial?

Percebemos que o relato desses jovens nos ajudou a compreender que, como também é apontado por alguns autores, embora o trabalho ainda continue sendo visto pela sociedade como fonte importante de socialização e normatização, as mudanças ocorridas no mercado de trabalho na sociedade contemporânea, como o desemprego, a pouca qualificação e poucas perspectivas profissionais, acabaram interferindo na forma do jovem compreender o trabalho, ou seja, não mais a partir unicamente da sua forma mais tradicional, como uma necessidade vital, uma obrigação social e um dever moral BAJÖIT & FRANSSEN (1997), mas como um instrumento que possa garantir autonomia financeira para que o mesmo vivencie a sua juventude e o sonho de consumo.

Diante desse novo olhar para a questão do trabalho, percebemos também que as Atividades Ilegais tinham função semelhante às legais e acabavam sendo, em alguns momentos, uma alternativa factível para estes jovens.

Como fazer então com que as percepções desses jovens possam ser consideradas como um”...*tipo de ação propositiva...*” tornando-os “...*interlocutores*

para decifrar conjuntamente, mesmo que conflituosamente, o significado das tendências sociais de nosso presente e das saídas para elas”(ABRAMO,1997:35)?

Nesse estudo observamos que, ao buscar a compreensão da realidade através do contato com o relatos dos próprios atores sobre as suas estratégias de sobrevivência, pudemos conhecer alguns aspectos importantes referentes a realidade de vida desses jovens as ações dos mesmos na inter-relação com a sociedade, a família, o Estado e consigo mesmo.

No caso do presente estudo observamos uma crítica real à sociedade do trabalho e suas condições de mercado e, uma crítica velada à sociedade do direito, pois, oriundos de camadas mais pobres da população, com baixo grau de escolaridade e qualificação profissional, mostraram que, encontraram nas Atividades Ilegais (Ato Infracional, Trabalho Infantil e Trabalho em Situação de Rua) uma forma para conseguir certa autonomia financeira, e principalmente o acesso aos bens de consumo que permitiram, de alguma forma, que eles vivenciassem sua juventude. Identificamos que, o acesso às Atividades Ilegais era facilitado pois não requisitava grau de escolaridade, qualificação profissional e também, não os expunha a percepção de exclusão frente ao rótulo de ex-interno da FEBEM, principalmente porque era comum a presença de familiares e de amigos durante a realização das atividades.

É interessante apontar que a possibilidade de adquirir bens de consumo parece ser um imperativo na vida desses jovens, uma vez que, por ser uma necessidade básica na sociedade contemporânea, acaba funcionando como um mecanismo para promover simultaneamente a inclusão e a exclusão dos mesmos, já

que as estratégias para alcançar tal “direito” podem significar respectivamente quase que um direito fundamental, como o direito a vida, mas também a privação do direito a liberdade.

Um comentário importante é que o fato de dos jovens terem relatado um número maior de Atividades Ilegais do que as Atividades Legais, nos fez pensar que é menor o acesso às Atividades Legais (Trabalho Juvenil e o Trabalho em Regime de Aprendizagem) e que, quando o jovem relatou a presença dessas atividades em algum momento da vida a inclusão se deu somente em atividades de sub-emprego com baixos salários e poucas perspectivas de crescimento profissional e pessoal.

Mesmo para aqueles que vivenciaram um Trabalho em Regime de Aprendizagem, observamos a presença de algumas críticas ao tipo de intervenção, à medida que muito jovens relataram a falta de interesse pelos tipos de atividade oferecidas pelos programas profissionalizantes, além de inadequação da remuneração às suas necessidades.

Com isso, podemos fazer algumas observações. A primeira delas é que independente da trajetória desses jovens e das estratégias de sobrevivência por eles desenvolvidas, há a manutenção da posição social do jovem : como pobre, como perigoso em potencial e como trabalhador subserviente. Percebemos também que a realização de Atividades Legais e Ilegais é cercada por ações que de certa forma atuam como repressivas ao jovem, sendo que nas Atividades Legais, a repressão é implícita, porque os sonhos e desejos dos jovens são subordinados aos interesses do mercado e a ideologia do trabalho como mantenedor da ordem social. Já para Atividades Ilegais, a repressão é explícita e o jovem perde a sua condição de “jovem” e passa a ser visto como “infrator”, perdendo assim muitos dos “direitos”

conquistados, enquanto pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, como o direito de aquisição de bens de consumo, que de certa forma permite a este jovem ter mobilidade social.

Uma segunda consideração desse estudo é que a compreensão da socialização do jovem e a construção da sua identidade não pode estar restrita nem determinada somente pelo mundo do trabalho. Através dos dados referentes aos motivos relatados pelos jovens para a interrupção das atividades realizadas, observamos que entender o trabalho como a forma mais importante para promover a inclusão social é o mesmo que desconsiderar dois aspectos importantes: os diversos problemas existentes nas relações de trabalho e os interesses e motivações individuais dos jovens.

Diante dos relatos observamos a existência de vários fatores determinantes para que o jovem interrompesse a atividade realizada, que podiam estar ou não associados a questão do trabalho em si, como por exemplo, não pagar o salário corretamente, a atividades exercidas serem cansativas e desinteressantes e as dificuldades de relacionamento com colegas de trabalho e patrões. Encontramos também a questão do uso de drogas durante o trabalho, mostrando a existência de outros aspectos que muitas vezes antecedem o trabalho, e que precisam ser cuidados para que esse jovem consiga estruturar seu projeto de vida.

Nesse caso, pensamos como BAJOIT & FRANSSEN (1997) que apontam estudos que mostraram que a defasagem entre a importância atribuída ao trabalho e o grau de satisfação advindo da experiência concreta com o mesmo, promove a busca de *“...diferentes estratégias, atitudes e representações que permitem ao indivíduo existir como sujeitos, dissociando-se de sua situação, ou*

mesmo de sua condição profissional” (p.85).

Os dados referentes aos planos dos jovens para a realização de alguma atividade que lhes revertesse algum dinheiro após a última internação, nos trouxe informações que reforçam a fala dos autores. Embora a grande maioria dos entrevistados tenha referido o interesse em trabalhar, identificamos relatos que colocavam em evidência a questão financeira em detrimento da profissional, ou então estavam alicerçados por fantasias e sonhos. Encontramos também aqueles que pretendiam continuar a prática do Ato Infracional, justificadas algumas vezes pelas dificuldades encontradas durante as experiências em Atividades Legais, quando existiam, ou então por não terem vivenciado outra experiência que não o Ato Infracional. Por último, encontramos alguns jovens que não pretendiam realizar alguma atividade para ganhar dinheiro, focando a questão do retorno aos estudos e a possibilidade de estar em risco de vida durante o trabalho, devido aos problemas gerados pelo envolvimento no crime.

A terceira e última consideração a ser feita refere-se a interferência da internação na FEBEM na trajetória desses jovens, pois, percebemos que a mesma pode ser considerada um marco que determina uma mudança na variedade das estratégias de sobrevivência realizadas pelos jovens, tendo predomínio da prática do Ato Infracional. São várias as reflexões a serem feitas sobre as atuais instituições educacionais brasileiras destinadas à internação de adolescentes autores de ato infracional, como a questão do bloqueio das trocas sociais entre o internado e a sociedade no sentido mais amplo, criando uma relação de tutela, custódia e dependência entre instituição e internado (BARROS, 1990).

Se consideramos que essa relação de dependência pessoal do internado com a

instituição está diretamente influenciada pela determinação da condição de vida à qual ele será submetido ao ser privado de liberdade e, na qual o seu poder de escolha é diminuído, colocamos em discussão sobre quais instrumentos serão oferecidos para que esse jovem consiga administrar as suas escolhas e desejos diante da cobrança da sociedade, do Estado e da família frente ao jovem ex-interno da FEBEM?

O investimento em medidas não privativas de liberdade, é o mesmo que garantir a esse jovem o direito a escolhas em sua vida, mesmo que limitadas. No entanto, percebemos, diante da realidade estudada, que ainda serão necessárias muitas discussões para que a sociedade como um todo consiga perceber esses jovens como jovens, e assim pensar em propostas de atendimento que não partam da associação jovem /problema, mas sim, do jovem/cidadão, partindo do sentido dado por ele à essa escolha e o lugar dela em sua vida.

Tínhamos como proposta inicial para este estudo, colher subsídios para o planejamento de um programa de Acompanhamento (Re)integrador destinado a esses jovens, em atividades na rua, na comunidade onde vive, no trabalho etc. Porém, ao entrarmos em contato com a riqueza dos dados, nos vimos instigados a mergulhar fundo nos relatos e buscar reflexões que nos ajudassem a compreendê-los de tal forma que os tornasse mas do que subsídios para um programa, mas também uma forma de dar voz a esses jovens e tentar, por hora, trazer a tona suas críticas, e torná-los sim interlocutores do nosso presente e das possíveis alternativas para essa difícil realidade.

Portanto, deixamos como sugestão para eventuais estudos posteriores, pensar em propostas que considerem a análise mais aprofundada dos relatos desses jovens, fazendo dessa experiência e dessas discussões uma forma de contribuir para a criação

de programas que partam da vivência e das escolhas desses indivíduos, possibilitando assim, a realização de sonhos, mas que não necessariamente sejam o da inclusão em atividades de trabalho, mas sim, da inclusão em atividades que tenha sentido para a vida daqueles que são antes de tudo *jovens*.

Capítulo 7

Referências

Bibliográficas

ABBUD, K. C. **Relatório do subgrupo temático: Trabalho infanto-juvenil**, Conferência Municipal, Ribeirão Preto, 1997.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.5/6, p.25-36, 1997.

ABRAMOVAY et al. **Gangues, Galeras, Chegados e Rappers: Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília**. Rio de Janeiro, Garamond, 1999.

AÇÃO ANTIVIOLENCIA 'salta' muros da FEBEM. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 set. 2001. Caderno de Ribeirão. p.G2.

ADORNO S. et al A adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.4, p.62-74, Out-dez/1999.

_____ A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**. n.79, p.76-80, novembro/1991.

ASSIS, S.G. de **Traçando Caminhos em uma Sociedade Violente**: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1999.

ARIAS, A. R. Avaliando a Situação Ocupacional e dos Rendimentos do Trabalho dos Jovens Entre 15 e 24 Anos de Idade na Presente Década. In **Jovens acontecendo das trilhas das políticas públicas**. Brasília, CNPD, 1998. 2v, p. 519-541.

BAJOIT G. & FRANSSEN A. O trabalho, busca de sentido. **Revista Brasileira de Educação**, n.5/6, p.76 - 95, 1997.

BARROS, D.D. A Desinstitucionalização é Desospitalização ou Desconstrução. **Rev.Ter.Ocup. USP**. São Paulo. 1(2). p.101-106. 1990

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Trad.: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal, Porto, 1994.

CARMO, P. S. do **História e ética do trabalho no Brasil**. São Paulo, Moderna, 1998.

- CARRANO, P. C. R. Juventude as identidades são múltiplas. **Movimento – Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense- Juventude, Educação e Sociedade**. n.1, p. 11-27, Rio de Janeiro, DP&A, 2000.
- CARVALHO, M.C.B. de Criança, Educação e Trabalho. In: Trabalho Infanto-juvenil. **Revista Fórum DCA**. Brasília, n.3, p.9-13,1994.
- CERVINI, R; BURGER F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: CERVINI, R; FAUSTO, A (org) **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil dos anos 80**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1996. cap. 1, p.17-46.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 In: **Cadernos de Ética em Pesquisa nº1** - Julho, 1998. Abril. 1997. p. 34-42.
- D'ANCONA M. A. C. **Metodologias Quantitativas: Estratégias y Técnicas de Investigación Social**. Madrid, Sintesis Sociologia, 1996. p. 239-290.
- DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE SAO PAULO 2000 **Cadernos do Fórum São Paulo Século XXI – Segurança**. Caderno 7, São Paulo, 2000, p. 77-96.
- EL-KHATIB U. **Crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social que problema e esse?** São Paulo, 2001. p.130. Tese (Doutorado) - Departamento de Saúde-Materno Infantil da Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social - Governo do Estado de São Paulo. São Paulo. Imprensa Oficial. 1997
- FILGUEIRAS, C.A.C. Trabalho, Sociedade e Políticas Sociais. São Paulo, **São Paulo em Perspectiva**, n.97, p. 13-20, Maio/1996.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA A **Infância Brasileira nos**

Anos 90. Brasília, UNICEF, 1998. cap. 7, p. 119-135: Trabalho Infanto-juvenil.

GOLDANI, M. Z. **Mortalidade Infantil em Ribeirão Preto**: comparação entre duas coortes em um intervalo de 15 anos, 1979/94. Tese (Doutorado), Ribeirão Preto, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 1997.

GOMES NETO G. G. O adolescente autor de ato infracional frente aos princípios e garantias do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Revista do ILANUD (Instituto Latino Americano das Nacoes Unidas para a Prevencao do Delito e Tratamento do Delinquente)**, n. 14, Sao Paulo, 2001, p.43 -53.

GOMES J. V. Vida familiar e Trabalho de crianças e de jovens pobres. **Cadernos de Psicologia e Educação - Paidéia**, v.8, n. 14/15, p.45-61, 1998.

_____ Jovens urbanos pobres. **Revista Brasileira de Educação**, n.5/6, p.53-62, 1997.

GOMEZ C. M; MEIRELLES Z.V. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, 13 (Supl.2), p.135-140, 1997.

GUARESCHI P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão competitividade e culpabilização. In SAWAIA, B. (org.) **As artimanhas da exclusão-** A análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro, Vozes, 1999. p.141-155.

GUEDES, E. Funcionários do tráfico. Ribeirão Preto, **Revide semanal**, ano XI, n.60, março/1998.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS (IEE)- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (PUC). **Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à**

Comunidade : medidas de inclusão social voltadas a adolescentes autores de ato infracional. São Paulo. 1999

KODATO S; SILVA A.P.S. Homicídios de adolescentes: Refletindo sobre Alguns fatores Associados. São Paulo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 13(3), p.507-515, 2000.

LARANGEIRA, S.M.G. A realidade do trabalho em tempo de globalização: Precarização, Exclusão e Desagregação Social. In: SANTOS, J.V.T. (org) **Violência no Tempo da Globalização**. São Paulo, HUCITEC, 1999. p. 123-141.

LOZANO, A. Pesquisa revela como age o menor infrator. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 set. 1999.

MADEIRA F. R. Pobreza, Escola e Trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas. São Paulo.. **São Paulo em Perspectiva**, v.7, n.1, p.70-83, Janeiro-março/1993

_____ & RODRIGUES, E. M. Recado dos Jovens: Mais qualificação. In: **Jovens acontecendo nas trilhas da Políticas Públicas**. Brasília, CNPD, 1998. p.427-496.

MARCÍLIO, M.L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo, HUCITEC, 1998.

MARQUES O. da S. **Escola noturna e jovens** Revista Brasileira de Educação, 5 e 6, 63-75, 1997.

MELLO, M. C. P. F. de Segregação sócio-espacial na cidade de São Paulo e marginalização da criança e do jovem. São Paulo. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, (78), p.5-15, Agosto/1991

MINAYO, M.C. **O desafio de conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** 6. ed. São Paulo- Rio de Janeiro, HUCITEC/ABRASCO, 1999.

MOURA, E. B. B. de Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, M. D. (org) **História das crianças no Brasil** . São Paulo, Contexto, 1999. p 259-288.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). A OIT e o trabalho infantil. In: Trabalho infantil. Brasília. **Revista Fórum DCA.** 2º semestre, 1994.

O trabalho infantil:

pela abolição do trabalho infantil. A política da OIT e suas implicações para a cooperação técnica. 1993

PASSETTI, E. Crianças carentes e Políticas Públicas. In: PRIORE, M. D. (org) **História das crianças no Brasil** . São Paulo, Contexto, 1999. p 347-375.

PEREIRA I. Redução da idade de responsabilidade penal de adolescentes. **Revista do ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente)**, São Paulo, n. 14, p.33-35, 2001.

PERNAMBUCO M. & ALVES FILHO F. No Front inimigo. **Revista Isto É.** n. 1707, p.24-37, 2002.

POCHMANN, M. Emprego e Desemprego juvenil no Brasil as transformações nos anos 1990. **Movimento – Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense- Juventude, Educação e Sociedade**, n. 1, 2000, RJ, DP&A, 52-72 p.

RESENDE FILHO, J. Família e as Medidas Sócio-Educativas. **Revista do ILANUD (Instituto Latino Americano das Nacoes Unidads para a Prevencao do**

Delito e Tratamento do Delinquente), n. 14, São Paulo, 2001, p.39-41.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, M. D. (org) **História das crianças no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1999. p 376-406.

_____; RIZZINI I, “Menores” institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas na década de 80. In CERVINI, R.; FAUSTO, A. (org) **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil dos anos 80** Textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF/FLACSO. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1996. cap. 3, p. 69-90.

ROSEMBERG, F. Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo. São Paulo, **Cadernos de Pesquisa**, n.91, p. 30-45. Novembro/1994

SANTOS, B. R. dos **A regulamentação do trabalho educativo**. Texto elaborado por solicitação da UNICEF e INESC, visando subsidiar a Frente Parlamentar dos Direitos da Criança, do Congresso Nacional na apreciação e proposição de projetos de leis relacionados à infância e à adolescência. 1997.

SANTOS, M. A. C. Criança e Criminalidade no início do século. In: PRIORE, M. D. (org) **História das crianças no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1999. p 210-230

SARAIVA, J.B.C. Medidas sócio-educativas e o adolescente infrator. **Revista do ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente)**, São Paulo, n.14, p. 55-72, 2001.

SAWAIA B. Exclusão ou Inclusão perversa ? In SAWAIA, B. (org.) **As artimanhas da exclusão- A análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro, Vozes, 1999, p. 7 -13.

_____. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão inclusão In SAWAIA, B. (org.) **As artimanhas da exclusão- A análise**

psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro, Vozes, 1999, p. 97 -118.

SAWAIA B. Identidade – Uma ideologia separatista? In SAWAIA, B. (org.) **As artimanhas da exclusão-** A análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro, Vozes, 1999, p. 119 -125.

SILVA A. P. S. **“O Jovem em conflito com a lei na cidade de Ribeirão Preto (SP): 1986 – 1996”** Ribeirão Preto, 1999, 131p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

SILVA, D.P. e, **Vocabulário jurídico**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1993.

SILVA, N. P. da **Estatística auto-explicativa**. São Paulo, Érica, 1998.

SILVA, R. C. minuta do Capítulo : **A Falsa Dicotomia Qualitativo -Quantitativo: Paradigmas que Informam nossas Práticas de Pesquisas pp 159-174** do Livro : Romanelli , G. ; Biasoli-Alves, Z.M.M. (1998) **Diálogos Metodológicos sobre Prática de Pesquisa-** Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP USP / CAPES ; R. Preto:Editora Legis-Summa)

SILVA, P. A. L. de **Probabilidade & Estatísticas**. Rio de Janeiro, Reichmann & Affonso, 1999.

SPOSATO K. A Convenção Internacional das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança – 10 anos. **Revista do ILANUD (Instituto Latino Americano das Nacoes Unidas para a Prevencao do Delito e Tratamento do Delinquente)**, n. 14, Sao Paulo, 2001, p.9 -18.

SPOSITO M. P. **A sociabilidade juvenil e a rua novos conflitos e acao coletiva na cidade**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, volume 5, nº 1-2, 1994

TOFETI, A. C. Nas mãos da justiça. Ribeirão Preto, **Revide semanal**, ano XI, n.60,

março/1998.

TRABALHO SOCIAL é a solução, diz prefeitura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 out. 2001. Caderno Ribeirão, p. C2.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. Atlas, 1987.

VENDRUSCOLO T. S. **O Trabalho na vida do adolescente que pratica ato infracional: uma relação cultural socialmente construída**. Franca, 1998. 144p. Dissertação(Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista -UNESP.

VIOLANTE, M. L. V. **O dilema do decente malandro**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 1985.

VOGEL, A.; MELLO, M.A.S. Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho. In CERVINI, R; FAUSTO, A. (org) **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil dos anos 80**. Textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF/FLACSO. 2. ed, São Paulo, Cortez, 1996, cap. 6, p. 133-150.

VOLPI, M. (org) **Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei**. São Paulo, Cortez, 2001.

_____ O adolescente e o ato infracional. **Revista do ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente)**, São Paulo, n.14, p.21-32 , 2001.

_____ **O adolescente e o ato infracional**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1997.

_____ Trabalho infantil e os grandes temas da sociedade brasileira. In: Trabalho Infanto-juvenil. **Revista Fórum DCA**. Brasília, n.3, p.5, 1994.

Anexos

ANEXO A – Termos de Consentimento

Termos de consentimento encaminhado para o Juiz da Vara da Criança e da Juventude de Ribeirão Preto

Ao Excelentíssimo Dr. Paulo César Gentile

Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Ribeirão Preto

Eu, Marília Mastrocolla de Almeida, pesquisadora do Núcleo de Estudos em Sexualidade, Prevenção a DST/AIDS e uso indevido de drogas (NEPDA), do Departamento de Psicologia e Educação da FFCL-RP/USP, venho respeitosamente solicitar a V. Ex^a. a permissão para realizar um trabalho de pesquisa, que tem por objetivo colher subsídios para o planejamento do programa "Acompanhamento (Re)integrador", destinados aos jovens internos da FEBEM-RP. Este trabalho visa o planejamento de um programa alternativo que promova a inserção dos adolescentes em atividades de trabalho.

O presente estudo será realizado em duas etapas que compreendem as seguintes atividades : realização de entrevistas individuais com toda a população interna; e numa segunda etapa, através da realização de entrevistas individuais e discussões grupais com os adolescentes que serão selecionados para fazer parte desta etapa²⁴.

Será garantida a participação voluntária, o anonimato e sigilo em relação a autoria das respostas dadas, ficando os dados obtidos disponíveis após o término do mesmo. Prevê-se a apresentação dos resultados a Instituição e aos participantes do estudo.

Nesta pesquisa não haverá qualquer vínculo empregatício entre o pesquisador e a Instituição, não havendo qualquer custo para a Fundação.

Considerando que a pesquisadora já realiza trabalho voluntário na instituição desde março de 1999 e participa do grupo de pesquisa da Prof^a. Dr^a. Rosalina de Carvalho da Silva, enfatiza-se a relevância este estudo.

Sem mais, antecipadamente, agradeço sua atenção.

Ribeirão Preto, ____ de _____ de 2000

Marília

Mastrocolla de Almeida

24 A segunda etapa desse estudo não foi realizada em virtude dos critérios informais de redução do tempo de realização dos mestrados.

**Termos de consentimento encaminhado para o Diretor da FEBEM de
Ribeirão Preto/São Paulo**

Ao Ilmo. Sr. Eduardo Luís Vianna Gonçalves

MD diretor da FEBEM - Ribeirão Preto

Eu, Marília Mastrocolla de Almeida, pesquisadora do Núcleo de Estudos em Sexualidade, Prevenção a DST/AIDS e uso indevido de drogas (NEPDA), do Departamento de Psicologia e Educação da FFCL-RP/USP, venho respeitosamente solicitar a V.S^a. a permissão para realizar um trabalho de pesquisa, que tem por objetivo colher subsídios para o planejamento do programa "Acompanhamento (Re)integrador", destinados aos jovens internos da FEBEM-RP. Este trabalho visa o planejamento de um programa alternativo que promova a inserção dos adolescentes em atividades de trabalho.

O presente estudo será realizado em duas etapas que compreendem as seguintes atividades : realização de entrevistas individuais com toda a população interna; e numa segunda etapa, através da realização de entrevistas individuais e discussões grupais com os adolescentes que serão selecionados para fazer parte desta etapa²⁵.

Será garantida a participação voluntária, o anonimato e sigilo em relação a autoria das respostas dadas, ficando os dados obtidos disponíveis após o término do mesmo. Prevê-se a apresentação dos resultados a Instituição e aos participantes do estudo.

Nesta pesquisa não haverá qualquer vínculo empregatício entre o pesquisador e a Instituição, não havendo qualquer custo para a Fundação.

Considerando que a pesquisadora já realiza trabalho voluntário na instituição desde março de 1999 e participa do grupo de pesquisa da Profa. Dra. Rosalina de Carvalho da Silva, enfatiza-se a relevância deste estudo.

Sem mais, antecipadamente, agradeço sua atenção.

Ribeirão Preto, ____ de _____ de 2000

Marília

Mastrocolla de Almeida

²⁵ A segunda etapa deste estudo não foi realizada em virtude dos critérios informais de redução do tempo de realização dos mestrados.

[illegible]

10

4) Você já realizou alguma atividade/trabalho que você ganhava dinheiro? SIM NÃO

(em caso positivo na resposta anterior seguir para a seguinte)

5) Antes de passar pela FEBEM quais foram essas atividades/trabalho?

Tipo de atividade/ trabalho	Local	Idade	Por quanto tempo	Informações complementares

(Para reincidentes)

6) Você procurou realizar alguma atividade/trabalho que você ganhava dinheiro depois de sair da FEBEM? SIM NÃO

7) Se SIM, quais foram as atividades/trabalho que você procurou?

Tipo de trabalho	Local	Idade	Conseguiu (sim ou não)	Duração	Informações complementares

8) Você pretende realizar alguma atividade/trabalho que você ganhe dinheiro depois de sair da FEBEM?

(explorar: se gostaria de fazer algo fora da “vida de atos infracionais”. Se haveria alguma coisa que gostaria de aprender etc)

Qual (is) ?

ANEXO C – Termo de Apresentação

Termo de apresentação do estudo, “Rapport”, para os jovens participantes.

Eu sou a Marília e estudo na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP. Estou realizando um estudo sobre a criação de um programa alternativo, denominado "Acompanhamento (Re)integrador", destinado aos jovens da FEBEM-RP.

Através desta pesquisa, eu pretendo colher informações que me ajudem a criar uma nova forma de trabalho que possibilitem o acompanhamento do adolescente que permanece internado na FEBEM, no contato com situações de trabalho.

Na primeira parte deste estudo, caso você aceite participar, será realizado uma entrevista individual com todos os adolescentes que se interessarem em participar. Nesta entrevista, eu estarei perguntando a respeito de suas internações na FEBEM, suas experiências de atividade/trabalho remuneradas, ou seja, quantas foram, quais foram, quanto tempo durou, e que idade tinha. Na Segunda parte da pesquisa, serão selecionados alguns adolescentes que serão entrevistados individualmente, para conversarmos um pouco mais sobre os temas relacionados com a pesquisa, como, seus interesses de trabalho, quais foram as maiores dificuldades e facilidades etc.

O mesmo grupo que participou das entrevistas participará também de grupo de discussões onde serão discutidas outras questões sobre o mesmo assunto, para complementar as informações que foram coletadas durante as entrevistas.

As entrevistas da segunda etapa deverão ser gravadas e todas as informações que forem coletadas, serão mantidas em sigilo, e serão utilizadas exclusivamente para este estudo. Eu garanto o completo anonimato, ou seja, em nenhum momento colocarei o nome de nenhum dos participantes e não serão utilizadas informações que possam identificar quem as deu.

Não há nenhum risco de participar deste estudo. A participação é voluntária, isto é, você fica à vontade de desistir da mesma ou para não responder perguntas que o deixe incomodado.

ANEXO D – Quadros, Tabelas e Gráfico

Quadro 1 – Distribuição do Jovens que realizaram atividades Ilegais antes da internação na FEBEM – 2000.

Idade da entrevista	Idade da internação	Escolaridade	Idade da primeira internação	Motivo das internações	Atividades antes da FEBEM	Idade antes da internação	Idade depois da internação	Atividades antes da FEBEM	Idade depois da internação	Idade depois da internação	Tipo de atividade
---------------------	---------------------	--------------	------------------------------	------------------------	---------------------------	---------------------------	----------------------------	---------------------------	----------------------------	----------------------------	-------------------

3	9 7	1 a série incompleta	6 de 10	5	1	Roubo	-	Carreto	-	11	2 anos	Roubo	-	15	2 anos	
						Quebra de medida	-	Tráfico de Drogas	-	13	2 anos	Carvoaria	-	16	4 meses	
						Latrocínio	-		-				-			
9	1 7	5 a 'serie	2	1	6	Roubo	-	unilaria	-F	1	4 anos	I dem	-	A	té o moment	A
						Roubo	-	Roubo	-	3	2 anos		-		o	o
0	3 7	5 a série	3	1	5	Roubo	-	Tráfico de Drogas	-	2	1 anos	Servente de pedreiro	-	A	té o moment	A
						Roubo	-		-	2	/inform		-		o	o
						Latrocínio	-	Servente de pedreiro	-	1	2 anos	Roubo	-			
							-		-	5			-			
1	1 6	5 a série incompleta	2	1	4	Roubo	-	Horta	-	13	2 anos	ráfico de Drogas	-	A	té o moment	A
						Homicídio	-	Tráfico de Drogas	-	15	1 ano		-		o	o
4	4 6	5 a série incompleta	4	1	5	Roubo	-	Roubo	-	12	4 anos	Roubo	-	A	té o moment	A
						Tráfico de Drogas	-	Servente de pedreiro	-	12	4 meses	Tráfico de Drogas	-		o	o
						Roubo	-		-	13	3 anos		-			
						Tráfico de Drogas	-	Tráfico de Drogas	-				-			
3	7 5	6 a série incompleta	2	1	5	Tráfico de Drogas	-	Vender churros	-	13	1 ano	ráfico de Drogas	-	A	té o moment	A
						Homicídio	-	Tráfico de drogas	-	13	6 meses		-		o	o
8	8 6	5 a série incompleta	2	1	5	Roubo	-	Tráfico de drogas	-	12	3 anos	Roubo	-	A	té o moment	A
						Homicídio	-	Ajud. Fazer lente	-	13	3 meses	Tráfico de Drogas	-		o	o
							-	Roubo	-	14	2 anos		-			
5	5 4	6 a série incompleta	1	1	4	atrocínio	L	Vender salgado	-	11	2 seman		-			
							-	Mecânica de carro	-	12	1 ano		-			

Trabalho Infantil

Ato infracional

							-	13	1 ano				
							Roubo	-	-	-	-	-	-
9	4	1	7	1	1	5	omicídio	H	Roubo	12	3 anos		
									-	-	-		
							Servente de pedreiro		13	3 meses			
									-	-	-	-	-
08	1	1	7	1	1	4	roubo	R	Ajud. de pintor	13	6 meses		
									-	-	-		
									Roubo	13	1 ano		
									-	-	-		
									Furto	13	1 ano		
1	4	1	5	1	1	5	Roubo	-	Vender doce	12	3 anos		
									-	-	-		
							Homicídio		Roubo	15	s/i		
									-				
							Tentativa de Homicídio						
7	4	1	1	1	1	5	roubo	R	Entregador no supermercado	13	2 anos e 2 meses		
									-	14	-		
									Tráfico de drogas	-	2 anos		
									-	14	-		
									Roubo		2 anos		

Quadro 2 – Distribuição dos jovens por bairros segundo as microregiões classificadas a partir dos dados referentes aos Distritos Censitários de Ribeirão Preto

Distritos Censitários por Microregiões					
Mé	F	Médio-	F	Pobre	F
Jd.	1	Campos	2	Geraldo de	1
Jd.	1	Ipiranga	1	Heitor Rigon	1
		Manoel	1	Jardim Jandaia	1
		Monte	5	Jardim	2
		Planalto	1	Jardim Zara	1
		Pq. São	1	Jockey Clube	1
				Maria	1
				Maria Gorette	1
				Parque Avelino	2
				Parque	2
				Quintino II	3
				Salgado Filho I	1
				Simione	7
				Tanquinho	1
				Vila Albertina	2
				Vila Carvalho	6
				Vila Elisa	2
				Vila Virginia	2

Fonte: GOLDANI, 1997

Quadro 3- Distribuição das cidades de residência dos jovens

internos na FEBEM de Ribeirão Preto - 2000

Cidade de Residência	F
Cássia dos Coqueiros	1
Cravinhos	2
Olímpia	1
Pedregulho	1
Porto Ferreira	1
Ribeirão Preto	87
Santa Rita do Passa Quatro	1
São Carlos	1
São Joaquim da Barra	1
São Paulo	1
Serrana	4
Sertãozinho	3
Total	104

Quadro 4 - Distribuição das cidades de origem dos jovens

internos na FEBEM de Ribeirão Preto - 2000

Cidade de origem	F
Anápolis	1
Belo Horizonte	1
Bonfim Paulista	1
Cajuru	1
Cássia Dos Coqueiros	1
Franca	1
Jaboticabal	1
Jardinópolis	1
Morro Agudo	1
Olímpia	1
Orlândia	1
Pedregulho	1
Ribeirão Preto	78
Rio De Janeiro	2
Santa Rita Do Passa Quatro	2
São Carlos	1
São Joaquim Da Barra	1
São Paulo	3
Serrana	2
Sertãozinho	2
Taubaté	1
Total	104

Tabela 1 – Distribuição da idade dos jovens no momento da entrevista, segundo o número de internações -2000

Idades	Número de internações						T
	1 internação	2 internações	3 internações	4 internações	5 ou mais internações	total	
3 anos	1	3	-	-	-	-	3
4 anos	1	4	1	-	-	1	
5 anos	1	6	2	2	1	2	3
6 anos	1	15	12	3	4	1	5
7 anos	1	14	9	8	3	4	8
8 anos	1	2	3	2	1	1	9
T	44	27	15	9	8		104

Tabela 2 – Distribuição da idade dos jovens na primeira internação na FEBEM, segundo o número de internações - 2000

Idade na primeira internação	Distribuição dos jovens	
	1 internação	≥2 internações
Não lembra	-	1
12 anos	-	5
13 anos	3	5
14 anos	5	12
15 anos	8	19
16 anos	17	13
17 anos	11	5
Total	44	60

Tabela 3 - Distribuição dos atos infracionais praticados pelos jovens na primeira internação na FEBEM, segundo o número de internações -2000

Atos	1 internação	2 ou mais internações	Total
Roubo	23	24	47
Furto	4	7	11
Latrocínio	6	1	7
Tráfico de	2	11	13
Porte ou uso	0	1	1
Homicídio	12	5	17
Tentativa de	3	1	4
Porte de	1	10	11
sem	0	1	1

Tabela 4 - Distribuição dos atos infracionais praticados pelos jovens em todas as internações na FEBEM segundo o número de internações -2000

Atos infracionais	1	2 ou mais	Total
Roubo	23	43	66
Furto	4	9	13
Latrocínio	6	4	10
Tráfico de drogas	2	22	24
Porte ou uso de drogas	0	3	3
Homicídio	12	26	38
Tentativa de homicídio	3	8	11
Quebra de medida	0	11	11
Porte de armas	1	20	21
receptação	0	3	3
outros	0	2	2

Quadro 5- Atividades legais realizadas pelos jovens antes da primeira internação na FEBEM, segundo a condição de internação -2000

Atividade Legal	Condição de internação	
	1 internação	≥2 internações
Trabalho Juvenil		
Açougue	-	1
Ajudante de serralheiro	1	1
Auxiliar de Produção	-	1
Balconista (loja e farmácia)	2	-
Chapa na lavoura	-	1
Colheita de café/cana/algodão/amendoim	-	1
Colocação de Gesso no teto	1	-
Colocação de vidro	1	-
Ensacador de porca e parafuso	1	-
Entregador de gás	1	-
Entregador (jornal)	1	-
Entregador de fábrica	-	1
Estoquista	1	-
Fazer tijolos em fábrica de cerâmica	1	-
Fazer insulfilme	-	1
Fazer macarrão	-	1
Feirante	-	1
Gráfica	-	1
Horta	-	1
Iluminação de festa	-	1
Jardineiro	-	1
Lava Jato	2	-
Marcenaria	1	1
Office boy	3	3
Oficina Mecânica/Pintura de carro e moto	3	2
Padaria	-	1
Papelaria	1	-
Pegar bola de tênis	-	1
Pintor	5	1
Restauração de móveis	1	-
Sacaria	-	1
Segurança	1	-
Servente de pedreiro	8	5
Soldador	1	1
Supermercado (Supervisão de entrega e empacotador,ss)	5	3
Técnico de som	1	-
Transportadora	1	-
Vendedor	1	-
Vendedor de materiais de construção	1	-
Vender cerveja em baile	1	-
Vender sorvete	1	2
Trabalho em Regime de Aprendizagem		
Curral, Gráfica, Cozinha, Escritório e Marcenaria no Educandário	-	2
Horta no Horto	1	-
Polícia Mirim (Office boy, cartório, supermercado)	3	1
Promerp (Xerox, Guarda, Office Boy, vender cartão zona azul)	1	7

Quadro 6 – Distribuição das atividades ilegais realizadas pelos jovens antes da primeira internação na FEBEM, segundo a condição de internação - 2000

Atividade Ilegal	Condição de internação	
	1 internação	≥2 internações
Trabalho Infantil		
Ajudante de fachada	-	1
Ajudante de fazer lente	-	1
Carreto	-	1
Colheita de café/cana/algodão/amendoim	1	2
Cuidar de gado em fazenda	1	-
Entregador de marmita	-	1
Entregar madeira	-	1
Fábrica de bicicleta	-	1
Fazer caixote	1	-
Funilaria	-	2
Horta	2	2
Lava jato	1	-
Lixar peças na casa de uma pessoa	-	1
Oficina Mecânica/Pintura de carro	3	2
Office boy	-	1
Pegar bola de tênis	-	1
Pintor	1	2
Quitanda	1	-
Retireiro	1	-
Sapataria/Fábrica de sapatos	1	-
Servente de pedreiro	2	4
Sorveteiro	1	-
Supermercado	1	-
Vendedor de Veículos	-	1
Vender Churros	-	1
Vender Doce	1	-
Vender Salgado	1	-
Verdureiro	1	-
Trabalho em Situação de Rua		
Camelô	-	1
Entregar Folheto Na Rua	1	1

Atividade Ilegal	Condição de internação	
Fazer Pulserinha Para Vender Na Rua	1	-
Olhar Carro/Moto	2	9
Pedir Dinheiro	1	3
Pegar Papelão na Rua	-	2
Vender Vela no Cemitério	-	1
Vender Abacaxi na Rua	1	-
Ato Infracional		
Furto	3	5
Roubo	31	26
Tráfico de Drogas	39	12

Quadro 7 – Atividades realizadas pelos jovens depois da primeira internação na FEBEM

Atividades depois da FEBEM	Número de atividades
Atividade Legal	
Ajudante de eletricista	1
Carreto	1
Carvoaria	1
Entregador de fábrica	1
Fábrica de bicicleta	1
Fazer carreto	1
Feira	1
Funilaria	1
Furto	2
Horta	1
Iluminação de festa	1
Lava jato	1
Marcenaria	3

Mecânica de carro	1
Office boy	1
Olhar carro na rua	1
Pegar bola de tênis	1
Pintor	2
Vendedor em casa de construção	1
Sacaria	1
Segurança	1
Servente de pedreiro	9
Supermercado	2
Atividade Ilegal	
Roubo	31
Tráfico de Drogas	32

Tabela 5 - Distribuição das idades iniciais dos jovens segundo a primeira atividade realizada

- 2000

Idade	Primeira atividade realizada pelo jovem							
	Faixa etária	Atividade	Trabalho em Situação de Rua	Trabalho em Situação de Rua	Trabalho em Situação de Rua	Trabalho em Situação de Rua	Trabalho em Situação de Rua	Total
7-9	7-9	2,0% (2)	4,8% (5)	1,9% (2)	-	1,0% (1)	2,0% (2)	1,5% (12)
10-12	10-12	15,3% (16)	6,7% (7)	4,8% (5)	-	4,8% (5)	2,8% (3)	4,6% (36)
13-15	13-15	19,2% (20)	7,7% (8)	1,9% (2)	8,6% (9)	3,8% (4)	2,8% (3)	4,2% (46)
16-18	16-18	-	-	-	6,7% (7)	-	1,0% (1)	7% (8)
Tot	Tot	36,5% (38)	19,2% (20)	8,6% (9)	15,3% (16)	9,6% (10)	8,6% (9)	102*

* Não foram incluídos 2 jovens sem informação

Quadro 8 – Distribuição dos motivos relatados pelos jovens para interrupção das atividades, segundo o tipo de atividade - 2000

Ato	Trabalho	Trab.Sit.	Trab.	Trabalho
Infracional	Infantil	de Rua	Reg. Ap.	Juvenil

- Inimigos	- Começou a	- Ameaça policial	- Atingiu a	- Começou a ficar
- Entrou para um	roubar	- Acabou o	idade máxima	na rua
grupo que só faz	- Demissão	material de	do programa	- Demissão por
assalto	- Ganhar pouco	trabalho	- Começou a	roubar cigarro do
- Envolvimento	dinheiro	- Brigou com o	infracionar	local de trabalho
com a Policia	- Internação na	segurança do	- Demissão por	(supermercado)
- Risco de vida	FEBEM	local que olhava	problema de	- Demissão por
- Internação na	- Local de	os carros	relacionament	achar que a mãe
FEBEM	trabalho longe	- Começou a	o com colega	de criação falou
- Muita gente	de casa	fumar maconha	de trabalho	que ele estava
vendendo droga	- Mudança do	e roubar	- Demissão	usando droga
- Não quis mais	local de	- Começou a	porque	- Demissão por
- Perdeu a vontade	moradia	vender drogas	descobriram	desentendimento
de roubar	- Mudança de	- Conseguiu outro	que estava	com colega de
	trabalho	trabalho	fumando	trabalho
	- Não gostar do	- Envergonhado	maconha	- Problemas de
	tipo de trabalho	por estar muito	- Não gostar do	relacionamento
	- Não pagar	grande para	tipo de	com chefes.
	corretamente	realizar o tipo	trabalho	- Brigas
	- Sem serviço	de trabalho	- Expulso do	- Ganhar mais
	(autônomo)	- Ganhar pouco	programa	dinheiro
	- Pessoas	dinheiro	- Ganhava	- Fumar maconha e
	conhecidas	- Perda da mãe	pouco	não dar conta das
	saírem do local	- Perdeu o	- Mudou de	tarefas.
	de trabalho	interesse	cidade	- Ser internado na
	- Precisar voltar	- Trabalho	- Não quis mais	FEBEM
	para a escola	cansativo		- O trabalho ser
	como condição			cancelado
	- Ser roubado			- Levou um tiro na
	durante o			rua enquanto
	trabalho			trabalhava
	- Trabalho			- Não gostou do

	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho noturno com perigo no trajeto 		<p>tipo de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> Não receber o pagamento Vontade de roubar e fumar maconha Pensar que ganha a mesma quantia de forma mais rápida através do Ato infracional.
--	--	--	---

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos jovens segundo a primeira estratégia de sobrevivência realizada - 2000